

Esca de Queiroz



Uma

Campanha

Alegre

VOL. 1

Das Farpas

Cornell University Library

BOUGHT WITH THE INCOME
FROM THE
SAGE ENDOWMENT FUND
THE GIFT OF
Henry W. Sage
1891

A201500

16/3/1906

5901

The date shows when this volume was taken.

HOME USE RULES.

JUN 25 1946
~~MAY 11 '78 AP 1~~

Books not needed for instruction or research are returnable within 4 weeks.

Volumes of periodicals and of pamphlets are held in the library as much as possible. For special purposes they are given out for a limited time.

Borrowers should not use their library privileges for the benefit of other persons.

Books not needed during recess periods should be returned to the library, or arrangements made for their return during borrower's absence, if wanted.

Books needed by more than one person are held on the reserve list.

Books of special value and gift books, when the giver wishes it, are not allowed to circulate.

Cornell University Library
PQ 9261.E17C18
v.1

Campanha alegre.



3 1924 027 885 510

olin

PQ

9261

E17

C18

UMA CAMPANHA ALEGRE

PP521
E 17.15
I

Typ. da Companhia Nacional Editora—Rua da Rosa, 309.

EÇA DE QUEIROZ

UMA CAMPANHA ALEGRE

DAS FARPAS



LISBOA
COMPANHIA NACIONAL EDITORA
Largo do Conde Barão, 30

1890

D

S

16/3/06

~~ABR
PP 531
EX:15
I~~

A 201500

ADVERTENCIA

As paginas d'este livro são aquellas com que outr'ora concorri para as *Farpas*, quando Ramalho Ortigão e eu, convencidos, como o Poeta, que a *tolice tem cabeça de toiro*, decidimos farpear até a morte a alimaria pesada e temerosa. Quem era eu, que fôrça ou razão superior recebera dos deuses, para assim me estabelecer na minha terra em justiceiro destruidor de monstros?... A mocidade tem d'estas esplendidas confianças; só por amar a Verdade imagina que a possui; e, magnificamente certo da sua infallibilidade, aneia por investir contra tudo o que diverge do seu ideal, e que ella portanto considera Erro, irremissivel Erro, fadado á exterminação. Assim foi que, chegando da Universidade com o meu Proudhon mal lido debai-

xo do braço, me apressei a gritar na cidade em que entrava—*Morte á Tolice!* E desde então, á ilharga de Ramalho Ortigão, não cessei durante dois annos de arremessar farpas, uma após outra, para todos os lados onde suppunha entrever o escuro cachaço taurino. Não me recordo se acertava; sem duvida muitos ferros se embotaram nas lages; mas cada arremêso era governado por um impulso puro da intelligencia ou do coração. E assim d'esses tempos ardentes me ficara a idéa d'uma campanha muito alegre, muito elevada, em que a ironia se punha radiantemente ao serviço da justiça, cada rijo golpe fazia brotar uma soberba verdade, da demolição de tudo resaltava uma educação para todos, e o tumulto do ataque aparentemente desordenado era, como os dos gregos combatendo em Platéa, dirigido por Minerva armada— quero dizer, pela Razão.

Vinte annos são passados;— e hoje releio essas paginas amarellecidas das *Farpas*. Que encontro n'ellas? Um riso tumultuoso, lançado estridentemente através d'uma sociedade como seu commentario unico e critica suprema. Encontro um riso desabalado—mas escassamente uma verdade adquirida, uma conclusão de experiencia e de saber, algum resultado visivel d'essa inspiração de Minerva que eu suppunha combatendo por traz de mim, invisi-

vel e armada d'ouro, como nos campos de Platéa. Nada que para governar entre os homens o pensamento ou a conducta merecesse ficar archivado em tomos duraveis; — unicamente um riso immenso, troando, como as tubas de Josué, em tórno a cidadellas que decerto não perderam uma só pedra, porque as vejo ainda, direitas, mais altas, da côr torpe do lôdo, estirando por cima de nós a sua sombra teimosa.

Ora vale a pena recolher, perpetuar este riso, esparso outr'ora em pamphletos leves? Ha por ventura utilidade em codificar assim a gargalhada? Aos milhares de livros que atravancam o mundo convém ajuntar um livro mais d'onde nada sae, quando aberto, senão o rumor fugidio e remoto de risadas de ha vinte annos, tão mortas como as rosas d'então?

Penso que não. E, por determinação minha, eu deixaria estas *Farpas* nos breves folhetos amarellos onde o Diabo ri por traz d'um oculo, já tão raros, e cada vez mais sumidos n'essa corrente vaga chamada «dos Tempos», que providencialmente vae acarretando tudo o que se tornou inutil, folhas de lirio e folhas de louro, os homens, as suas illusões immensas, e os seus pequeninos livros.

Não o consentiu porém assim, por uma tocante superstição d'amizade, o meu camarada Ramalho

Ortigão. Reunindo as suas *Farpas*, vasta obra, essa, de pensamento e de saber, elle desejou que não ficassem fora do seu monumento aquellas paginas que eu compuz a seu lado, nos primeiros tempos, quando, levados na mesma santa revolta, nos abalançámos a atacar toda uma Sociedade com um punhado ligeiro de ironias douradas.

Ahi vão pois as minhas *Farpas*, a que eu dou agora o nome unico que as define e as justifica—*Uma Campanha Alegre*. Não ha ahi com effeito senão uma trasbordante alegria empenhada n'uma campanha intrepida. Todo este livro é um riso que pejeja. Que pejeja por aquillo que eu suppunha a Razão. Que pejeja contra aquillo que eu suppunha a Tolice.

Ahi vão pois estas *Farpas*, na sua forma primordial, improvisada na pressa e no fragor da lide—forma desordenada e tumultuaria, em que as palavras, as exclamações, as mesmas virgulas, tudo é empurrado para ávante, ao acaso, n'um tropel clamoroso, contra a cousa detestada queurgia demolir. E todavia, tal me pareceu agora a desordem, e tão incorrigivelmente se me impõe o amor da harmonia, que não resisti por vezes a disciplinar esta turba fremente de vocabulos em correria, e a estabelecer, n'estas orações descompostas onde adjectivos se estramalhavam, pesados adverbios cahiam

no fundo de reticencias inesperadas, e verbos se acavallavam sobre verbos, — alguma regra, composição e rythmo. Mas, além d'estas depurações exteriores, procurei escrupulosamente que não se desmanchasse aquelle feitiço especial das *Farpas* que constituiu a sua fôrça especial, e que nem uma nota se evaporasse d'aquelle riso que outr'ora tão triumphalmente cantou, e pelo contagio da sua sinceridade accordou os risos da multidão contra a *Tolice de cabeça de toiro*.

Terá ainda hoje este riso vibração bastante para despertar outros risos?... As cousas que o provocarão são já tão passadas como as de Troia. Este livro é menos uma reimpressão que uma excavação. As minhas *Farpas* surgem á superficie, enfeijadas, sem gume e sem brilho, como as antigas armas d'uma batalha de que ninguem sabe o nome.

Que importa? O que me encanta, n'esta solemne reedição, é sobretudo a camaradagem. Depois de ter combatido arrebatadamente ao lado de Ramalho Ortigão em folhetos fogosos que um vento levava e espalhava nas ruas, sinto felicidade e orgulho em me encontrar ainda junto do meu amigo em volumes repletos, calmos, *dorès sur tranche*, que vão repousar no decoro e na paz das Bibliothecas.

Paris, outubro, 1890.

E. Q.

2

I

Junho 1871.

Leitor de bom senso, que abres curiosamente a primeira pagina d'este livrinho, sabe, leitor celibatario ou casado, proprietario ou productor, conservador ou revolucionario, velho patuléa ou legitimista hostile, que foi para ti que elle foi escripto—se tens bom senso! E a idéa de te dar assim todos os mezes, emquanto quizeres, cem paginas ironicas, alegres e justas, nasceu no dia em que pudemos descobrir, através da illusão das apparencias, algumas realidades do nosso tempo.

Approxima-te um pouco de nós, e vê.

O paiz perdeu a intelligencia e a consciencia moral. Os costumes estão dissolvidos e os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por unica di-

recção a conveniencia. Não ha principio que não seja desmentido, nem instituição que não seja es-carnecida. Ninguém se respeita. Não existe nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Já se não crê na honestidade dos homens publicos. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inercia. O povo está na miseria. Os serviços publicos vão abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas idéas augmenta em cada dia. Vivemos todos ao acaso. Perfeita, absoluta indifferença de cima abaixo! Todo o viver espirital, intellectual, parado. O tédio invadiu as almas. A mocidade arrasta-se, envelhecida, das mesas das secretarias para as mesas dos cafés. A ruina economica cresce, cresce, cresce... O commercio definha. A industria enfraquece. O salario diminue. A renda diminue. O Estado é considerado na sua acção fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo.

N'este *salve-se quem puder* a burguezia proprietaria de casas explora o aluguel. A agiotagem explora o juro.

De resto a ignorancia pesa sobre o povo como um nevoeiro. O numero das escolhas só por si é dramatico. O professor tornou-se um empregado de eleições. A população dos campos, arruinada, vivendo em casebres ignobeis, sustentando-se de sardinha

e de hervas, trabalhando só para o imposto por meio de uma agricultura decadente, leva uma vida de misérias, entrecortada de penhoras. A intriga politica alastra-se por sobre a somnolencia enfasiada do paiz. Apenas a devoção perturba o silencio da opinião com *padre-nossos* machinaes.

Não é uma existencia, é uma expiação.

E a certeza d'este rebaixamento invadiu todas as consciencias. Diz-se por toda a parte: «o paiz está perdido!» Ninguem se illude. Diz-se nos conselhos de ministros e nas estalagens. E que se faz? Attesta-se, conversando e jogando o voltarete, que de norte a sul, no Estado, na economia, na moral, o paiz está desorganizado — e pede-se cognac!

Assim todas as consciencias certificam a podridão; mas todos os temperamentos se dão bem na podridão!

Nós não quizemos ser cúmplices na indiferença universal. E aqui começamos, sem azedume e sem colera, a apontar dia por dia o que poderíamos chamar — o progresso da decadencia. Deviamos fazel-o com a indignação amarga de pamphletarios? Com a serenidade experimental de criticos? Com a jovialidade fina de humoristas?

Não é verdade, leitor de bom senso, que n'este:

momento historico só ha logar para o humorismo? Esta decadencia tornou-se um habito, quasi um bem-estar, para muitos uma industria. Parlamantos, ministerios, ecclesiasticos, politicos, exploradores, estão de pedra e cal na corrupção. O aspero Veillot não bastaria; Proudhon ou Vacherot seriam insufficientes. Contra este mundo é necessario resuscitar as gargalhadas historicas do tempo de Manuel Mendes Enxundia. E mais uma vez se põe a galhofa ao serviço da justiça!

Achas imprudente? Achas inutil? Achas irrespeitoso? Preferias que fizesses um jornal politico, com todas as suas inepcias e todas as suas calumnias, vasto logradouro de idéas triviaes, que desmaiavam de fadiga entre as mãos dos typographos?

Não. Fundariamos antes um deposito de bichas de sangrar ou uma casa de banhos quentes. E se nos tyrannisasse excessivamente o astuto demonio da prosa, então, em honrada companhia do sr. Fernandez de los Rios, ajoujados aos lyricos de Barcelona, cantaríamos, voltados para os lados da Palestina, a *patria*, a *fé* e o *amor*! E patentearíamos aquella crença vivida, aquella *arranque* peninsular, com que outr'ora se pelejou a batalha de Aljubarrota — e hoje se fazem caixinhas de obreias!

Aqui estamos pois deante de ti, mundo official, constitucional, burguez, doutrinario e grave!

Não sabemos se a mão que vamos abrir está ou não cheia de verdades. Sabemos que está cheia de negativas.

Não sabemos, talvez, onde se deve ir; sabemos, de certo, onde se não deve estar.

Catão, com Pompeu e com Cesar á vista, sabia de quem havia de fugir, mas não sabia para onde. Temos esta meia sciencia de Catão.

D'onde vimos? Para onde vamos?—Podemos apenas responder:

Vimos d'onde vós estaes, vamos para onde vós não estiverdes.

N'esta jornada, longa ou curta, vamos sós. Não levamos bandeira, nem clarim. Pelo caminho não leremos a *Nação*, nem o *Almanach das Cacholetas*. Vamos conversando um pouco, rindo muito.

Somos dois simples sapadores ás ordens do senso commum. Por ora no alto da collina apparecemos só nós. O grosso do exercito vem atraz. Chama-se a Justiça.

Assim vamos. E na epiderme de cada facto contemporaneo cravaremos uma farpa. Apenas a porção de ferro estrictamente indispensavel para deixar

pendente um signal! As nossas bandarilhas não teem côr, nem o branco da auriflamma, nem o azul da blusa. Nunca poderão tão ligeiras *Farpas* ferir a grande arteria social: ficarão á epiderme. Dentro continuará a correr serenamente a materia vital— sangue azul ou sangue vermelho, dissolução de guano ou extracto de salsa parrilha.

Vamos rir pois. O riso é uma philosophia. Muitas vezes o riso é uma salvação. E em politica constitucional, pelo menos, o riso é uma opinião.

Aqui está esta pobre Carta Constitucional que declara com ingenuidade que o paiz é catholico e monarchico. É por isso talvez que ninguem crê na religião, e que ninguem crê na realeza! É que ninguem crê em ti, ó Carta Constitucional! Os ministros que te defendem, os jornaes que te citam, os jurisconsultos que te commentam, os professores que te ensinam, as auctoridades que te realisam, os padres que falam em ti á missa conventual, aquelles mesmos cuja unica profissão era crêr em ti, todos te renegam, e, ganhando o seu pão em teu nome, ridicularisam-te pelas mesas dos botequins!

A *Carta adorada da Grã-Duqueza* tem mais successo do que tu!

Descrê-se da religião, a que déste a honra d'um

paragrapho. A burguezia fez-se *livre pensadora*. Tem ainda um resto de respeito machinal pelo Todo Poderoso, mas criva de epigrammas as pretensões divinas de Jesus, e diz cousas desagradaveis ao Papa. O scepticismo faz parte do bom gôsto. Nenhum ministro que se preze ousaria acreditar em S. Sebastião. A theologia, o maior monumento do espirito humano, faz estalar de riso os cavalheiros liberaes. Desprezam-se os padres e despreza-se o culto, o que não impede que a proposito de qualquer cousa se exija o juramento!

A religião ficou sendo um artigo de moda. Expulsa da consciencia liberal, as burguezas enriquecidas tomaram-n'a sob a sua protecção: e gostam igualmente que as suas parelhas sejam vistas á porta da *Marie* e á porta dos *Inglezinhos*. Aceitam Deus como um *chic*.

Nos templos mesmo a religião cahiu em descredito. Ser padre não é uma convicção, é um officio; o sacerdote crê e ora na proporção da congrua. E como acredita mais na secretaria dos negocios ecclesiasticos do que na revelação divina, trabalha nas eleições. O povo, esse, reza. É a unica cousa que faz além de pagar.

A pobre realeza, que a Carta tanto honra, não é mais bem succedida. É a perpetua escarnecida.

É escarnecida pelos jornaes de opposição, e pelos governos demittidos. É escarnecida nos theatros, onde o typo do *Rei Bobeche* teve o triumpho d'um pamphleto. É escarnecida nas conversações dos cafés, e na maledicencia do Gremio.

Segundo a Carta a realeza é irresponsavel. Mas não ha partido que não lance a sua inepecia á conta da realeza. — *Se não fósse o rei!* — é a desculpa invariavel dos ministros que não governam, dos oradores que não falam, dos jornalistas que não escrevem, e dos intrigantes que não alcançam.

A realeza é accusada por tudo: pelas despesas que faz e pela pobreza em que vive; pela sua acção e pela sua inacção; por dar bailes e por não dar bailes. O publico está para com ella n'um estado enervado, como com um importuno a quem não lhe convem dizer: *vae-te embora!*

No emtanto a opinião liberal continúa a declarar que existe um throno. Existe para ella como um effeito de Quintiliano — como um movimento de eloquencia para os discursos de grande gala!

Apesar d'isso, a esta politica infiel aos seus principios, vivendo n'um perpetuo desmentido de si mesma, desauthorisada, apupada, pede ainda uma multidão innumeravel de simples a salvação da *cousa publica*. É tragico, como se pedisse a um pa-

lhaço de pernas quebradas mais uma cambalhota ou mais um chiste.

O orgulho da politica nacional é ser doutrinaria. Ser doutrinario é ser um tanto ou quanto de todos os partidos; é ter d'elles por consecuencia o minimo; é não ser de partido nenhum—ou ser cada um apenas do partido do seu egoismo.

De modo que todos estes monarchicos, bem no intimo, votariam por uma republica. Todos estes republicanos terminam por concordar que é indispensavel a monarchia!

Quer-se geralmente o prestigio da realeza e a majestade do poder; mas deseja-se que el rei se exhiba n'uma sege de aluguel e que sua majestade a rainha não tenha mais que dois pares de botinas.

Chega-se a admirar Luiz Blanc, mas prefere-se a tudo isso uma terra de sementeira obrigada á congrua para o parochio e aos tantos por cento para a viação. A burguezia invejosa e desempregada fala na *federação*, na *republica federativa*, na *extincção do funccionalismo*, na *emancipação das classes operarias*; mas entende que o paiz pode esperar por estes beneficios todos se no emtanto lhe derem a ella logares de governadores civis ou de chefes de secretaria. Uma plebe ardente fala em beber o sangue da nobreza; mas ficaria satisfeita se a nobreza,

em vez de offerecer a veia, mandasse abrir *Car-taxo*.

Tanto se conciliam todos! É assim que o egoísmo domina. Cada um se abaixa avidamente sobre o seu prato.

— Mas tudo se equilibra, diz a opinião constitucional, não ha commoções, não ha luctas!

Sim, tudo se equilibra—no desprezo por desprezo.

Nas sociedades corrompidas a ordem chega assim ás vezes a reinar.

É a ordem pelo desdem. Outros diriam pela imbecilidade!

A opinião é tão indifferente e alheia ás mudanças de ministerio, como as cadeiras do governo são indifferentes a supportarem a pesada corpulencia do gordo ministro A, ou a inquietação nervosa do esguio ministro B. O paiz ouve falar da evolução politica com a mesma distracção com que ouve falar dos negocios do Caucaso.

Sabem, pois, qual seria o governo util, proficuo, necessario, n'este deploravel estado do espirito publico?

Aquelle que o paiz, chamado a pronunciar-se por um plebiscito negativo, declarasse terminantemente e compactamente—que não queria. Por que então

a opinião accordaria talvez, viveria, luctaria, e appareceriam dois partidos que não existem agora, e sobre os quaes gira como nos seus polos naturaes a lei do aperfeiçoamento: — para um lado a Reacção, para outro a Revolução.

Até lá os poderes do Estado subsistem, tendo perdido a sua significação.

O corpo legislativo ha muitos annos que não legisla. Creado pela intriga, pela pressão administrativa, pela presença de quatro soldados e um senhor alferes, e pelo eleitor a 500 réis, vem apenas ser uma assembléa muda, somnolenta, ignorante, abandonando com a cabeça que sim. Ás vezes procura viver; e demonstra então, em provas incessantes, a sua incapacidade organica para discutir, para pensar, para crear, para dirigir, para resolver a questão mais rudimentar de administração. Não sae d'ella uma reforma, uma lei, um principio, um periodo eloquente, um dicto fino! A deputação é uma especie de functionalismo para quem é incapaz de qualquer funcção. É o emprego dos inuteis.

Por isso o parlamento é uma casa mal alumuada, aonde se vae, á uma hora, conversar, escrever cartas particulares, maldizer um pouco, e combinar partidas de *Whist*. O parlamento é uma succursal

do Gremio. A tribuna é uma prateleira de copos de agua intactos.

O ministerio, o poder executivo, deixou de ser um poder do Estado. É apenas uma necessidade do programma constitucional. Está no cartaz; é necessario que appareça na scena. Não governa, não tem idéa, não tem systema; nada reforma, nada estabelece; está alli, é o que basta. O paiz verifica todos os dias que alguns correios andam a traz de algumas carruagens — e fica contente.

— Lá vae um ministro! diz-se na rua.

— Ah! vae? — exclama a burguezia. — Bem, existe a ordem!

E assim se passa, defronte de um publico enojado e indifferente, esta grande farça que se chama a *intriga constitucional*. Os lustres estão accesos. Mas o espectador, o paiz nada tem de commum com o que se representa no palco; não se interessa pelos personagens e a todos acha impuros e nullos; não se interessa pelas scenas e a todas acha inuteis e immoraes. Só ás vezes, no meio do seu tédio, se lembra que para poder vêr teve que pagar no bilheteiro!

Pagou — já dissemos que é a unica cousa que faz além de rezar. Paga e reza. Paga para ter ministros que não governam, deputados que não le-

gislam, soldados que o não defendem, padres que rezam contra elle. Paga áquelles que o expoliam, e áquelles que são seus parasitas. Paga os que o assassinam, e paga os que o atraçôam. Paga os seus reis e os seus carcereiros. Paga tudo, paga para tudo.

E em recompensa, dão-lhe uma farça.

No emtanto, cuidado! Aquelle panno de fundo não está immovel: agita-se como impellido por uma respiração invisivel. Alguem decerto está do outro lado. Emquanto a farça se desenrola na scena, *alguem*, por traz do fundo, espera, agita-se, prepara-se, arma-se talvez...

— Quem é esse *alguem*? As vossas consciencias que vos respondam. O que apenas podemos dizer é que não é o sr. bispo de Vizeu.

E não obstante como tudo parece feliz e repousado! Os jornaes coversam baixinho e devagar uns com os outros. O parlamento resona. O ministerio todo encolhido diz aos partidos—chut! As secretarias cruzam os braços. O tribunal de contas, lá no seu cantinho, para se entreter, maneja sorrindo as quatro especies. A policia, torcendo os bigodes, galanteia as cozinheiras. O conselho de Estado roe as unhas. O exercito toca guitarra. A camara municipal mata em socêgo os cães vadios. As arvores do

Rocio enchem-se de folhas. Os fundos descem, e descem ha tanto tempo que devem estar no centro da terra. O povo, coitado, la vae morrendo de fome como pode. Nós fazemos os nossos livrinhos. Deus faz a sua primavera... Viva a Carta!

Decerto, como tudo é congenerere! Vejam a imprensa. A imprensa é composta de duas ordens de periodicos: os noticiosos e os politicos.

Os politicos teem todos a mesma politica:

A—quer ordem, economia e moralidade.

B—queixa-se de que não ha economia nem moralidade, o que elle receia muito que venha a prejudicar a ordem.

C—diz que a ordem se não pode manter por mais tempo, por que elle nota que principia a faltar a moralidade e a economia.

D—observa que no estado em que vê a economia e a moralidade lhe parece poder asseverar que será mantida a ordem.

Os noticiosos têm todos a mesma noticia:

A—noticia que o seu assignante, collaborador e amigo X partiu para as Caldas da Rainha.

B—refere que o seu amigo, collaborador e assignante que partiu para as Caldas da Rainha é X.

C—narra que, para as Caldas da Rainha, partiu X, seu collaborador, assignante e amigo.

D— que se esqueceu de contar opportunamente o caso, traz ao outro dia: «Querem alguns dizer que partira para as Caldas da Rainha X o nosso amigo assignante e collaborador. Não demos fé.»

Se a imprensa politica é assim harmonica na exposição da doutrina, nem sempre o é na apreciação dos factos.

Assim, por exemplo, o ministerio *Fulano* propõe em côrtes:— que, attentos os serviços da ostra, o governo seja auctorizado a declarar que se considera para com a ostra como um verdadeiro pae.

Então os jornaes *Fulanistas* exclamam: «O governo acaba de se declarar pae da ostra. Medida de grande alcance! É uma garantia para a ordem, um penhor solemne de zêlo pelos serviços publicos. Quando um governo assim procede pode-se dizer que ampara com mão segura o leme do Estado!»

Mas no dia immediato, por qualquer cousa, o ministerio *Fulano* cae. Sobe o ministerio *Sicrano*, e logo em seguida propõe em côrtes:— que de ora em diante, attentas grandes vantagens para a causa publica, o governo se declare para todos os effeitos em relação á ostra, mais que um pae, uma verdadeira mãe!

Dizem os mesmos jornaes *Fulanistas*: «O minis-

«terio ominoso, que com mão tão incerta dirige o leme da cousa publica, declarou-se mãe da ostra. «É mostrar um profundo desprezo pela ordem e pela economia! Quando um ministerio assim pratica «é que vae no caminho da anarchia, e nos leva direitos ao abysmo!»

Tambem não é igualmente harmonico o processo para julgar as pessoas.

O sr. Fulano, feito presidente de ministros, vae á camara.

Ao outro dia dizem os jornaes ministeriaes: «O nobre presidente do conselho tinha hontem, á sua entrada na camara, umas magnificas botas de pellica. Que admiravel pellica! Só quando se tem como s. ex.^a um tão grande zêlo pelo bem do paiz e uma tão alta experiencia das cousas publicas, se pode encontrar uma tão boa pellica!»

Os jornaes moderados, em expectativa, em meia opposição, declaram: — «Não somos aduladores do poder, dizemos lhe em face a verdade. Conhecemos a longa experiencia, os fortes dotes oratorios do sr. presidente do conselho; mas, apesar do seu tacto politico, s. ex.^a tinha simplesmente umas botas moderadas de vitella franceza.»

Os jornaes de opposição exclamam:

«Insensatos! Que vindes vós falar na experiencia,

«nas virtudes civicas do sr. presidente do conselho? «S. ex.^a é ominoso! Não! As suas botas não são de «vitella franceza, como quer uma opposição refal- «sada, nem de pellica fina, como quer uma maioria «venal. As suas botas demonstram que caminha- «mos para a anarchia e são de coiro de Salvaterra!»

Olhemos agora a litteratura A litteratura — poe- sia e romance — sem idéa, sem originalidade, con- vencional, hypocrita, falsissima, não exprime nada: nem a tendencia collectiva da sociedade, nem o temperamento individual do escriptor. Tudo em tórno d'ella se transformou, só ella ficou immovel. De modo que, pasmada e alheada, nem ella compre- hende o seu tempo, nem ninguem a comprehende a ella. É como um trovador gothico, que accordas- se d'um somno secular n'uma fabrica de cerveja.

Fala do *ideal*, do *extasi*, da *febre*, de *Laura*, de *rosas*, de *lyras*, de *primaveras*, de *virgens pallidas* — e em tórno d'ella o mundo industrial, fabril, po- sitivo, prático, experimental, pergunta, meio espan- tado, meio indignado:

— Que quer esta tonta? Que faz aqui? Emprega- se na vadiagem, levem-n'a á policia!

Ella, desattendida e desauthorisada, vae todavia soltando, com grandes ares, por entre o gaz e o pó do macadam, as declamações sonoras do lyrismo

de Lamartine e do mysticismo de Chateaubriand. E gloria-se de ser nos seus costumes e nas suas obras intransigentemente ideal. Mera questão de rhetorica: os poetas lyricos e os scismadores idealistas tratam de se empregar nas secretarias, cultivam o bife do Aurea, são d'um centro politico, e usam flanela.

Em França ao menos a litteratura, quando a corrupção veio, exprimiu a corrupção. No Paris da decadencia, no Paris do barão Haussman, e dos srs. Rouher e Fialin (vulgo de Persigny), os livros de testaveis fôram a expressão genuina e sincera de uma sociedade que se dissolvia. A litteratura de Boulevard ha de ficar por esse motivo, e ha de ter o seu logar na historia do pensamento, assim como da decadencia latina ficaram Apuleu, Petronio e o mordente Tertuliano, cujo estylo tem scintillações ainda hoje tão vivas que parecem emanadas da podridão do moderno mundo poetico.

Na corrente da litteratura portugueza nenhum movimento real se reflecte, nenhuma acção original se espelha. Como nas aguas immoveis e escuras da lagôa dos mortos apenas n'ella se retratam sombras. Mas são sombras que não teem as lividas roupagens usadas no Estygio: estão de fraque e de chapéo alto—e é a unica cousa que lhes dá direito a julgarem-se vivas!

A poesia fala-nos ainda de Julieta, Virginia, Elvira, — bellas e interessantes creaturas no tempo em que Shakspeare se ajoelhava aos seus pés, em que Bernardin de Saint-Pierre lhes offerencia rapé da sua caixa de esmalte circumdada de perolas, em que Lamartine, embuçado na capa romantica de 1830, as passeava em gondola nos lagos da Italia. Hoje são um ideal de museu.

E todavia, além d'estas mulheres, ella nada conhece no mundo. A poesia contemporanea compõe-se assim de pequeninas sensibilidades, pequeninamente contadas por pequeninas vozes. O poeta lyrico A diz nos que Elvira lhe dera um lirio n'uma noite de luar! O poeta lyrico B revela-nos que um despêro atroz lhe invade a alma, porque Francisca está nos braços de outro! O poeta lyrico C conta-nos uma noite que passou com Euphemia, n'um caramanchão, olhando os astros e dizendo phrases. E no meio das occupações do nosso tempo, das questões que em roda de nós de toda a parte se erguem como temerosos pontos de interrogação, estes senhores veem contar-nos as suas descrenças ou as suas exaltações! No emtanto operarios vivem na miseria por essas trapeiras, e gente do campo vive na miseria por essas aldeias! E o sr. Fulano e o sr. Sicrano empregam toda a sua acção intellectual em se gabarem que apanharam

boninas no prado para as ir pôr na cuia de Elvira! Noites e noites movem-se os prelos a vapor, calandra-se o papel, esfalfam-se os typographos, arrastam-se os revisores, emprega-se uma immensa quantidade de vida e de trabalho, para que o publico saiba que o poeta lyrico Polycarpo de tal ama uma virgem pallida com olheiras!

E ainda se a poesia lyrica se contentasse com ser de uma inutilidade lôrpa... Mas ella é d'um erotismo offensivo! Ha lupanares mais castos do que certos livros de versos que se chamam melancolicamente *Harpejos* ou *Preludios*.

Poesia lyrica, poesia lyrica, esconde-te nos conselhos de ministros ou nas secretarias do Estado! Não appareças ao mundo vivo. Sabes qual é o logar que tu n'elle mereces? Não é o Pantheon, é o Limoeiro.

A poesia individual tem um nobre alcance quando o poeta se chama Byron, Espronceda, Hugo, Lamartine, Musset. Porque então n'aquellas almas todo o seculo com as suas duvidas, as suas luctas, as suas incertezas, as suas tendencias, as suas contradicções, se retrata. São grandes almas sonoras onde vibra em resumo toda a vida que as cerca. Estuda-se alli como n'um summario a existencia de uma época. Mas, com franqueza, que se ha de

estudar na alma do sr. João, ou na alma do sr. Francisco? A immensa duvida que pesa sobre a Baixa? Os tormentos ideaes que agitam a rua dos Fanqueiros?

E a maior desgraça e a maior tolice é que, por fanfania lyrica, alguns homens honestos na sua vida veem deante do Publico declarar-se perversos na sua rima!

Tomemos um exemplo, um dos mais piegas—o sr. X. O sr. X é um rapaz honesto, bom chefe de familia, ganhando honradamente o seu pão. Merece a nossa estima.

Vejamus a sua poesia. Ahi não se fala senão em amores, prazeres, delirios, orgias, virgens sacrificadas... Das seguintes cousas uma:

Ou o sr. X pinta a verdade quando escreve estes seus versos, e então é um devasso que dá um exemplo detestavel a seus filhos, e desconsidera sua esposa... Como havemos de acreditar em tal caso na seriedade do seu character?

Ou o sr. X não diz a verdade, e todos aquelles seus extasis são rimados muito aconchegadamente á mesa do chá, entre um dictionario e uma poetica, com um barrete de algodão na cabeça... N'este caso como havemos de acreditar na seriedade da sua arte?

O romance, esse, é a apothose do adulterio. Nada estuda, nada explica; não pinta caracteres, não desenha temperamentos, não analysa paixões. Não tem psychologia, nem acção. Julia pallida, casada com Antonio gordo, atira as algemas conjugaes á cabeça do esposo, e desmaia lyricamente nos braços de Arthur desgrenhado e macilento. Para maior commoção do leitor sensível e para desculpa da esposa infiel Antonio trabalha, o que é uma vergonha burgueza, e Arthur é vadio, o que é uma gloria romantica. E é sobre este drama de lupanar que as mulheres honestas estão derramando as lagrimas da sua sensibilidade desde 1850! O auctor, ordinariamente tem o habito de Sant'Iago. O editor tem a perda. O leitor tem o tedio. — Santa distribuição do trabalho!

De resto quando um sujeito consegue ter assim escripto tres romances, a consciencia publica reconhece que elle tem servido a causa do progresso e dá-se lhe a pasta da fazenda.

Deves querer que te falemos do theatro, leitor de bom senso. Mas tu tens lido por essas esquinas os cartazes, e tens visto, mal sentado, quando o gaz da sala diminue, erguer-se o panno sobre farças tão melancholicas como uma ruina, e sobre dramas tão comicos como uma caricatura de Cham!

O theatro perdeu a sua idéa, a sua significação; perdeu até o seu fim. Vae-se ao theatro passar um pouco a noite, vêr uma mulher que nos interessa, combinar um juro com o agiota, acompanhar uma senhora, ou — quando ha um drama bem pungente — para rir, como se lê um necrologio para se ficar de bom humor. Não se vae assistir ao desenvolvimento d'uma idéa; não se vae sequer assistir á acção d'um sentimento. Vae-se como ao Passeio, em noites de calor, *para estar*. No emtanto como é necessario que, quando se ergue o panno, se movam algumas figuras e se troquem alguns dialogos — tem por isso de existir em Portugal uma litteratura dramatica.

A idéa que acode a todos é traduzir. E desde logo moços, que ficaram no seu tempo reprovados no exame de *Francez*, traduzem. Onde está *vous*, põem *v. ex.^a*; e este esfôrço prodigioso de invenção está gastando em Portugal a fôrça de uma geração litteraria. Mas nem sempre se pode produzir... O publico gosta de vêr cousas que se passem no Chiado e na rua dos Fanqueiros; e depois as obras francezas são para grandes companhias de actores que pelo seu numero, pelos seus recursos, pelo seu saber, deixam livre a phantasia creadora do dramaturgo. Então imita-se. Onde está *mr. Valeroy*, põe-se o *Conselheiro Beçerra*; onde está *Lyon*, põe-se

Arcos de Val de Veiz; onde está *rue Vivienne*, põe-se *beco do Fala Só*. Os jornaes applaudem, o rei preside ao espectáculo, e todo o mundo vae tomar chá com emoção.

Mas é necessario por vezes que haja obras originaes. N'esse caso imita-se do mesmo modo, mas põe-se no cartaz: *original*. Que importa? Sabem-n'o apenas tres ou quatro amigos. Ou faz-se devéras uma cousa original. A difficuldade não está em obter os nomes das personagens. Uma acção tambem se alcança: ha muitas feitas, a filha perdida e depois achada, o cofre roubado, o fidalgo arruinado, o homem do povo sublime, etc. O difficil é fazer falar esta gente. N'este lance, o dramaturgo nacional tudo explora e tudo aproveita: vae, procura, tira aqui, copia alli, arranca phrases dos *Miseraveis*, gracejos do sr. *Luiç de Araujo*, discursos do sr. *Fontes* ou de *José Estevam*, tratados de *Economia politica*, pedaços de artigos de fundo, sermões, (muitos sermões!) recorta, cirze, cose, remenda, colla aquelles pedacinhos á lingua de cada personagem, salpica-os de gestos de desespêro, faz esguelhar os cabellos, ensaia musicas tristes para os finaes de actos (puxando assim o sentimento o arco de rabeção), manda levantar o panno — e repouza na immortalidade.

O tempo em que o theatro floresceu foi o tempo em que o theatro cantou Offenbach. Offenbach então triumphava; todas as familias o decoravam; todos os realejos o moíam; todos os sinos o repicavam. Levantava-se então a hostia ao som da canção do general Bum! A alta burguezia sobretudo é que o frequentava, e que o adoptava. E n'esta sympathia geral apenas alguns dramaturgos, alguns *arranjadores*, accusavam o maestrino philosophico de perverter o gôsto, desmoralisar a consciencia, e abaixar o nivel intellectual.

Nem a burguezia teve razão em adoptar, nem os dramaturgos em o maltratarem.

Não, dramaturgos amigos, não comprehendestes Offenbach! Offenbach é maior que vós todos. Elle tem uma philosophia, vós não tendes uma idéa; elle tem uma critica, vós nem tendes uma grammatica! Quem, como elle, bateu em brecha todos os preconceitos do seu tempo? Quem como elle, com quatro compassos e duas rabecas, deixou para sempre desauthorisadas velhas instituições? Quem como elle fez a caricatura rutilante da decadencia e da mediocridade? Vós, com a vossa severidade, não tendes feito um unico serviço ao bom senso, á justiça, á moral. Tendes só feito somno! E elle? o militarismo, o despotismo, a intriga, o sacerdocio venal, a baixaza cortezã, a vaidade burgueza, tudo

feriu, tudo revolveu, tudo abalou n'um *couplet* fulgurante!

Não, alta burguezia, não fizeste bem em o applaudir e em o proteger. Julgaste encontrar n'elle um passatempo, encontraste uma condemnação. A sua musica é a tua caricatura. Tão mal alumiados são os theatros, tão estreita a vossa penetração, que vos não reconhecesseis um por um n'aquella galeria ruidosa dos mediocres do tempo? Não é o *Rei Bo-beche* a phantasmagoria cantada da vossa realeza? Não é *Calchas*, da *Bella Helena*, a mascarada pagã do vosso clero? Não é o general Bum a personificação ruidosa da vossa estrategia de salão? Não é o barão *Grog* a grotesca *pochade* da vossa diplomacia? Não é o trio da conspiração a photographia em couplets das vossas intrigas ministeriaes? Não é toda a *Grã-Duqueza* a *charge* implacavel dos vossos exercitos permanentes?

Vós ristes perdidamente de todas aquellas creações facetas? Pois da vossa realeza, da vossa diplomacia, do vosso exercito, das vossas intrigas, dos vossos cortezãos vos ristes. E comvosco riu-se todo o mundo, *clero, nobreza e povo*.

Sim, Offenbach, com a tua mão espirituosa, des-te n'esta burguezia official—uma bofetada? Não! Uma palmada na pansa, ao alegre compasso dos *can-cans*, n'uma gargalhada europêa!

Offenbach é uma philosophia cantada.

Portugal, não tendo principios, ou não tendo fé nos seus principios, não pode propriamente ter costumes.

Fomos outr'ora o povo do caldo da portaria, das procissões, da navalha e da taberna. Compreendeu-se que esta situação era um aviltamento da dignidade humana: e fizemos muitas revoluções para sahir d'ella. Ficamos exactamente em condições identicas. O *caldo da portaria* não acabou. Não é já como outr'ora uma multidão pittoresca de mendigos, beatos, ciganos, ladrões, caceteiros, que o vae buscar alegremente, ao meio dia, cantando o *Bemdito*; é uma classe inteira que vive d'elle, de chapéo alto e paletot.

Este caldo é o Estado. Toda a nação vive do Estado. Logo desde os primeiros exames no lyceu a mocidade vê n'elle o seu repouso e a garantia do seu futuro. A classe ecclesiastica já não é recrutada pelo impulso de uma crença; é uma multidão desoccupada que quer viver á custa do Estado. A vida militar não é uma carreira; é uma ociosidade organisada por conta do Estado. Os proprietarios procuram viver á custa do Estado, vindo ser deputados a 27500 réis por dia. A propria industria faz-se proteccionar pelo Estado

e trabalha sobretudo em vista do Estado. A imprensa até certo ponto vive também do Estado. A sciencia depende do Estado. O Estado é a esperança das familias pobres e das casas arruinadas. Ora como o Estado, pobre, paga pobremente, e ninguem se pode libertar da sua tutela para ir para a industria ou para o commercio, esta situação perpetua-se de paes a filhos como uma fatalidade.

Resulta uma pobreza geral. Com o seu ordenado ninguem pode accumular, poucos se podem equilibrar. D'ahi o recurso perpetuo para a agiotagem; e a divida, a letra protestada, como elementos regulares da vida. Por outro lado o commercio soffre d'esta pobreza da burocracia, e fica elle mesmo na alternativa de recorrer também ao Estado ou de cahir no proletariado. A agricultura, sem recursos, sem progresso, não sabendo fazer valer a terra, arqueija á beira da pobreza e termina sempre recorrendo ao Estado.

Tudo é pobre: a preocupação de todos é o *pão de cada dia*.

Esta pobreza geral produz um aviltamento na dignidade. Todos vivem na dependencia: nunca temos por isso a attitude da nossa consciencia, temos a attitude do nosso interesse.

Serve-se, não quem se respeita, mas quem se vê no poder. Um governador civil dizia:— «É boa!

«dizem que sou successivamente regenerador, historico, reformista!... Eu nunca quiz ser senão — «governador civil!» Este homem tinha razão, porque mudar do sr. Fontes para o sr. Braamcamp não é mudar de partido; — ambos aquelles cavalheiros são monarchicos e constitucionaes e catholicos. A desgraça é que, se em Portugal existissem partidos republicanos, monarchicos, socialistas, aquelle homem, assim como fôra successivamente reformista, historico e regenerador, — isto é, as cousas mais eguaes, seria republicano, monarchico e socialista, — isto é, as cousas mais contradictorias.

A familia é a primeira a desmoralisar n'este sentido a consciencia. — «*Quem apanhou, apanhou*», é a voz domestica. O individuo assim rebaixado, tendo perdido a altivez da dignidade e da opinião, habitua-se a dobrar-se; dobra-se deante do agiota, do mercieiro, do creado... Dobra-se sempre; propõe injustiças e acceita-as. Extingue-se n'elle gradualmente a noção do justo e do injusto. Julga o favor, a protecção, a corrupção, funções naturaes e accetaveis. Não ha um juiz em Portugal que não possa contar que se lhe tem pedido as cousas mais monstruosamente iniquas, com a simplicidade com que se pede o lume de um cigarro.

O homem á maneira que perde a virilidade de caracter perde tambem a individualidade de pensa-

mento. Depois não tendo de formar o character, porque elle lhe é inutil e teria a todo o momento de o vergar;—não tendo de formar uma opinião, porque lhe seria incómoda e teria a todo o momento de a calar—costuma-se a viver sem character e sem opinião. Deixa de frequentar as idéas, perde o amor da rectidão. Cae na ignorancia e na vileza.

Não se respeitando a si, não respeita os outros: mente, atração, e se chega a medrar é pela intriga.

As mulheres vivem nas consequencias d'esta decadencia. Pobres, precisam casar. A *caça ao marido* é uma instituição. Levam-se as meninas aos theatros, aos bailes, aos passeios, para as mostrar, para as lançar á *busca*. Faz-se com a maior simplicidade esse acto simplesmente monstruoso. Para se imporem á attenção, as meninas teem as *toilettes* ruidosas, os penteados phantasticos, as arias ao piano.

A sua mira é o casamento rico. Gostam do luxo, da boa mesa, das salas estofadas: um marido rico realisaria esses ideaes. Mas a maior parte das vezes, o sonho cae no lagedo: e casam com um empregado a 300000 réis por anno. Aquillo começou pelo *namôro* e termina pelo *tedio*. Vem a indifferença,

o vestido sujo, a cuiã despenteada, o cão de regaço As que porventura casam ricas desenvolvem outras vontades: satisfeitas as exigencias do luxo apparecem as exigencias do temperamento.

Outr'ora havia a religião. Mas hoje as mulheres crêem da religião o que é necessario para ser moda; ou então crêem apenas na exterioridade — novenas, festas de egreja, flôres e altares—tudo o que excita os sentidos, exalta a sensibilidade, e não dá uma regra para o julgamento, nem um criterio para a consciencia.

A Moda é que é uma religião. A modista reina, absorve tudo, não deixa tempo para a menor occupação ou curiosidade d'espírito. Rara a mulher que lê um livro. Rara a que tem um interesse intellectual...

É porventura isto desenhar, a capricho, um quadro sombrio? — Não, descrevemos a acção de uma lei geral.

No fim de tudo, as mulheres virtuosas, as mulheres dignas formam ainda na sociedade portugueza uma maioria inviolavel! Se alguma cousa podemos dizer profundamente verdadeira é — que ellas valem muito mais do que nós.

Nós é que somos abominaveis com a nossa caça á *herdeira*. É esse hoje para o homem o supremo motivo do casamento. Em que se tornou hoje a fa-

milia? *A Família é o desastre que succede a um homem por ter precisado de um dote!*

A grande questão é o dote. Mulher, filhos, parentes, creados são desagradaveis consequencias que se soffrem. Faltando assim o laço moral a familia vive no egoismo. O homem, sem respeito, dá-se a concubinação e ao jôgo. A mulher, desocupada e enfasiada, dá-se ao sentimentalismo e ao trapo. Os filhos, se os ha, são educados pelos creados em quanto não são educados pelos cafés.

— Ando abhorrecido! — é o côro geral. Os espiritos estão vazios, os sentidos insatisfeitos. Gradualmente, com a vontade doente, o corpo enfraquecido, o homem só procura *distrahir, matar o tempo*. Mas em que? Na leitura?

Não se compra um livro de sciencia, um livro de litteratura, um livro de historia. Lê-se Ponson du Terrail — emprestado!

Ao theatro não se pede uma idéa: querem-se vistas, fatos, mutações. O espirito tem até preguiça de comprehender um enredo de comedia; prefere-se olhar, recostado, fazendo a digestão de um máu jantar, os bastidores pintados do *Rabo de Sata-na*.

O Passeio Publico é um prazer lugubre. É uma secretaria arborizada, onde se vae estar, gravemen-

te, em silencio, de olhar amortecido, de braços pendentes!

Os cafés são soturnos. Meio deitados para cima das mesas, os homens tomam o café a pequenos golos, ou fumam calados. A conversação extinguiu-se. Ninguém possui idéas originaes e proprias. Ha quatro ou cinco phrases, feitas de ha muito, que se repetem. Depois boceja-se. Quatro pessoas reúnem-se: passados cinco minutos, murmuradas as trivialidades, o pensamento de cada um dos conversadores é poder-se livrar dos outros tres.

Perdeu-se através de tudo isto o sentimento de cidade e de patria. Em Portugal o cidadão desapareceu. E todo o paiz não é mais do que *Uma aggregação heterogenea de inactividades que se entastiam.*

É uma nação talhada para a dictadura — ou para a conquista.

II

Maio 1871.

Ha em Portugal quatro partidos: o partido *historico*, o *regenerador*, o *reformista* e o *constituente*. Ha ainda outros, mas anonymos, conhecidos apenas d'algumas familias. Os quatro partidos officiaes, com jornal e porta para a rua, vivem n'um perpetuo antagonismo, irreconciliaveis, latindo ardentemente uns contra os outros de dentro dos seus artigos de fundo. Tem-se tentado uma pacificação, uma união. Impossivel! elles só possuem de commum a lama do Chiado que todos pisam e a Arcada que a todos cobre. Quaes são as irritadas divergencias de principios que os separam? — Vejamos:

O partido *regenerador* é constitucional, monarchico, intimamente monarchico, e lembra nos seus jornaes a necessidade da economia.

O partido *historico* é constitucional, immensamente monarchico, e prova irrefutavelmente a urgencia da economia.

O partido *constituente* é constitucional, monarchico, e dá subida attenção á economia.

O partido *reformista* é monarchico, é constitucio-
nol, e doidinho pela economia!

Todos quatro são catholicos,

Todos quatro são centralisadores,

Todos quatro teem o mesmo affecto á ordem,

Todos quatro querem o progresso, e citam a Bel-
gica,

Todos quatro estimam a liberdade.

Quaes são então as desintelligencias? — Profun-
das! Assim, por exemplo, a idéa de liberdade enten-
dem-a de diversos modos.

O partido historico diz gravemente que é neces-
sario respeitar as *Liberdades Publicas*. O partido
regenerador nega, nega n'uma divergencia resoluta,
provando com abundancia de argumentos que o
que se deve respeitar são — as *Publicas Liberdades*.

A conflagração é manifesta!

Na acção governamental as dissensões são perpe-
tuas. Assim o partido *historico* propõe um imposto.
Porque, não ha remedio, é necessario pagar a reli-
gião, o exercito, a centralisação, a lista civil, a di-
plomacia. . . — Propõe um imposto.

«Caminhamos para uma ruina! exclama o presi-
dente do conselho. O *deficit* cresce! O paiz está

«pobre! A unica maneira de nos salvarmos é o imposto que temos a honra, etc...

Mas então o partido *regenerador*, que está na opposição, brame de desespêro, reúne o seu centro. As faces luzem de suor, os cabellos pintados destingem-se d'agonia, e cada um alarga o collarinho na attitude d'um homem que vê desmoronar-se a patria!

— Como assim! exclamam todos, mais impostos!?

E então contra o imposto escrevem-se artigos, claboram-se discursos, tramam-se votações! Por toda a Lisboa rodam carruagens de aluguel, levando, a 300 réis por corrida, inimigos do imposto! Prepara-se o *cheque* ao ministerio historico... Zás! cáe o ministerio historico!

E ao outro dia, o partido *regenerador*, no poder, triumphante, occupa as cadeiras de S. Bento. Esta mudança alterou tudo: os fundos desceram mais, as transacções diminuiram mais, a opinião descreu mais, a moralidade publica abateu mais — mas finalmente cahiu aquelle ministerio desorganizador que concebera o imposto, e está tudo confiado, esperando.

Abre a sessão parlamentar. O novo ministerio regenerador vae falar.

Os senhores tachigraphos aparam as suas pennas

velozes. O telegrapho está vibrante de impaciencia, para communicar aos governadores civis e aos coronéis a regeneração da patria. Os senhores correios de secretaria teem os seus corceis sellados!

Porque enfim o ministerio regenerador vae dizer o seu programma, e todo o mundo se assôa com alegria e esperanza!

— Tem a palavra o sr. presidente do conselho.

— *O novo presidente*: «Um ministerio nefasto «(apoiado, apoiado! exclama a maioria historica da «vespera) cahiu perante a reprovação do paiz inteiro. Porque, senhor presidente, o paiz está desorganizado, é necessario restaurar o crédito. E a unica «maneira de nos salvarmos. . .»

Murmurios. Vozes: *Ouçam! ouçam!*

« . . . É por isso que eu peço que entre já em discussão . . . (attenção ávida que faz palpitar debaixo «dos fraques o coração da maioria . . .) que entre «em discussão — o imposto que temos a honra, etc. «(apoiado! apoiado!)»

E n'essa noite reúne-se o centro historico, hontem no ministerio, hoje na opposição. Todos estão lugubres.

— «Meus senhores, diz o presidente, com voz «cava. — O paiz está perdido! O ministerio regenerador ainda hontem subiu ao poder, e doze horas «depois já entra pelo caminho da anarchia e da

«opressão propondo um imposto! Empreguemos
«todas as nossas fôrças em poupar o paiz a esta
«ultima desgraça! — Guerra ao imposto!»...

Não, não! com divergencias tão profundas é im-
possivel a conciliação dos partidos!

III

Maio 1871.

O sr. Anthero de Quental abriu no dia 19 as conferencias democraticas no Casino.

É a primeira vez que a revolução, sob a sua forma scientifica, tem em Portugal a palavra.

O mundo revolucionario, ou antes, na sua feição partidaria e politica, o mundo republicano, tinha-se até hoje manifestado muito indistinctamente, — por alguma voz isolada que sem écho se extinguia no silencio da opinião, ou pelas agitações, mais suspeitadas que verificadas, de especuladores e de intrigantes. Às vezes meia folha de papel era distribuida gratis, com alguns insultos aos ministros, ao rei, e a um ou outro regedor. Outras vezes apparecia um jornal, que, em tom lyrico, cantava a fraternidade e os seus encantos, dirigia apostrophes ao rochedo de Guernesey, citava o Golgotha em questões de fazenda, e voltando-se para o rei dizia-lhe: — *Tu!* Por vezes ainda um jornal de capa verme-

lha, e de calúnia de outras côres, a proposito de liberdade insultava senhoras, e, sob pretexto de ser um jornal de combate, era um jornal de diffamação. Havia outros republicanos: todos os jornaes na opposição se dão vagamente esse ar, falam então no suor do povo... (Imaginarão que a aristocracia não sua? Como se illudem!) O *Jornal do Commercio*, representante da burguezia liberal, foi algum tempo republicano, e dizia aos tyrannos cousas desagradaveis que deviam maguar Napoleão III, o defuncto Caligula, e outros ex-oppresores. O partido do sr. marquez de Angeja parece que tambem tendia para republicano; pelo menos assim o pensavam os creados do Martinho. Alguns reformistas teem dicto que o sr. bispo de Vizeu, bem no seu fundo—é republicano. Corre que outros chefes de partido o são tambem. E isto vae n'uma tal contaminação democratica, que o unico conservador constante que nos fica—é Danton!

Tal era o partido republicano, que causava hilaridade! Por isso o espanto é grande, vendo apparecer homens que apresentam a revolução serenamente—como uma sciencia a estudar. Não o fariam mais tranquillamente se se tratasse de anatomia.

As conferencias hão de encontrar resistencias.

Em primeiro logar o nosso publico intelligente e litterario ama sobretudo o *bel-esprit*, a oratoria, a phrase. Moda peninsular. Ora as conferencias pela sua natureza scientifica e experimental — exigem justamente o contrario dos apparatus rhetoricos. São a demonstração, não são a apostrophe; são a sciencia, não são a eloquencia. As declamações tem tirado á democracia o seu character privativo de realidade e de sciencia. Temos ouvido cantar a democracia, berral-a, soluçal-a: é tempo de a vermos demonstrar. Deixemos no bengaleiro a nossa perpetua inclinação nacional de escutar odes — e entremos só com a tendencia humana de resolver problemas.

A revolução apparece ao mundo conservador, como o christianismo ao mundo sophista. Os sophistas tinham tomado o partido de rir *d'aquelles nazarenos*. É o que faz agora o periodico a *Nação*, quando se trata da revolução. Não és original, ó *Nação!*

Tenhamos bom senso! Escutemos a revolução; e reservemo'-nos a liberdade de a esmagar — depois de a ouvir.

Uma cousa que a compromette é ella falar em nome do proletario. O proletario pretende explicar-se; quer por um lado contar a sua miseria, por outro provar o seu direito. O simples bom senso

indica que se deixe falar o proletario. *Silencio ao pobre!* gritava Lamennais em 48. Esta palavra horrorosa, que é um dobre a finados pela dignidade humana, inspira ainda as instituições. — Santo Deus! Parece que lhes dóe a consciencia, ás instituições! Deixemos falar o proletario. Que receiam? Não temos os nossos exercitos, os nossos parlamentos, a nossa policia? Deixemol-o falar.

Desdigamol-o depois quando elle mentir, refute-mol-o quando errar. É muito mais commodo encontrarmo'-nos com quem represente o proletario, socegradamente, na sala do Casino, do que encontrarmos o proprio proletario mudo, taciturno, pallido de ambição ou de fome, armado de um chuço á embocadura de uma rua. Fazer conferencias — se bem attentamos n'este acto — reconhece-se que é uma cousa differente de fazer barricadas. É por lhe não permittirem fazer conferencias que o proletario parisiense faz fogo. O proletario inglez não espingardeia os seus governos pela razão de que fala nos *meetings*. E, quando aquelles que falam no poder os representam mal, os operarios inglezes pedem-lhes contas nos seus comicios, cobrem-os de improperios, e atiram-lhes com cebolas á cara. Se a victima tenta fugir ou fazer resistencia á cebola ou ao insulto, um *police-man* segura-o gravemente

pela golla da casaca, e convida em nome da moralidade o procurador do povo a esperar pelos restos da injuria e da hortaliça.

Temos ainda que, actualmente, o grande caracter das conferencias é, segundo nos parece, a oportunidade. Ha muito tempo que a opinião publica as pedia. O que! ha ahi alguém que o nega?

Não o nega decerto o parlamento onde todos os dias ministros, maiorias e opposições dizem que o paiz está desorganizado.

Não o nega decerto a imprensa que todos os dias declara que o systema constitucional está desauthorisado! (*Diario Popular, Jornal do Commercio, Gazeta, etc., passim.*)

Não o nega a opinião, que todos os dias exclama, com uma certa convicção desleixada, nos cafés, nas ruas, nos passeios, nos estancos: — Ora! isto está pôdre!

Quando a opinião, tão geral, diz que um paiz está perdido dentro de um systema, colloca-se por essa mesma confissão fora do systema, e deseja, por uma propaganda nova, uma reforma social.

Sejamos logicos. As *Farpas* não são o legitimismo, nem a republica, nem o constitucionalismo, nem o sebastianismo. Desejam simplesmente ser a logica e o bom senso.

Vejamos: não tem a imprensa confessado todos os dias a podridão do paiz e a desorganisação das suas fôrças vivas? (Jornaes politicos, *passim*.)

Ou são sinceros, ou não. Se não são, então faltam duplamente á dignidade porque desconsideram os outros enganando-os, e desconsideram-se a si mentindo. São perturbadores de profissão: querem lançar, de caso pensado, o scepticismo no espirito publico para o interesse da sua intriga. Pertencem portanto ao ministerio publico. — Se são sinceros então devem estar radiantes de alegria porque teem essa propaganda nova que implicitamente pediam.

Não vemos nós os ministerios dissolvendo camaras sobre camaras, depois de lhes experimentarem um momento a intelligencia — *Outra que esta não presta!*?

Não vemos os partidos, em quem deve residir a consciencia do Estado, derrubarem todos os dias ministerios, como um homem que n'um chapeleiro experimenta chapéos — *Outro que este não serve?*

E vós, jornaes politicos, não confessaes vós todos os dias a impotencia dos vossos politicos? Não vos tendes dicto uns aos outros os extremos insultos? Não vos tendes desturido uns pelos outros? Appellamos para ti, leitor de bom senso. Não é verdade que o *Diario Popular* tem dicto, dentro do systema, que o sr. Fontes é incapaz de organizar o paiz?

É. — Não é verdade que a *Revolução* tem provado á saciedade, dentro do systema, que o sr. bispo de Vizeu é incapaz de organisar o paiz? É. — Não é verdade que a *Gazeta do Povo* tem provado que ambos elles são incapazes? E não é verdade que a *Revolução* e o *Diario Popular* teem affirmado uniformemente que o incapaz é o sr. Braamcamp? É. Por consequencia parece que estaes inutilisados uns pelos outros. Se um fala verdade, todos a falam. Se um a falseia, todos a falseiam. Portanto ou tendes de aceitar a vossa condemnação, ou tendes de confessar a vossa falsidade.

Qual é a conclusão? A necessidade d'uma propaganda nova. É o que a imprensa está pedindo ha longo tempo; é o que o Casino emfim lhe fornece! Muito feliz ainda que lhe não appareça com chuços, tocando a rebate pelas ruas, e que lhe appareça apenas com idéas, e tocando a rebate através das consciencias. Todos os partidos estão pois interessados n'esta propaganda. Quem fala depois do sr. Anthero de Quental? Deve ser o sr. bispo de Vizeu!

IV

Maio 1871.

O partido reformista appareceu um dia, de repente, sem se saber como, sem saber porque. Era um estafermo austero, pesado, de voz possante. Ninguem sabia bem o que aquillo queria. Alguns diziam que era o sebastianismo sob o seu aspecto constitucional; outros que era uma seita religiosa para a criação do bicho de seda. Corriam as mais desvairadas opiniões. Apresentava-se tão grave, tão triste, tão intransigente, que no Chiado affirmava-se ser um personagem da historia romana — empalhado!

Ninguem se approximava d'elle, no meio da immensa impressão que causava nos môços de fretes. Por fim, pouco a pouco, alguns jornalistas mais curiosos fôrã-se chegando, começaram a tocar-lhe com o dedo, a vêr se era de páu. Era de carne, verdadeiro. Percebeu-se mesmo que falava. Então os mais audaciosos fizeram-lhe perguntas.

— Senhor, disseram, espalhou-se por ahi que vindes restaurar o paiz. Ora deveis saber que um partido que traz uma missão de reconstituição deve ter um systema, um principio que domine toda a vida social, uma idéa sobre moral, sobre educação, sobre trabalho, etc. Assim por exemplo a questão religiosa é complicada. Qual é o vosso principio n'esta questão?

— Economias! disse com voz potente o partido reformista.

Espanto geral.

— Bem! e em moral!

— Economias! bradou.

— Viva! e em educação?

— Economias! roncou.

— Safa! e nas questões de trabalho?

— Economias! mugiu.

— Apre! e em questões de jurisprudencia?

— Economias! rugiu.

— Santo Deus! e em questões de litteratura, de arte?

— Economias! uivou.

Havia em tôrno um terror. *Aquillo* não dizia mais nada. Fizeram-se novas experiencias. Perguntaram-lhe:

— Que horas são?

— Economias! rouquejou.

Todo o mundo tinha os cabellos em pé. Fez-se uma nova tentativa, mais dôce.

— De quem gosta mais, do papá, ou da mamã?

— Economias! bravejou.

Um suor frio humedecia as camisas. Interrogaram-no então sobre a taboada, sobre a questão do Oriente...

— Economias! gania.

Foi necessario reconhecer, com mágua, que o partido reformista não tinha idéas. Possuia apenas uma palavra, aquella palavra que repetia sempre, a todo o proposito, sem a comprehender. O partido reformista é o papagaio do Constitucionalismo.

V

Maio 1871.

O sr. bispo do Algarve, patriarcha, publicou uma pastoral.

Ergueu-se a este respeito um debate na camara, em que se falou consideravelmente em *placet e non placet*. A opinião liberal irritou-se vendo o sr. bispo do Algarve lamentar com azedume a extincção do poder temporal. A opinião liberal não ama o poder temporal, e entende que o Papa se deve occupar unicamente dos negocios do céo. A opinião liberal faz a policia do espiritalismo.

Ora affirmar que o papado pode viver exclusivamente do poder espirital é uma patente má fé (não é o caso da opinião liberal), ou um prurido revolucionario (não é tambem o caso da honrada maioria constitucional). O que é então? Uma falta notavel de principios e de logica.

O papado podia viver sem o temporal quando a religião lhe dava o dominio em todas as consciencias, e fazia d'elle o vicariato de Deus.

Escusamos de citar épochas historicas. O Papa tinha então tambem um dominio temporal — mas como uma joia da sua tiara, não como condição vital da sua supremacia. Não foi por possuir Roma e mais uns pedaços de terra que Gregorio VII, Urbano II, Innocencio III se affirmaram tão grandes: as terras, de conquista ou de doação, eram apenas a glorificação do seu pontificado. O verdadeiro imperio tiravam-no elles da espontaneidade da fé catholica e da fôrça da unidade.

Desde que a fé se extinguiu, que por toda a parte o Estado fez scisão com a Egreja, e que a religião de dominadora passou a consentida—o que sustenta o catholicismo e a soberania espiritual? É a soberania temporal, o reino de Roma. Se o papa do perder para sempre Roma, symbolo visivel da supremacia religiosa — que fica? Um vago e indefinido interesse espiritual, falando em nome da fé que ninguem possui, e da tradição de S. Pedro que ninguem já sabe em que consiste.

O catholicismo degenera assim n'uma especie de protestantismo — equilibrado entre o calendario e a indiferença.

De modo que a opinião liberal, que no parlamento protestou ser catholica apostolica romana, censurando a defesa do poder temporal, censura a defesa do catholicismo e a defesa da unidade. E através

dos seus protestos orthodoxos mostra-se inimiga do catholicismo — por consequencia inimiga do christianismo, porque o catholicismo é a expressão mais logica do christianismo — por consequencia inimiga da religião, porque o christianismo é a expressão mais logica do conceito religioso.

E aqui temos, n'um paiz catholico, os illustres senhores deputados, em pleno parlamento, fazendo profissão de atheismo!

De resto a pastoral de S. E. R. é um documento deploravel.

Se fôsse um protesto catholico, a condemnação pura e simples da philosophia e da razão, uma pequena encyclica para uso nacional, uma defesa do temporal intransigivelmente posta — applaudiriamos a pastoral. Seria um documento logico.

Mas não! a pastoral é uma especie de artigo de fundo molhado em agua benta, o que quer que seja de beato e de lacrimoso, pamphleto de sacristia sem criterio, sem logica, sem sciencia, sem orthodoxia, com um cheiro a opa e a feno sêcco, começando por dirigir apostrophes á arca de Noé e terminando por pedir esmolas para o Papa.

Esmolas! Esmolas! O papado quando tinha Roma apresentava o extranho caso de um estado fundado unicamente sobre a mendicidade. Roma vivia

das esmolas do mundo. Papa, cardiaes, clero e de populaça eram todos mendigos de profissão.

Mas hoje o Papa não tem Roma, e as esmolas continuam a tomar o caminho de Roma!

O caminho de Roma? Quem sabe?

Ahi estão os jornaes hispanhoes que declaram que a subvenção catholica para o Papa não é mais que uma inscripção disfarçada para o legitimismo; e que todos esses dinheiros que os fieis imaginam que vão tornar mais chorumenta a terrina papal vão simplesmente ser empregados em comprar balas e polvora para a insurreição da Navarra.

VI

Maio 1871.

A opinião tem pela Camara dos Deputados um sentimento unanime, e unanimemente declarado: o tédio.

Diz-se mal da Camara por toda a parte. Os jornaes mais serios falam constantemente na sua improductividade. Apparecem contra ella pamphletos satiricos. Ella é geralmente considerada como um sordido covil de intrigas. Se se pergunta:

— Que houve hoje na camara?

— Uma farça, respondem uns.

— Uma feira, respondem outros.

Os jornaes politicos vem cheios d'estas fórmulas: «A camara hontem deu um espectaculo triste para quem preza os verdadeiros principios...» «A camara está offerecendo a prova da sua falta de independencia...» «A camara salta por cima dos principios mais rudimentares de administração.»

—O parlamento é uma vergonha, diz-se nos cafés.

— Vamos aos toiros! exclama-se nas galerias (textual.)

— Amanhã ha escandalo! murmura-se na vespera das sessões.

Fazem-se-lhe epigrammas, põem-se-lhe alcunhas. Os folhetins escarnecem-n'a; os jornaes de noticias contam com uma singelleza dramatica: «Hontem a sessão passou-se em injurias pessoases.»

Um grande escriptor, que é tambem um grande character, chamou-lhe: «Lupanar!» O dicto julgado justo, e coberto de applausos, é sempre citado.

De que provém este desdem geral? De um surdo fermento de hostilidade que haja entre nós contra os grandes corpos do Estado? Da convicção nascida d'uma experiencia diaria?

Tu, leitor de bom senso e de boa fé, que não és deputado, e te sentas na galeria, ou lês as sessões no jornal, responde tu, nosso amigo e confidente!

A opinião é legitima e fundada em experiencia. A camara (tomemos a actual, para exemplo) não tem principios, nem idéas, nem consciencia, nem independencia, nem patriotismo, nem sciencia, nem eloquencia, nem seriedade. Isto não quer dizer que isoladamente, individuo por individuo, se não encontrem estas qualidades com um relêvo poderoso; seria ridiculo negar a erudição do sr. Latino, a ho-

nestidade do sr. Rodrigues de Freitas, etc., etc. O que se quer dizer, é que, como corpo constituído, sentada nas suas cadeiras, com o seu presidente, a sua campainha, o seu copo d'agua com assucar, e os seus continuos — a camara tem a falta absoluta de qualidades que a illustrariam, e a abundancia de defeitos que a deshonram.

A camara não tem principios. É monarchica. e corta a lista civil, dando toda a latitude ao rei na politica, mas reduzindo-lh'a no orçamento. É catholica, e mostra se hostil á defesa do poder temporal, o que, por uma deducção logica, é mostrar-se sympathica á condemnação do catholicismo. Dá alternadamente maioria a todos os partidos. E só serve as ambições de chefes, que a exploram e que a desprezam.

A camara não tem idéas. Deante d'um paiz desorganizado de um extremo ao outro, que faz? Discute a questão das ostras. Não apresenta uma lei, um regulamento, uma reforma, um projecto. Durante um mez inteiro discute se o sr. Soares Franco deve ter o commando da armada, ou se o não deve ter. O ministro declara que sim — «porque o commando da armada é de tradição de tres seculos.» Este principio do governo, logicamente entendido, obriga o ministerio a levantar a fôrca, reconstruir os conventos, resuscitar Affonso Henriques,

ir immediatamente descobrir outra vez o caminho da India — e ficar sempre a descobri-lo!

A camara não tem justiça. Se alguma coisa decide, na sua pequenina área de alterações pequeninas, não é no terreno da justiça publica, é no do interesse politico. Quem ignora os exemplos? A sua enumeração fatigaria Homero.

A camara não tem consciencia. O seu criterio, a sua moral é a *intriga*. A *intriga* politica, a *intriga* partidaria. A maioria apoiava o sr. marquez d'Avila; a maioria abandona-o. Por que? Era hontem apto, é hoje inepto? É que o sr. marquez d'Avila se nega á discussão do orçamento. N'esse caso para que lhe dão a lei de meios até julho? É um imbroglia conduzido por uma intriga. Acham-n'o tão improprio que se afastam d'elle, mas dão-lhe o poder por mais dois mezes.

A camara não tem patriotismo. É necessario proval-o? Que lhe importa a ella o paiz, a sua organização, o seu progresso? Que faz por elle? Com que instituições o dota? Que melhoramentos lhe dá? Que interesse tem pela instrucção, pela industria, pela agricultura? A camara intriga e vocifera! De resto é um baralho de cartas com que chefes habeis fazem uma partida de voltarete. É o paiz é quem leva os codilhos.

A camara não tem independencia. Vêde as amea-

cas de dissolução. Ainda a dissolução não aponta ao longe, já a camara está encolhida debaixo dos bancos!

A camara não tem sciencia. Nem administração, nem economia, nem direito publico, nem direito constitucional, nem historia, nem grammatica, a camara nada sabe. O sr. Dias Ferreira, um professor consagrado, o sr. Sampaio, um jornalista illustre, e um ou dois magistrados que são deputados, poderiam, melhor que nós, vir contar nas *Farpas* os discursos grotescos proferidos no parlamento em questões de doutrina.

A camara não tem eloquencia. Queres vêr, leitor de bom senso, um modelo de discurso? Foi o sr. deputado... Para que dizer o nome? A nossa questão não é de nomes, é de factos. Vejam o *Diario das Camaras*. O orador começa por um exordio. Conta como Platão dormia a sesta, e o que faziam as abelhas do Hymetto. Depois diz que desejava ter os dotes de suavidade e brandura para rastrear Platão. Pausa. Entra em seguida em materia. Principia por declarar que já vae longe para elle o periodo da adolescencia, mas que é natural que por lá lhe ficassem *antigas fervenças*, restos d'aquelles *fluxos seivosos* (textual). Depois explica como era o accôrdo que reinava entre os deuses de Homero: «Achilles empunhava o gladio, Ajax brandia o fer-

ro! Passa em seguida aos trabalhos de Hercules. Narra durante dez minutos a fabula de Oxilus. Fala na Eolia, na Etolia, e no Peloponeso. Menciona Jupiter, no Olympo, sentado no *seu throno coruscante* (textual). Trata dos sacerdotes egypcios, dos idolos, do cão Anubis, e da esphinge, que segundo elle, *era um deus com cabeça de gato* (parece incrível mas é textual!) Logo adiante cita as portas da Aurora. A proposito da sua alma brada:

«Malheur à qui sonde les abîmes de l'âme!»

Depois occupa-se da maneira de conceber das aranhas. Aponta por essa occasião Saturno, um pouco mais abaixo Isocrates. Allude ás hydras. Desenvola uma historia immensa das *Confissões* de Santo Agostinho. Discursa ainda sobre Sião e Babilonia, e senta-se! Tudo isto a proposito do sr. marquez d'Avila e da commissão de fazenda.

A camara não tem seriedade. Quem não viu uma sessão? O sussurro, o barulho, a confusão são perpetuos. Vota-se sem saber o que se discutiu, e continua-se a conversar. As questões pessoases estão constantemente na ordem do dia. Vôam os desmentidos. Fervilham as injurias. Nos momentos mais serenos é a graça e a troça. E das galerias o publico assiste, ora indignado ora divertido, ao espectáculo sem equal.

Achaes estas paginas crueis? Pensaes que não nos dóe tanto escrevel-as como vos dóe o lêl-as? Pensaes que é com espirito alegre, e a penna ao vento, que levantamos um por um, deante do publico, os farrapos da vossa decadencia? — Appellamos para vós mesmos. Se algum de vós, na sua consciencia, acha que não dizemos uma verdade perfeita, que nos atire a primeira pedra como no Evangelho, isto é, que nos lance a primeira contradicção.

VII

Junho 1871.

Todos os jornaes, na época de eleições, teem os seus candidatos predilectos. Os jornaes francezes lançam os nomes d'esses, á adhesão publica, no alto da pagina, em typo enorme. Os jornaes portu-guezes é n'uma prosa dormente que os aconselham, com recato.

Nós possuímos tambem dois candidatos queridos.

São :

O dr. João das Regras!

O condestavel D. Nuno Alvares Pereira!

São estes dois cavalheiros, — cidadãos! — a expressão gloriosa da sua patria. Um é o seu pensamento juridico, outro o seu valor heroico. Qual será o liberal intelligente que recuse o seu voto a estes dois homens historicos? Valerá mais o sr. José de Moraes, ou o sr. Coelho do Amaral?! E depois quem como o sr. João das Regras velaria pelos fo-

ros populares? Quem como o condestavel manteria a independencia da patria? — Á urna, cidadãos!

Podem apenas pôr nos uma objecção, — pequena por si, mas que talvez influa nos animos timoratos: é que o doutor e o condestavel morreram ha quatro seculos!

Pois bem! nós affirmamos que esse detalhe nada importa, porque elles se acham em identidade de circumstancias com a grande parte dos candidatos que se apresentam por esses circulos, de Norte a Sul do paiz! Todos esses benemeritos estão na realidade tão mortos como João das Regras, e como D. Nuno Alvares Pereira!

Debalde passeiam! debalde falam! Estão mortos. Viver para sentir physicamente é simples — basta que os pulmões respirem, que o sangue circule, que o alimento se digira. Mas viver para legislar e pensar é mais complexo — é necessario que a intelligencia e a consciencia estejam em vigor, trabalhando. Ora grande parte dos senhores candidatos tem aquella porção do seu ser tão morta como o dr. Regras, ou o condestavel Pereira.

Com effeito, no sentido de legislar, organizar, e dirigir um paiz — viver é ser do seu tempo, estar no seu momento historico, ajudar a creação social do seu seculo, sentir a communhão das idéas novas. Ser democrata de 20, ou cartista de 36, ou cabra-

lista de 45, ou regenerador de 51 — não é viver, é recordar-se. E, por este lado, quem sabe também se os mortos se recordarão?

Por consequencia, como a maioria dos candidato se acham mortos e embalsamados no seu proprio corpo — estão na categoria em que se encontram os defunctos Regras e Alvares Pereira.

Propomos pois:

O DOUTOR!

O CONDESTAVEL!

Podem todavia observar-nos:

Sendo verdade (como é) que os srs. deputados estão mortos no seu espirito — é também verdade que estão vivos no seu corpo, que podem dizer *presentes!* na chamada, e que esta condição não se gabam o doutor e o condestavel, os quaes, sendo um punhado hypothetico de pó, não podem ter a pretensão, verdadeiramente tyrannica, de dizerem *presentes!* — como o sr. Melicio, ou o sr Carlos Bento, que são de carne!

Bem! Então uma vez que é necessario um vulto, um corpo, uma pouca de materia, para que os senhores secretarios os possam tomar como personalidades — propomos:

A ESTATUA DE CAMÕES.

A DE JOÃO DE BARROS.

Não nos dirão decerto que estes não tenham forma, medida, pêso! Á urna pois!

Mas podem fazer-nos sentir:

Que se estes ultimos cavalheiros teem a condição corporea, lhes falta a condição vocal—aquella grande condição de deputado que consiste em dizer:— Apoiado!

N'esse caso, como não temos a pretensão de provar que o bronze e a pedra possuam uma extrema facilidade de locução—propomos:

Dois papagaios, á escolha do sr. marquez d'Avila!

VIII

Junho 1871.

Este mez, quando os cravos abriam, as camaras fecharam. Fecharam, isto é, fôram expulsas!

Houve talvez umas certas fórmulas, fez-se decreto o programma do encerramento; mas a verdade é que ellas fôram precipitadas, aos empurrões, pelas escadarias de S. Bento abaixo.

A camara estava quieta, bem barbeada, commodamente sentada nas suas cadeiras, sem desconfiança, esperando com gravidade civica que o governo manifestasse a sua idéa por um projecto, um relatório, um dicto, um grito, uma carranca!

O governo entrou, e, com gesto palaciano e galhardo, fez evacuar a sala!

E ahi está como a grande occupação do mez são as ELEIÇÕES.

É necessario que te expliquemos, leitor pacifico que não pertences aos centros, o organismo interior

d'uma eleição. É ao alegre fugir da penna um curso de anatomia politica. Lê-o ao chá aos teus pequerruchos, a quem tua mulher prepara as fatias com manteiga. É o melhor ensino que lhes podes dar do abaixamento do seu tempo. Se elles adremecerem no meio mais pungente da declamação, não penses que foi a somnolencia communicativa das nossas palavras severas. É que em Portugal tudo faz somno — até a anarchia!

Quando uma camara se fecha, o governo *nomeia* outra. *Nomeia* — porque uma camara não é *eleita* pelo povo, é *nomeada* pelo governo. O deputado é um empregado de confiança. Sómente a sua *nomeação* não é feita por um decreto nitidamente impresso no *Diário do Governo*: o processo d'essa nomeação é mais complicado e moroso. É por meio de *votos*, os quaes são tiras de papel, onde está escripto um nome, e que se deitam n'um domingo, n'uma egreja, dentro d'umas caixas de páu, que se chamam romanticamente *urnas*. Uns homens graves, de camisas lavadas, estão em roda da *urna*. Estes homens chamam-se a *mesa*. São elles que, com gesto civico e cheios do espirito das instituições, mettem gravemente o papelinho branco (*a voto!*) na caixinha (*a urna!*)

A *urna* affecta várias formas, segundo as fregue-

zias: Ha urnas de feitio de caixas de assucar, do feitio de vasilhas, do feitio de chavenas, etc.

Os candidatos gritam sempre, no ultimo periodo dos seus manifestos, transportados de furor constitucional:

— Cidadãos, á urna!

— É puramente uma denominação sentimental.

Para serem exactos deveriam exclamar, em certas freguezias:

— Cidadãos, ao caixote!

E n'outras:

— Cidadãos, á vasilha!

Ora, apesar d'esta nomeação apparatusa e de grave cerimonia, o deputado é tão egualmente funcionario como se fôsse nomeado por oito linhas triviaes e burocraticas do *Diario do Governo*. O deputado obedece ao governo, e exerce uma funcção. Ha o *apagador*, o *gritador*, o *interruptor*, o *homem dos incidentes*, o *homem dos precedentes*, etc. E quando desagrada, é demittido. Sómente não se diz *demittido*. Diz-se, com menos asseio, *dissolvido*.

O governo pois *nomeia* os seus deputados. Estes homens são, naturalmente e logicamente, escolhidos entre os amigos dos ministros. Por dois motivos:

1.º Porque a amizade suppõe identidade de interesses, confiança inteira.

2.º Porque sendo a posição de deputado ociosa e

rendosa, é coerente que seja dada aos amigos íntimos — áquelles que vão ao enterro dos parentes e trazem o pequerrucho da casa ás cabritas.

Os amigos dos ministros são, naturalmente, os primeiros escolhidos. Para completar o numero de uma maioria util estes amigos mais em contacto indicam depois outros, seus parentes que procuram collocar, ou seus adherentes que querem utilizar.

— Tu não tens ninguem pelo circulo tal? pergunta X ao ministro, seu intimo.

— Não.

— Espera! tenho eu um primo. O pobre rapaz tem poucos meios, é pianista. Mas é fiel como um cão. Um escravo! Posso dizer ao rapaz que conte com a cousa?

— Podes dizer ao rapaz.

Lentamente a lista da maioria vae-se formando em Lisboa. Os pretendentes são numerosos. Os *amigos íntimos* agitam-se em volta do ministro, como um bando de pardaes em tórno de um sacco de espigas. Um tem um primo que casou; outro sabe de um folhetinista com talento e lingua facil; outro quer um cunhado; outro deseja um homem a que deve uns centos de mil réis (mas dispensa a candidatura para esse *ladrão*, se o ministro fizer esse *ladrão* recebedor de comarca)... Depois os candidatos são mudados como figuras de um jôgo de xa-

drez. A um, a quem se prometteu o circulo D, dá-se o governo civil de B — como indemnisação. Tira-se a C a candidatura porque se descobre que C tomou chá com o chefe da opposição. Mas dá-se a E que foi quem denunciou C. Às vezes é um influente pelo circulo X, que, em paga da sua influencia, pede que seu genro *venha* pelo circulo Z, onde é proprietario.

— Mas o circulo Z está promettido a Fulano, que é um professor distincto, um publicista! Seu genro tem pelo menos algum curso?

— Meu genro não tem curso nenhum. Eu é que tenho influencia. O jornal da localidade já provou que meu genro era um animal. Mas meu genro espancou a redacção.

E quem *vem* pelo circulo Z não é o professor distincto, mas o sujeito convencido *de animal* pelo periodico da localidade!

Ha ainda os amigos do governo, que residem na provincia. Esses escrevem ao ministro :

«Tenho aqui tudo preparado pelo circulo, e gasto um dinheirame. Por isso, querido amigo, espero que me mandes apoiar a eleição... Sabes que sou fiel como um cão, quando tu estás no poleiro.»

Mezes depois d'este exercicio o governo possui emfim, inteira, compacta, abarrotada de nomes fieis, a lista da sua maioria.

Quando o governo não tem politica propria, nem programma proprio, nem amigos proprios, e vive, como o actual, apoiado em dois partidos — são esses partidos que dão ao ministério as listas das *suas* maiorias particulares. O governo accêta, e *nomeia* estas maiorias.

Constituida a camara, cada partido retira a sua maioria, e o governo, desamparado, cæe de costas, estatelado no lodoso chão da intriga.

E as duas maiorias livres da fastidiosa occupação de amparar um governo antipathico, e com os braços disponiveis, rompem logo a invectivar-se uma á outra com galhardo brio.

Tal é este prodigioso e baixo imbroglío!

Logo que o governo possui completa a sua lista, communica-a aos governadores civis. Começa aqui o que se chama o *trabalhinho* das auctoridades. O governador civil chama particularmente cada administrador de concelho, e troca com elle estes nobres dizeres :

— Pelo seu circulo o governo propõe Fulano. Compromette-se a fazel-o vencer?

— Farei as diligencias. . .

— Nada de palavras equivocas. Ou a eleição certa para o governo ou a demissão certa para si. De resto peça, intrigue, compre, ameace, maltrate. Isso

é comsigo... O que nós queremos é que o governo vença!

O administrador tem familia, vive d'aquelle escasso rendimento, quer seguir a carreira administrativa, sente o seu interesse que o insta, e cede a s. ex.^a

— Pois bem, diz, respondo por tudo... Mas tenho exigencias.

— Venham ellas.

— É necessario que seja demittido o reitor do lyceu, que é todo opposição...

— Tomo nota.

— Que seja transferido o escrivão de fazenda. Coitado, grande transtôrno lhe vae fazer! Mulher e quatro filhos. A mulher é da villa... Mas emfim ..

-- Está claro, para a frente!...

— Além d'isso preciso uns 300000 réis para a freguezia de tal, que está muito trabalhada pela opposição.

— Conte com elles.

— Precisava tambem de tropa...

— Com todo o gôsto. Trabalhar, meu amigo, trabalhar! Esta nossa vida administrativa é o demônio! Mas, que diabo, alguma cousa se ha de comer! Adeus.

E cada administrador vae trabalhar para o seu circulo.

Honesto systema!

A primeira difficuldade é que, no circulo, ninguem conhece o candidato.

— Mas quem é elle?

— Eu sei lá quem elle é! responde a propria auctoridade. É um sujeito de Lisboa. *É do governo!*

O administrador, para ordenar a escaramuça, reúne os seus regedores:

— O candidato é Fulano. Mãos á obra! É trabalhar-me bem essas freguezias! É pedir, ameaçar...

Os regedores partem; e, trotando pelas estradas do concelho, ruminam os seus meios.

Esses meios são:

1.^o *A compra pura e simples.* Regateia-se o voto: 500, 1.000, 1.500 réis. Ha-os de meia libra, mas são raros.

2.^o *A pressão.* É o mais efficaz. A pressão é uma arma geral, simples, accessivel a todos. O proprietario exerce pressão sobre os rendeiros, que exercem pressão sobre os trabalhadores. Nos centros de districto ou de concelho a auctoridade superior exerce pressão sobre todos os empregados do governo civil, da administração, da repartição de fazenda, da repartição de obras publicas, do lyceu, da camara, etc. Os coroneis exercem pressão sobre os officiaes — com ameaça de participação para a secretaria da

guerra, de destacamento para longe, de mudanças de corpo com despesas, etc.

3.^o *A ameaça.* A ameaça é mais especialmente feita pelo regedor na sua freguezia. O regedor dirige-se ao eleitor e verte-lhe esta honesta eloquencia:

— Tu tens um filho de 20 annos. Está para entrar no recrutamento. Se votas no governo livro-te o filho. Senão, tens o filho com a farda ás costas.

Ou então:

— Tu sabes que tua filha tem ahi um namôro. Se não votares com o governo, a tua filha será chamada á presença da auctoridade, e tens a vergonha em casa...

Ou quando não:

— Tu andas collectado em 10. Se votares com o governo, arranjo-te a que o sejas apenas em 9. Se votas contra, tens para o anno no cachaço 16 ou 17.

E aqui está como o governo arranja votos — por cabeça.

Ha votos por influencia. Isto é — arranja se um sujeito que dispõe de 50, 100, 200 votos: dá-se a esse homem uma commenda, um titulo; nomeia se-lhe um primo recebedor ou apontador de estradas; e esse homem dá generosamente, para maior es-

plendor da monarchia, esses 50, 100 ou 200 livres votos ao candidato do governo!

E por todos os circulos se trabalha sem descanso! As auctoridades tem dias pesados de fadigas, noites cortadas de telegrammas. Bate-se por todo o concelho a espera e ávida caça ao eleitor. Aqui ameaça-se, além compra-se. Demitte-se aqui um regedor que é suspeito, além muda-se um parcho que é hostil. O eleitor é acariciado, saudado. Paga-se lhe o vinho na taberna, promette se-lhe a excepção do recrutamento para o filho, a excepção da decima para elle. Não ha interesse que se não seduza, fraqueza que se não ataque, miseria com que se não especule.

E o pobre eleitor, aturdido, diz á mulher em casa :

— Oh! senhores, não me deixam! Por causa do tal conselheiro Felizardo.

— Mas quem é o Felizardo?

— Ora! É o Felizardo! Eu sei lá quem é! *É um para deputado!*

No emtanto a opposição trabalha tambem. Os seus meios são menores. Recorre sobretudo á prosa. Manifestos nas villas, discursos populares pelas freguezias, etc. Fala nos *impostos*, nas *vexações do escrivão de fazenda*, nas *poucas esiradas que o go-*

verno faz, — e nas muitas infamias que o deputado governamental tem feito...

No meio d'isto agita-se um dos typos característicos da provincia, o *influyente de eleições*. Logar nas *Farpas* ao *influyente*! Logar á pesada corpulencia do sr. *influyente*!

O influente ordinariamente é proprietario. Antigo cavador de enxada, enriqueceu, tem ambições, quer ser da junta de parochia, da junta dos reparadores, e mais tarde, n'um futuro glorioso, vereador! Já não usa jaqueta, nem tamancos. Tem uma casa pintada de amarello, calça um par de luvas pretas, e fala na soberania nacional. Em vesperas de eleição todos o vêem, montado na sua mula pelos caminhos das freguezias, ou, nos dias de mercado, misturado entre os grupos, gesticulando, berrando, com uma importancia tremenda. Dispõe ordinariamente de 200 ou 300 votos: são os seus creados de lavoura, os seus devedores, os seus empreiteiros, aquelles a quem livrou os filhos do recrutamento, a bolsa do augmento de decima, ou o corpo da cadeia. A auctoridade passa-lhe a mão por cima do hombro, fala-lhe vagamente no *habito de Christo*. Tudo o que elle pede é satisfeito, tudo o que elle lembra é realisado. As leis afastam-se para elle passar. As suas fazendas não são collectadas á justa:

é o influente! Os criminosos por quem se empenha são absolvidos: *é o influente!* Se são prohibidos no concelho os arzoaes, elle pode tel-os: *é o influente.* Se são prohibidos os portes de armas, elle é exceptuado: *é o influente!* Só elle caça nos mezes defesos: *é o influente!* Só a sua rua é calçada: *é o influente!*

Se algum dia, leitres das *Farpas*, encontrardes o *influente*, tirae-lhe o vosso chapéo. Elle reina, e o seu reino assenta sobre a cousa que, apesar de ser a mais lodosa, é ainda a mais solida — a corrupção.

Nasce emfim o dia, o domingo desejado.

Os regedores começam a chegar á frente das suas freguezias. Os homens veem de cara lavada, de grandes collarinhos brancos.

Para os deter até as 10 horas, impedir que elles se desmatilhem, e que, dispersos, fora das vistas zelosas do régedor, estejam expostos ás tentações da opposição,—ha um casarão, ou um grande pateo, ou um enorme armazem, em que são recolhidos. Estão alli uns poucos de centos de homens, amontoados, sentados no chão, com o varapáu na mão, a *lista* no bolso do collete. No emtanto vem vinho e bacalhau. Passam os copos em redor, os queixos mastigam, e *viva lá seu compadre!* e á *saude do nosso regedor!* e grandes risadas d'aqui, e empurrões além, e pragas mais longe — e toda aquel-

la multidão avinhada, impaciente, abhorrecida, com um cheiro enjoativo e um rumor de troça, espera que chegue a hora de dar o seu voto ao governo, *livre, espontaneo e consciente!*

Cada freguezia vae votar arrebanhada, de regedor á frente. Os tamancos sôam no lagedo da igreja, o secretario da *mesa* chama n'uma voz dormente. A cada nome o regedor volta-se para o individuo :

— Vá! és tu. Chega-te... perdeste a lista? Pensei! Deita alli! Rua!

E a igreja vae se esvaziando, os sacristães apagam as velas nos altares, os senhores da *mesa* bocejam, as beatas persignam-se com agua benta, os papelinhos brancos accumulam-se na *urna*, os influentes satisfeitos fumam no adro, os Christos sobre os altares agonisam nas cruzes. Viva o suffragio!

Bem te comprehendemos, leitor! Querias commentarios, conclusões, e a moral d'esta farça? Olha, se sentires, no fim d'esta narração, a necessidade de uma liga de todos os homens serios contra o triumpho progressivo d'esta corrupção—esse será o unico commentario justo e fecundo.

IX

Junho 1871.

Ha muitos annos que a politica em Portugal apresenta este singular estado:

Doze ou quinze homens, sempre os mesmos, alternadamente possuem o *poder*, perdem o *poder*, reconquistam o *poder*, trocam o *poder*. . . O *poder* não sáe d'uns certos grupos, como uma péla que quatro creanças, aos quatro cantos de uma sala, atiram umas ás outras, pelo ar, n'um rumor de risos.

Quando quatro ou cinco d'aquelles homens estão no *poder*, esses homens são, segundo a opinião, e os dizeres de todos os outros que lá não estão— os *corruptos*, os *esbanjadores da fazenda*, a *ruina do paiz*.

Os outros, os que não estão no *poder*, são, segundo a sua propria opinião e os seus jornaes,— os *verdadeiros liberaes*, os *salvadores da causa publica*, os *amigos do povo*, os *interesses do paiz*.

Mas, cousa notavel! — os cinco que estão no *poder* fazem tudo o que podem para continuar a ser os *esbanjadores da fazenda e a ruina do paiz*, durante o maior tempo possivel! E os que não estão no *poder* movem-se, conspiram, cançam-se, para deixar de ser o mais depressa que puderem — os *verdadeiros liberaes* e os *interesses do paiz*!

Até que enfim cáem os cinco do *poder*, e os outros, os *verdadeiros liberaes*, entram triumphantemente na designação herdada de *esbanjadores da fazenda e ruina do paiz*; em tanto que os que cahiram do *poder* se resignam, cheios de fel e de tedio — a vir a ser os *verdadeiros liberaes* e os *interesses do paiz*.

Ora como todos os ministros são tirados d'este grupo de doze ou quinze individuos, não ha nenhum d'elles que não tenha sido por seu turno *esbanjador da fazenda e ruina do paiz*. . .

Não ha nenhum que não tenha sido demittido, ou obrigado a pedir a demissão, pelas accusações mais graves e pelas votações mais hostís. . .

Não ha nenhum que não tenha sido julgado incapaz de dirigir as cousas publicas — pela imprensa, pela palavra dos oradores, pelas incriminações da opinião, pela affirmativa constitucional do poder moderador. . . .

E todavia serão estes doze ou quinze individuos os que continuarão dirigindo o paiz, n'este caminho em que elle vae, feliz, abundante, rico, forte, coroadado de rosas, e n'um *choto* tão triumphante!

D'aqui provém tambem este caso singular :

Um homem é tanto mais celebre, tanto mais consagrado, quantas mais vezes tem sido ministro — isto é, quantas mais vezes tem n ostrado a sua incapacidade nos negocios, sendo *esbanjador da fazenda, ruina do paiz*, etc.

Assim o sr. Carlos Bento foi uma primeira vez ministro da fazenda. Teve a sua demissão, e não foi naturalmente pelos serviços que estava fazendo á sua patria, pelo engrandecimento que estava dando á receita publica, etc. . . Se cahiu foi porque naturalmente a opinião, a imprensa, os partidos collegados, o poder moderador, o julgaram menos conveniente para administrar a riqueza nacional. E o sr. Carlos Bento sahio do poder com importancia.

Por isto foi ministro da fazenda uma segunda vez. Mostrou de novo a sua incapacidade — pelo menos assim o julgou, por essa occasião, o poder moderador, impondo-lhe a sua demissão. E a importancia do sr. Carlos Bento cresceu!

Por consequencia foi terceira vez ministro. Cahiu;

devemos portanto ainda suppor que naturalmente deu provas de não ser competente para estar na direcção dos negocios. E a sua importancia augmentou, prodigiosamente!

É novamente ministro: se tiver a fortuna de ser derrubado do poder, e convencido pela opinião d'uma incapacidade absoluta, será elevado a um titulo, dar-se-lhe-hão embaixadas, entrará permanentemente no *A'manach de Gotha*.

Ora tudo isto nos faz pensar—que quanto mais um homem prova a sua incapacidade, tanto mais apto se torna para governar o seu paiz!

E portanto logicamente o chefe do Estado tem de proceder da maneira seguinte na apreciação dos homens:

O menino Eleuterio fica reprovado no seu exame de *francez*. O poder moderador deita-lhe logo um olho terno.

O menino Eleuterio, continuando a sua bella carreira politica, fica reprovado no seu exame de *historia*. O poder moderador, alvoroçado, acena-lhe com um lenço branco.

O caloiro Eleuterio, dando outro passo largo, fica reprovado no 1.º anno da faculdade de direito. O poder moderador exulta, e quer a todo o transe ter com elle umas falas sérias.

O bacharel Eleuterio, avançando sempre, fica reprovado no concurso de delegado. O poder moderador não pode conter o jubilo, e fal-o ministro da justiça.

E a opinião applaude!

De modo que, se um homem se pudesse apresentar ao chefe do Estado com os seguintes documentos:

Espirito de tal modo bronco que nunca pôde aprender a sommar;

Reprovações successivas em todas as materias de todos os cursos;

O chefe do Estado tomal-o-hia pela mão, e bradaria, suffocado em jubilo:

— *Tu Marcellus eris!* Tu serás para todo sempre Presidente do Conselho!

X

Julho 1871.

Alguns jornaes, com referencia ao ministerio, tem frequentemente alludido ao caso singular de ser na realidade o sr. marquez de Avila o unico ministro que vive, fala, decreta, influe, *faz deputados*, — a unica individualidade agente e movente.

Ninguem até hoje precisou bem a razão real e intima d'este phenomeno; e o motivo é que ninguem sabe, com verdade e nitidez, a maneira como foi constituido este ministerio illustre.

Para fornecer, pois, a explicação critica d'esse caso instructivo, aqui revelamos a organização do ministerio tal como a impuzeram as circumstancias partidarias, as difficuldades de accôrdo, e a justa repugnancia que todo o cidadão decoroso tem em se associar á acção que se chama *governar o paiz*.

O ministerio foi assim composto :

Presidente do conselho — Marquez de Avila e Bolama;

Ministro dos estrangeiros—Marquez de Avila e Bolama;

Ministro do reino—Marquez de Avila e Bolama;

Ministro da fazenda—Marquez de Avila e Bolama, sob o pseudonymo de—*Carlos Bento da Silva*;

Ministro das obras publicas—Marquez de Avila e Bolama, sob o sympathico e supposto nome de—*Visconde de Chancelleiros*;

Ministro da justiça—Marquez de Avila e Bolama, sob o anagramma—*Sá Vargas*;

Ministro da guerra—Marquez de Avila e Bolama, sob a denominação verdadeiramente inexplicavel de—*José de Moraes Rego*.

XI

Junho 1871.

No *folhetim* do *Diario Popular* de 24 de junho lêem-se notaveis considerações de ordem moral. São em verso. O poeta dirige-se, na sua declamação solitaria, a uma mulher.

N'uma prosa anterior (preludio) escreve que a missão da arte é *ensinar a amar* (!), — e que na arte não entra realidade, justiça ou moral publica por que (acrescenta) *a arte nada tem com os direitos civis*. Colocado assim á larga, na anarchia da voluptuosidade e do lyrismo, ahi está o que o poeta expõe e ensina n'um jornal popular, com uma tiragem de 20:000 exemplares, que anda por cima das mesas e nos cestos de costura!

Começa por dizer :

— *Que é bom amar no campo, á tarde e a sós!*

Depois continua :

— *Que prefere o campo, porque nas salas do mundo não lhe é dado beijar a mão d'ella ás largas!
Que o campo é livre e as sombras dão refugio!...*

Por fim accrescenta :

*Que queria que os raios scintillantes os cingi-
sem a elle só com ella, erguidos em extasi, longe de
quanto é vil. . .*

(*Quanto é vil*, na giria da poesia lyrica, é o mundo real, a familia, o trabalho, as occupações domesticas, etc.)

Dispensamo'-nos de citar mais estrophes lascivas.

Aquellas bastam para legitimar as seguintes observações :

Nenhum jornal publicaria semelhantes theorias em prosa ;

Nenhum homem que as escrevesse ousaria lê-las a sua filha, sem gaguejar, e sem *comer* as palavras ;

Nenhuma senhora que por acaso as tivesse lido ousaria cital as.

Como se consente então a sua publicação em verso? A hygiene não é só a regularisação salutar das condições da vida physica; n'ella devem tambem entrar os factos da moralidade. Se é prohibido que um monturo immundo ou um cão morto corrompam o ar respiravel das ruas — porque ha de ser permitido que um poeta, com as suas endeixas pôdres, perturba o pudor e a tranquillidade virgem?

Ha uma postura da camara que impõe uma mul-

ta a quem pronuncia palavras deshonestas : porque não ha de ser igualmente prohibido publicar idéas deshonestas?

Um ebrio, um pobre homem a quem se não deu educação, a quem se não pode dar leitura, a quem quasi se não dá trabalho, diz uma praga n'uma rua, ouvida apenas de tres ou quatro pessoas, e vae para a cadeia; ou paga uma multa de 3,000 réis. Um poeta lyrico, esclarecido, approved nos seus exames, empregado nas secretarias, publica n'um jornal de cincoenta mil leitores, em letra impressa, permanente e indelevel, uma serie de deshonestidades, e é apreciado, complimentado no Martinho, indigitado para uma candidatura!

Pedimos pois :

Ou que seja permittido livremente dizer na rua e no jornal pragas e deshonestidades ;

Ou que a multa da camara municipal seja applicada a todos — e que tanto o ebrio que não sabe o que diz á esquina de uma rua, como o poeta lyrico que escreve, com reflexão e rascunho d'uma semana, ao canto de um jornal, paguem os 3,000 réis á camara, um pela sua praga, outro pela sua endeixa.

XII

Junho 1871.

O sr. ministro do reino fez entregar por um empregado de policia ao sr. Zagallo, director do Casino, um papel—reaccionario pela intenção, mas demagogico pela grammatica—em que se notificava que, por ordem superior, estavam fechadas as *conferencias democraticas*.

Conheces já decerto, leitor sensato e honrado, o protesto dos conferentes, a adhesão de outros cidadãos, a opinião da imprensa...

E achas certamente na tua consciencia que este acto do sr. marquez de Avila, não tendo de certo modo equidade, não tem de modo algum legalidade; que é sobretudo profundamente inhabil; e que o sr. marquez, dando um *golpe de estado* contra alguns escriptores que no Casino faziam critica de historia e de litteratura, foi crear uma attitude politica onde só havia um intuito scientifico.

Homens que n'uma sala, com senhoras na galleria, movem questões scientificas e litterarias, n'uma

alta generalisação de idéas, são tão inoffensivos na politica do seu paiz como um livro de *mathematica*. São motores de pensamento e de estudo, que não vão tocar a rebate no sino das Mercês. — Mas homens que o governo obriga a fazer um protesto n'um café, na agitação de tresentas pessoas; a percorrerem as redacções dos jornaes, seguidos de uma multidão indignada; a collocarem-se como defensores da consciencia offendida, — esses parecem-se terrivelmente com homens de uma acção politica! As conferencias desceram assim da sua serenidade philosophica; estão na lucta, estão na discussão da *Carta*, estão na prosa da *Gazeta do Povo!*

Vejamos a legalidade do facto. N'um paiz constitucional tem-se sempre aberta sobre a mesa a *Carta Constitucional* — ou para descançar n'ella o charuto, ou para tirar d'ella um argumento.

Diz a *Carta* no seu artigo 145.º:

«*A inviolabilidade dos direitos civis e politicos dos cidadãos portuguezes... é garantida pela constituição do reino pela maneira seguinte:*

«§ 3.º *Todos podem communicar o seu pensamento por palavras e escriptos, e publical-os pela imprensa sem dependencia de censura, com tanto que hajam de responder pelos abusos que commetterem no exercicio d'esse direito.»*

Temos pois adquiridos á certeza dos pontos :

- 1.º Que todo o cidadão pode publicar o seu pensamento falando ou escrevendo ;
- 2.º Que o cidadão fica responsavel pelo abuso do seu direito.

Por consecuencia, logo na primeira conferencia :

- 1.º O sr. Anthero de Quental podia falar sobre a religião em toda a liberdade da sua opinião ;
- 2.º Se abusasse, o sr. Anthero de Quental respondia pelo abuso.

É logico. Ora quem torna effectiva a responsabilidade d'esse abuso?

Em primeiro logar: O commissario que deve assistir a todas as reuniões publicas, na idéa do decreto com fôrça de lei de 15 de junho de 1870. «As reuniões publicas (diz este decreto) podem ser dissolvidas pela auctoridade... quando por qualquer forma perturbarem a ordem publica. A dissolução da reunião só pode ser intimada á assembléa — depois da auctoridade advertir em voz alta os directores da reunião (n'este caso, o prelector) » O commissario assistente das conferencias, o sr. Rangel, não intimou, e não advertiu o sr. Anthero de Quental, nem em voz alta, nem com gestos. Talvez o tivesse feito por suspiros — mas esse caso não está na lei. Portanto o sr. commissario não achou, na sua

consciencia, que o sr. Anthero de Quental abusasse da liberdade de expôr o seu pensamento.

Em segundo logar: O ministerio publico querelou do sr. Anthero de Quental? Não.

Por consequencia nem o commissario presente á conferencia, nem o ministerio publico, encontraram na conferencia do sr. Anthero de Quental abuso punivel.

As conferencias que se seguiram—fôram uma sobre *critica litteraria contemporanea*, outra sobre o *realismo, como nova expressão da arte*, a terceira sobre o *ensino e as suas reformas*. Em que atacavam estas a religião ou as instituições politicas? Fazer a critica da litteratura contemporanea é offender (segundo a linguagem *rococo* da portaria) o codigo fundamental da monarchia? N'esse caso pedimos a cabeça do sr. Pinheiro Chagas, o cráneo do sr. Julio Machado, e uma grande porção do sr. Luciano Cordeiro! Quem o diria!?! Quando se escrever que o sr. Vidal é um poeta lyrico ligeiramente inferior a Lamartine, o throno de sua majestade ficará bambaleando um quarto de hora!

Mas vejamos! A ultima conferencia foi feita no dia 19 de junho; a portaria foi dada no dia 26 do mesmo mez, antes da conferencia que ia ser feita. Por consequencia o sr. marquez de Avila fechou, não as conferencias que se tinham feito, o que se-

ria um pouco inutil—mas as conferencias que se iam fazer.

Ora, segundo o citado artigo da Carta, só se pode cohibir a liberdade de pensamento *quando houver abuso*: e como esse abuso não existia, pelo simples motivo que a conferencia ainda não fôra feita, e por consequencia o pensamento não fôra manifestado—segue-se que o sr. ministro do reino violou a Carta, se esta palavra *violar* ainda se pode empregar a respeito da Carta sem attrahir sorrisos maliciosos sobre tão insensata metaphora.

Ao ministro cabia unicamente o direito de fazer processar o sr. Anthero de Quental. Isso era a logica, o bom senso, a legalidade.

Do que o ministro não tem o minimo direito é da rude suppressão da palavra a prelectores de litteratura, de arte e de pedagogia. Fazendo, como fez, tal suppressão está fora da lei, fora do espirito do tempo, quasi fora da humanidade.

Com direito equal pode amanhã o sr. ministro mandar supprimir *As Farças*, os romances do sr. Camillo Castello Branco, os volumes de historia do sr. Alexandre Herculano, os jornaes, a conversação, esta simples pergunta—«Como está? passou bem?» Pode supprimir ainda um sorriso ou um olhar expressivo. Pode fulminar o espirro!

Ora o artigo 103.º da Carta diz:

«Os ministros são responsáveis... § 5.º Pelo que obrarem contra a liberdade dos cidadãos.»

E o § 28 do artigo 145.º acrescenta:

«Todo o cidadão poderá fazer apresentar reclamações, queixas... e ATÉ expôr qualquer infracção da constituição, requerendo... a effectiva responsabilidade do infractor.»

Seria portanto possível responder á portaria do sr. marquez d'Avila com o instrumento seguinte:

— «Requeiro á camara dos deputados que torne effectiva a responsabilidade do sr. ministro do reino, procedendo contra elle como infractor do § 3.º do art. 145.º da Carta Constitucional — segundo me é permitido pelo § 28 do citado artigo.»

Tanto em relação ao prelector que abusou da liberdade, segundo a Carta, como para o ministro que infringiu a lei, segundo a mesma Carta, temos até aqui argumentado com a legalidade.

Agora a equidade:

Que se quiz fazer calar nas conferencias? Foi a critica politica? Para que se deixa então circular no paiz os livros de Proudhon, de Girardin, de Luiz Blanc, de Vacherot? Foi a critica religiosa? Para que se consente então que atravessem a fronteira ou a alfandega os livros de Renan, de Strauss, de Salvador, de Michelet?

Sejamos logicos; fechemos as conferencias do Casino onde se *ouvem* doutrinas livres, mas expulsemos os livros onde se *lêem* doutrinas livres. *Ouvir* ou *lêr* dá os mesmos resultados para a intelligencia, para a memoria, e para a acção: é a mesma entrada para a consciencia por duas portas parallelas. Façamos calar o sr. Anthero de Quental, mas prohibamos na alfandega a entrada dos livros de Victor Hugo, Proudhon, Langlois, Feuerbach, Quinet, Littré, toda a critica franceza, todo o pensamento allemão, toda a idéa, toda a historia. Dobremos a cabeça sobre a nossa ignorancia e sobre a nossa inercia, e deixemo'-nos apodrecer, mudos, vis, inertes, na torpeza moral e no tedio.

Nós não queremos tambem que n'um paiz como este, ignorante, desorganizado, se lance através das ambições e das coleras o grito de revolta! Queremos a revolução preparada na região das idéas e da sciencia; espalhada pela influencia pacifica d'uma opinião esclarecida; realisada pelas concessões successivas dos poderes conservadores;—enfim *uma revolução pelo governo*, tal como ella se faz lentamente e fecundamente na sociedade ingleza. É assim que queremos a revolução. Detestamos o facho tradicional, o sentimental *rebate* de sinos; e parecemos que um tiro é um argumento que penetra o adversario—um tanto de mais!

Seríamos pois nós os primeiros a pedir o encerramento das conferencias do Casino, se a sciencia dos conferentes se resumisse a dizer :

—A barricada, meus senhores, é amanhã na rua da Bitesga! Quanto ao petroleo, está lá em baixo no bilheteiro!

Mas que se faça calar, pondo-lhe a mão na bôcca, a sciencia, a critica litteraria, a historia, contra isso, do fundo d'este livro, pequeno mas honrado, em nome do respeito que nos devemos a nós mesmos, e do exemplo que devemos a nossos filhos, protestamos e appellamos, não para a Europa, o que seria soffrivelmente inutil, mas para o proprio sr. marquez d'Avila, para uma cousa que elle deve ter debaixo da sua farda, uma cousa que se não cala, ainda quando em redor a intriga e o interesse fazem um ruido horrivel—a consciencia!

Pois que! Podem lêr-se nas Bibliothecas e no Gremio, jornaes republicanos, jornaes da Communa, toda a sorte de livros materialistas, racionalistas e socialistas — e não ha de ser permittido falar do que ha de mais abstracto na politica, de mais extranho e superior ás agitações humanas e ás violencias partidarias, a Historia?

Pois é permittido á *Nação* publicar, em prosa impressa e permanente, ataques rancorosos á liberdade constitucional e á realza constitucional—e

não pode ser permittido ao sr. Anthero condemnar as monarchias absolutas, e ao sr. Soromenho condemnar os romances eroticos?

Pois o marquez de Pombal *expulsa* os jesuitas e a sua politica, e não é permittido a um conferente do Casino fazer a *critica* da politica dos jesuitas?

Argumentemos! Eu posso comprar um livro de Proudhon que combate o catholicismo, as monarchias, o capital: estou na legalidade. Posso lê-lo em voz alta aos meus amigos, ou aos meus creados: estou nos limites da Carta. Posso decoral-o: haverá alguma lei que me prohiba este exercicio de memoria? Posso recital-o, á luz do sol ou á luz do gaz, com gestos moderados ou com gestos descompostos: tudo isto é legal. Que eu trate no Casino de algum dos pontos de que se occupa esse livro, prohibem-m'o! Concordo em que m'o prohibam, mas prohibam tambem aos livreiros a venda de Proudhon!

Quando se prohibiu em França que Renan falasse, obistou se ao mesmo tempo que Renan fôsse lido.

Antes de haver conferencias no Casino havia alli *cançonetas*. Mulheres decotadas até o estomago, com os braços nús, a *pantorilla* ao léo, a bôcca avinhada, cantavam, entre toda a sorte de gestos

desbragados, um repertorio de cantigas impuras, obscenas, immundas! N'um verso bestial, a um compasso acanalhado, ridicularisava-se ahi o pudor, a familia, o trabalho, a virgindade, a dignidade, a honra, Deus! Eram tambem conferencias. Eram as conferencias do deboche. E havia muitos alumnos!

Pois isso que era a obscenidade, a infamia, a crapula, parecia ao sr. marquez d'Avila compativel com a moral do Estado!

As conferencias, que eram o estudo, o pensamento, a critica, a historia, a litteratura, essas pareciam ao sr. marquez incompativeis com toda a moral!

Homens refestelados, bebendo cognac, gritando, apupando desgraçadas creaturas que se deslocam em tregeitos vís para fazer rir—isso é permittido por todas as leis!

Homens que escutam gravemente uma voz que fala de justiça, de moral, de arte, de civilização—isso é prohibido com tanta violencia que se salta por cima da *Carta* para o prohibir! a *isso* manda-se um policia dar duas voltas á chave! *Miserere! Miserere!*

XIII

Junho 1871.

A *Nação*, jornal de archeologia e de piedade, tem-se apresentado n'estes ultimos tempos com um ar de esplendido triumpho. Os adjectivos dos seus artigos de fundo caminham a *marche-marche*; os seus adverbios vão desfraldados ao vento; e no me-ro extasi dos seus «pontos de admiração» se sente que ella espera para breve—a *restauração*. Ora muito bem sabemos a restauração *de que*, mas totalmente ignoramos restauração *de quem*.

A *Nação* espera a restauração em França com o conde Chambord—e dil-o claramente. Em Hispânia com Carlos VII—e exulta abundantemente. Depois accrescenta:—*e em Portugal com...*

Põe pontos de reticencia. É respeito? É pudor? É estrategia? Não se sabe. Evidentemente aquelles pontos de reticencia designam *alguem*. Mas *quem?*—como se diz nos «vaudevilles».

Querem uns que seja o defuncto Herodes; ou-

tros o fallecido Philippe II; alguns ainda suggerem que seja esse outro ausente do numero dos vivos — o honrado Nabucodonosor!

Seja quem fôr, a *Nação* espera! A *Nação* vem cheia de jubilo desde as suas citações latinas até os seus annuncios de *agua circassiana*! E a *Nação* não podendo mandar já preparar *-lhe* quartos na Ajuda ou em Queluz — prepara *-lhe* maximas de boa governação!

Eis algumas d'essas maximas, colhidas ao acaso entre dôces pilherias de direito divino:

— *A liberdade de consciencia é uma palavra boa para enganar os tolos, que nada significa a não ser um grande contrasenso.*

Ora este modo de pensar pode dar logar a interpretações afflictivas. Supponhamos a *restauração* feita, a *Nação* triumphante, agora, em junho, em que um frio traiçoeiro nos surprehende á tarde, ao desemboccar das ruas. Um cidadão, recenseado e eleitor, caminha no Rocio, e diz gravemente, com aquelle ar meditado que toma a burguezia nas graves questões da vida:

— Diabo, está frio!

Acode subitamente um policia legitimista, gritando:

— Perdão! o cavalheiro não tem direito a dizer essa irreverencia!

Surpresa do cidadão. E o policia mostra-lhe o repertorio official, onde se lê:

-- 12 de junho... calma.

E o policia terá razão! Desde o momento em que o direito divino nega a liberdade de consciencia, nenhum cidadão tem direito a espalhar doutrinas differentes das de um repertorio fundado na sabedoria das nações, auctorisado pelos bispos, com uma tradição de 100 annos — infallivel cartilha das nossas temperaturas!

Mas volvamos, volvamos, aos *pontos de reticencia!*

Nós affirmamos que a opinião anda transviada quando pensa que aquelles pontos encobrem um nome temido. Não! A *Nação* é clara, sem equívocos. A *Nação* quando diz:

— Em França reinará Henrique V; em Hispanha Carlos VII; e em Portugal...

Quer simplesmente dizer que em Portugal reinará *Pontos de Reticencia*. *Pontos de Reticencia* é um nome. O nome de um rei. *Pontos de Reticencia I*.

Nós podemos extranhal-o, nós que não sabemos a genealogia e os ramos lateraes das casas legitimistas da Europa, que temos esquecido o nosso *Almanach de Gotha*. Mas a *Nação*, depositaria dos

papeis de familia da legitimidade, sabedora das suas tradições, auctora da sua historia — energeticamente o affirma. É licito aos constitucionaes ignoral o, — mas não contestal-o.

Reinará pois em Portugal — *Pontos de Reticencia I.*

Em breve o teremos no seu throno, com o seu ministerio constituido. Como será nobre! tradicional! feudal! Como terá o sereno e radioso aspecto das cousas augustas e eternas!

Presidente do conselho: — O Duque de Ponto Final.

Ministro do culto: — Visconde de Parenthesis.

Ministro da guerra: — O Brigadeiro Virgula.

Ministro da justiça: — O Commendador Dois Pontos de Vasconcellos.

E serão terriveis!

É para este rei que se preparam tão boas maximas de governação! Citemos outra, tremenda!

O sr. Adolpho Coelho dissera no Casino, ao que parece, — *que a sciencia no seu dominio era independente da fé.*

Pois bem! um correspondente ecclesiastico da *Nação* exclama, voltando-se mentalmente para o sr. Adolpho Coelho: «Como ousa o sabio dizer que a sciencia é alguma cousa sem a fé? Não vaidoso!

a sciencia não pode dar um passo, um unico, sem ser auxiliada pela fé!»

Queremos que esta seja a verdade; mas pensemos então como a vida deve ser cruel e molesta para aquelle ecclesiastico e para toda a redacção da *Nação*. Imaginemos um d'estes homens piedosos, á noite, de chambre, á luz do candieiro, tomando o rol á creada Já examinou as parcellas, está a fazer a somma. A scena é solemne. Uma luz mystica banha as prateleiras. O gato resona.

— 3 e 7, calcula o clerigo suando.

E immediatamente pára. A sciencia bem lhe diz que são 10, mas a sciencia não é nada sem o auxilio da fé—e o homem do Senhor corre a consultar Santo Agostinho. Nada porém ensina sobre essa materia o sublime Doutor. O ecclesiastico arregala para a creada um ôlho pávido:

— Depressa, filha, baixa-me d'ahi a *summa* de S. Thomaz!

E folheia...

E para a casa das dezenas interroga Santo Athanasio, e para a das centenas os Evangelhos Comparados!...

Já é de madrugada: a creada dormita; a alvura esbatida do dia faz grandes fios pallidos nas vidraças; ás andorinhas gritam na sua gloria e na sua alegria; os rebanhos balam; as arvores espregui-

çam-se nos braços do vento; Deus, o bom Deus, o Deus Justo, vive na infinita transparencia da luz,— e o pobre ecclesiastico, pallido, somnolento, aturdi-do, enterrado em in-folios, folheia o Diccionario de Bergier, Bossuet, Noialles, os concilios de Trento e de Florença, Origenes, Lactancio, João Climaco, Fleury, a Cartilha, o Larraga—para saber se pelas leis da Igreja lhe é permittido afirmar que «11 no-ves fora, é 2!»

E erra a somma!

Outra maxima da *Nação*:

«A liberdade e a egualdade são palavras impias e impuras.»

Por consequencia, no reinado legitimista, nenhum homem de bem, verdadeiro absolutista e verdadeiro jesuita, ousará pronunciar essas palavras répro-bas. Não as dirão nunca nas salas as pessoas deli-cadas. Serão deshonestidades. Ante ellas as faces castas córarão— e o ex-Tartaro, vulgo Inferno, não perdoará!

Assim o conde de A., querendo apresentar ao bispo do B., o sr. Ferreira Fagote, ex-constitucio-nal, murmurará discretamente para evitar a sordida palavra liberdade:

— *Tomo... aquella que o pudor me impede de no-mear de apresentar a vossa reverencia o sr. Fagote!*

Um pae austero gritará a seu piedoso filho, que entrou cambaleando ás 3 da manhã *no ninho seu paterno*:

— Quem lhe deu, menino... *a que os mais simples principios de moral me vedam pronunciar...* de entrar a estas horas da madrugada?

A palavra *egualdade* será tambem forçada a tomar o cominho de exilio.

Nos dictionarios virá:

Egualdade, substantivo tão miseravel que nem tem genero! Empregado outr'ora nos artigos de fundo, hoje expressamente punido pelo artigo 10.º do Codigo Penal.

E os advogados, no tribunal, para fazer sentir ao jury que circumstancias que militaram n'um caso juridico devem militar n'um outro, exclamarão, com uma eloquencia nova:

— Estamos, pois, senhores jurados, na mais perfeita (tossindo)... *que a consideração pelo tribunal e o meu amor pelas instituições me retém na lingua de circumstancias!*

Um mestre de primeiras lettras, ensinando a lêr os meninos:

E-g-u-a-l-gual-d-a-da-d-e-de — Esterquilinio.

Ha mais! A *Nação*, n'um artigo lyrico e heroico, diz que a verdadeira missão do paiz não é a indus-

tria — é a conquista! A pena de pato da *Nação* é pois uma lança disfarçada. Toda a magua da *Nação* é que Cacilhas não seja moira! Se o fôsse, a *Nação* vestia a sua armadura e ia lá, n'um bote! Mas Cacilhas, a fiel Cacilhas, não é moira! Ai!

A *Nação* pois condemna a industria. A *Nação* julga a industria uma causa de ruina moral para o paiz. A *Nação*, para que se mantenha pura e sem mistura a tradição heroica de Portugal, quer que se prohiba a industria!

Portanto, logo que a *Nação* triunphe e *Pontos de Reticencia I* suba as escadinhas do throno, a industria será punida pelos codigos, como perturbadora da ordem e contrária aos destinos nacionaes. E o sr. delegado do procurador régio promoverá ordem de prisão contra o insensato que em desprezo das leis, e affrontando o *sagrado deposito das nossas instituições*, ouse fundar — uma saboaria.

Ouviremos então, na audiencia, o mesmo sr. delegado, apontando com o *fura-bólos* vingativo para o misero, curvado na dôr e no arrependimento, sobre o banco dos réos :

— «Pois quê! senhores jurados, não vêdes que o réo lançou uma mácula nas nossas tradições impolutas? Faltava porventura a esse desgraçado onde exercer a sua actividade? Não tinha elle as muralhas de Diu? Não podia elle ir redobrar o Cabo?

Por que não partiu com armas para as plagas do Oriente? Não via elle ao longe a Africa adusta? E mais perto, não via elle a affrontosa Castella?!

Será um tempo terrivel! Haverá sociedades secretas para fazer gravatinhas de seda. A vidraçaria da Vista Alegre passará, transportada a occultas, para uma caverna. Os fabricantes de caixinhas de obreias, perseguidos, porão nas esquinas proclamações desesperadas com estas palavras— *Cidadãos! ou a obreia ou a morte!*

A industria terá os seus martyres, que morrerão com heroismo. Veremos subirem aos cadafalsos fabricantes de velas de sêbo exclamando com o sorriso illuminado e os olhos no céu: — «Só tu és verdadeiro, ó sêbo!

E nos jornaes saborearemos estas locaes:

Prisão importante: O celebre Eduardo Compostella foi hontem capturado com todos os seus cumplices, n'um covil, onde se dava á criminosa occupação de refinar o assucar. O malvado fez revelações.

Tornou se muito censuravel o procedimento de alguns agentes de policia que destruíram as provas do crime — comendo-as!

A *Nação* tem sobre os conferentes do Casino esta admiravel opinião:

Que elles iam alli falar, não por vontade sua, mas por ordem de uma associação secreta;

Que nenhum acto seu é espontaneo, mas execução de uma ordem da *Internacional*;

Que nada lhes pertence, em proprio, nem a acção, nem as idéas, nem o nome!

De modo que se um conferente toma á noite um sorvete no *Aurea* é porque recebeu pela manhã este sinistro telegramma:

«Comité central: 7 da manhã. — Esta noite tomae sorvete botequim. Conveniente levantamento classes operarias! Em sorvete intransigentes. Viva a communa! De morango!»

E o sr. Anthero de Quental d'ora em deante terá de assignar assim o seu nome:

Anthero (*por assim dizer*) de Quental (*se ousou exprimir-me assim*).

Ó Nação, tu és grande!

Mas a mais profunda idéa da *Nação* foi a de um artigo, em que respondia ao sr. Anthero de Quental. Ahi chamou-lhe *briça*, e provou que era *briça*. Chamou-lhe phariseu, e descreveu-o como phariseu — *arrastando por entre a multidão a fimbria da sua toga*.

Segundo pois a *Nação* o sr. Anthero anda vestido com uma toga, cuja fimbria arrasta por entre as turbas da rua Nova do Carmo.

Este erro de *toilette*, que a *Gazeta do Povo* nunca commetteria, é todavia desculpavel na *Nação*. A *Nação* vive exclusivamente no passado, na archeologia: não sabe que hoje já se usa o *frack*, pensa que ainda se vae na *toga*!

Se a *Nação* tivesse de descrever um baile (assim ella se pudesse desprender das contemplações seraphicas para se dar a estes exames terrenos!) ali está como ella descreveria um baile, a *Nação*!

«— Então o nobre marquez d'Avila, erguendo de leve a alva clamide, adeantou o cothurno com me-neio gracioso. Por seu lado o sr. Carlos Testa levantou a tunica tinta em purpura, e fez *chaine de dames*, erguendo o pampano!... Tinham ambos as cabeças coroadas de rosas. No meio do festim o nobre presidente do conselho recebeu um papyro que escravo lacedemonio lhe apresentou em lavrada lamina. As damas reclinadas nos triclinios respiravam aromas, e nos seus olhos brincavam os jogos e os risos. Circularam até tarde as taças de Falerno. O sr. Macario dedilhou na harpa eolia concertos maviosos. Velhos legionarios, encanecidos em Marte, faziam, apoiados aos gladios, a policia nos atrios. Na via esperavam numerosas quadrigas!»

Nação, Nação, boa amiga! não nos queiras mal. Tu és velha, tu és fabulosamente velha, tu és de *além da campa!* Mas tens o character firme. E no meio da leviandade move-diça d'estes partidos liberaes — tu tens uma vantagem Lançaste a ancora no meio do oceano e ficaste parada. Estás apodrecida, cheia de algas, de conchas, de crostas de peixes, mas não andaste no ludibrio de todas as ondas e na camaradagem de todas as espumas! Tu eras excellente — se fôsses viva Mas és um jornal *sombra*. És tão viva como *Eneas*. Tão contemporanea como *Telemaco*.

Volta, *Nação*, para ao pé das tuas sombras queridas! E apresenta as nossas saudações carinhosas ao sr. D. Affonso II, o Gordo!

XIV

Junho 1871.

Singular temperamento o do *discurso da corôa!* Todo o mundo está desilludido, só elle espera! Segundo elle o paiz floresce, enriquece, e o paraíso está ainda mais perto que a *Outra Banda*. É tentarmos um passo, em leve esforço, e entramos para sempre na tranquillidade augusta da perfeição—chegando a dispensar o sr. Melicio, elle proprio!

Ha só um ponto negro que assusta o *discurso da corôa*: é a *questão de fazenda*. No emtanto, o *discurso da corôa*, cada vez que apparece em publico, promette resolver a *questão de fazenda*.

Todos teem visto, decerto, um pequerrucho jogando a *bisca* com um irmão mais velho. O pequeno, se tem máu jôgo, deita as cartas sobre a mesa, baralha, ri, confunde, gr̃ta :

— D'esta vez não valeu, vamos a outro!

Mas se o jôgo que lhe volta a mão é peor :

— Abaixo! grita de novo. Este tambem não valeu. Agora é que é serio!

E derruba um terceiro jôgo, e cada vez promete maior seriedade, e cada vez espalha maior confusão, e todo o mundo sorri em redor!

Às vezes — funesto momento das revoltas humanas! — o irmão mais velho, cançado, termina por atirar furiosamente á cabeça do pequeno o baralho de cartas amarrutado..

Pois bem, o *discurso da corôa* tem na politica a attitude teimosa da creança que joga a bisca.

No começo de cada legislatura, o *discurso da corôa* declara gravemente:

— D'esta vez vamos occupar-nos com toda a seriedade da questão de fazenda, etc.

Mas durante a legislatura vem a confusão, a *dissolução*. O poder executivo tinha máu jôgo, e deitou as cartas abaixo.

Surge outra camara. Volta no seu cerimonial o *discurso da corôa*. Diz:

— Da vez passada não valeu! Mas agora é que nós vamos applicar-nos com o maior zêlo á questão de fazenda...

E n'essa legislatura, como a confusão se alarga mais, é imposta uma nova *dissolução*.

Reabre-se a camara. O *discurso da corôa* entra esbaforido, bradando:

— Agora é que é a valer! Agora é que é! Das outras vezes não! Mas agora com toda a certeza!

Agora é que nós vamos positivamente e d'uma vez para sempre resolver a questão de fazenda...

E nada se resolve, trocam-se palavras vans, especulam-se logares rendosos, profundam-se dissidências mesquinhas, e baralha-se outra vez o jôgo.

E ahi vem o *discurso da corôa* abrir de novo as côrtes, rosnando com a mão no peito:

— Pois senhores, palavra de honra, agora a todo o custo, impreterivelmente, havemos de resolver a questão de fazenda, etc.

Ora nós estamos vendo isto ao canto da sala, atentos e desinteressados, enquanto ferve o chá, e já percebemos no irmão mais velho um movimento de quem vae atirar com o baralho de cartas á cabeça do pequerrucho.

E francamente tem razão. A teima das creanças — como a teima das instituições — chega a irritar! Se não, que o digam o mestre régio das Mercês — e Felix Pyat.

D'esta vez, porém, o discurso da corôa foi sobretudo chãmente noticioso. O poder executivo, n'um momento de adoravel franqueza, confessou ao poder legislativo que S. M. o Imperador do Brazil tinha estado em Lisboa. É talvez bastante censuravel esta concorrência que o *discurso da corôa* faz ao *Diario de Noticias*; mas elle realmente não pode pro-

ceder de modo diverso. O *discurso da corôa* tem de dizer alguma cousa ao paiz. Mas o que? factos da vida politica? da acção civilisadora? do pensamento publico? Como? se nada se fez, nada se civilisou, nada se pensou! O *discurso da corôa*, n'esta falta de significativos factos da vida publica, tem de recorrer aos *can-cans* interessantes da vida particular. Não podendo falar como uma pagina de historia, conversa como uma tagarellice do Chiado. O seu dever com effeito é resumir tudo o que politicamente se fez no interregno parlamentar. Mas se n'esse interregno o facto mais caracteristico da vida nacional foi o partir para o Porto a companhia do theatro do Gymnasio, que remedio senão que o *discurso da corôa* dê parte d'essè successo constitucional?

E ainda veremos, querendo Deus, o *discurso da corôa*, assim concebido:

«Dignos pares e senhores deputados da nação—É com o maior prazer que me acho no meio de vós. O sr. conselheiro Pestana partiu para Vizella. Vae publicar-se brevemente um novo jornal, intitulado o *Brado da Lourinhã*. Chegou o brigue *Carolina*. Ha hoje *dobrada* na rua Augusta, n.º 108. O cambista Fonseca espera os seus freguezes. Vamos occuparnos com todo o afinco da questão de fazenda.

Está aberta a sessão.»

E, como em virtude da inacção politica e somnolencia individual, cada vez maiores, não haverá em breve nem factos politicos a proclamar, nem noticias particulares a referir — o discurso da corôa será obrigado, para dizer alguma cousa, a recitar obras de imaginação :

«Dignos pares e senhores deputados da nação portugueza — Por uma fria noite de inverno, um vulto mysterioso caminhava, embuçado em capa alvadia, pelos desfiladeiros da serra Morena. Vergava-lhe a frente uma grande amargura. De subito parou ; tinha ouvido, para os lados do despenhadeiro tenebroso um assobio lugubre... — Continuar-se-ha na proxima sessão de abertura. Passemos agora á questão de fazenda.»

E mais tarde, cada vez mais vago, o *discurso da corôa* murmurará :

«Dignos pares e senhores deputados da nação portugueza :

«Era no outomno quando a imagem tua
Á luz da lua seductora eu vi :
Lembras-te, Elisa ? . .

E applicaremos todo o nosso zêlo á intrincada questão de fazenda.

Está aberta a sessão.»

Para que o *discurso da corôa*? Para que obrigar o chefe do Estado a repetir uma velha lauda de prosa escripta em 24, e que é hoje uma negação da verdade, uma falsificação da historia? O paiz está desorganizado: esta certeza é dada pelas discussões do parlamento, pelos relatorios dos ministros, pelas affirmações da imprensa, pelas conversações dos cidadãos. Por consequencia, ou o *discurso da corôa* exprime rigorosamente a opinião e a consciencia do chefe do poder executivo — e então que confiança nos pode inspirar este magistrado, se elle ignora inteiramente o estado do seu paiz? Ou não exprime opinião alguma, — e então que seriedade tem o chefe do poder executivo, vindo deante do paiz, quando eram necessarias palavras decisivas, recitar parolas ôcas e vans?

Sabemos perfeitamente que a corôa não é culpada do *discurso* que lhe obrigam a recitar, como não é responsavel pela desorganisação em que a obrigam a viver. A desorganisação é a consequencia de uma politica ignorante e torpe — o discurso é a fórmula de um cerimonial antigo e *rococó*. Mas já que os governos não teem a capacidade de tolher a desorganisação, tenham ao menos o pudor de cortar o cerimonial. E seja substituido o discurso da corôa por um franco e honrado: — *Bons dias, meus senhores, toca a sentar!*

Porque, sabe a corôa o que logicamente devia dizer? — Isto:

«Meus senhores—É com o maior desprazer que me acho no meio de vós, pois que estou fatigado da vossa imbecilidade, da vossa intriga e do vosso desleixo. A situação exterior é esta: somos o que somos, por que nos deixam sel-o por misericordia. A interior é esta: finanças em ruina; colonias exploradas pelo estrangeiro; marinha nulla; industria entorpecida; clero ignorante e immoral; ensino chaotico; vida municipal extincta; funccionalismo desbragado; pensamento emmudecido; caræcter ccrrompido; serviços publicos desorganizados; leis em confusão; agiotagem em triumpho; proletariado em miseria; etc., etc., etc. Vão, e que o Diabo os carregue, para os seus logares. Disse.»

Assim devia falar a corôa.

Mas, assim ou de outro modo, que seja sobretudo nacional em grammatica! Que significa a construcção do periodo á ingleza—adoptada pelo discurso da corôa? Que britannico furor a tomou de collocar os adjectivos antes dos substantivos? É uma adulação á *perfida Albion*? Quebrámos nós o tratado de Methuen—para nos irmos escravisar ao tratado de grammatica de Sadley? A que vem estas expressões repetidas de *publica fazenda, nacional riqueza*? São influencias da politica ingleza?

Confiemos em que nunca tenhamos de descer á humilhação de ouvir a corôa, por attenção aos nossos *feis aliados*, abrir se d'este modo com o paiz :

«Dignos pares e senhores deputados da portugueza nação: — Feliz me acho, por me sentar no meio do nacional parlamento, dando comêço ás nacionaes lides. É necessario que zelemos a publica administração para manter as patrias liberdades. Sem o constitucional decoro não ha publicas garantias. A nacional fazenda merecerá o maior zêlo ao legislativo poder. O executivo poder esse manterá as publicadas leis. Está aberta a ordinaria sessão das portuguezas camaras. *All right!*»

Esperemos que a corôa mais bem aconselhada volte ás tradições da nacional—grammatica.

E o proprio sr. Pinto Bessa applaudirá!

XV

Julho 1871.

Escrevemos no primeiro numero das *Farpas*:

«As sessões da camara não teem seriedade. Ahi reinam o tumulto, a confusão... etc.»

Uma nova justificação d'esta verdade appareceu na sessão do dia 29.

O sr. presidente do conselho falava. Houve um momento em que s. ex.^a, ou commetteu um erro de grammatica, segundo o dizer d'alguns jornaes, ou arremessou desdenhosamente á circulação a eloquente palavra *bomba*, segundo a affirmação d'outros. O facto é que a maioria entendeu que a melhor maneira de manifestar ao sr. presidente do conselho que não tinha confiança na sua politica, era apupal-o! E a patria deve agradecer aos senhores deputados que elles não lhe tivessem dado bengaladas!

Então o sr. presidente, a titulo de esclarecimento, perguntou timidamente se se achava n'uma praça publica. Pergunta excessivamente ociosa. N'uma

praça nunca ha nem aquelles gritos, nem aquelles tumultos,—porque a policia intervem e faz evacuar a praça. Impunemente, ao abrigo das instituições, sem ingerencia policial — uma assuada só se pode dar na camara dos deputados. Em mais nenhuma parte é permitido, pelos regulamentos da policia, ser-se tão excessivamente trocista. O caso é que a maioria, para provar ao sr. presidente que se considerava offendida com a designação de *praça*, rompeu n'um alarido tal como não é uso fazer-se na *praça de toiros* — tudo para demonstrar bem claramente que não estava alli um grupo de moços de forçado, mas um corpo de legisladores. A palavra *palife* fez então pela primeira vez a sua entrada na camara e tomou assento. Foi tambem então que o sr. presidente do conselho em compensação mandou o epitheto *mal creados* a comprimentar e abraçar os eleitos do paiz.

A assuada, o motim, o chasco, o charivari, cresceram tão constitucionalmente que o sr. Ayres de Gouveia, ecclesiastico, teve de enterrar na cabeça o seu chapéo alto. A este gesto, cheio de dedicação nacional, a tempestade evacuou a sala. Diz-se que alguns srs. deputados fôram comprimentados á sáhida pelos melhores frequentadores do *sol* na praça do Campo de Sant'Anna, que se achavam presentes. As galerias permaneceram impassiveis. Tal foi

esta memoravel sessão, em que a altura das idéas competiu com o vigor da eloquencia!

Parece pois definitivo que o Parlamento decidiu adoptar o motim e a assuada como a forma parlamentar dos seus trabalhos. Vistes, amigos, a sessão de 29 de junho. Quereis assistir á de 29 de julho? Ahi tendes o seu fiel extracto:

O ORADOR (*concluindo*)—E foi assim, sr. presidente, que se passaram os factos.

O SR. LUCIANO DE CASTRO (*interrompendo com grandes punhadas na mesa*) — O illustre deputado diz uma refinadissima pêta...

Vozes: — Apoiado, apoiado!

O ORADOR (*voltando-se e desabotoando o collete*)— Pêtas? oh! descarado! (*apoiado, apoiado*). Eu, sr. presidente, não posso consentir que esse biltre entre no meu fôro interior!

Vozes — Fora, fora!

O SR. COELHO DO AMARAL (*espancando com dignidade o sr. Barros e Cunha*). — E assim provo, sr. presidente, que o sr. Barros e Cunha não tem razão alguma nos principios que estabeleceu.

O SR. MARIANO DE CARVALHO — Mas a dictadura foi nefasta! E não ha mariola nenhum que me demonstre o contrario... *accende o cigarro*.

O SR. COELHO DO AMARAL (*continuando o espancamento.*)—Mão me interrompam o discurso! Não m'ò interrompam!

O SR. PRESIDENTE (*aos srs. Mariano e Santos Silva.*)—Os senhores não teem direito a interromper sovas que o regimento garante (*berreiro*).

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO—A camara está-se sepultando na mais profunda abjecção!

(*O sr. presidente do conselho succumbe, sob uma chuva de bengaladas.*)

O SR. JOSÉ DIAS (*batendo com a bengala sobre a mesa a um contínuo:*)—Dois cafés! Um cabaz!

Vozes (atravessando o corpo legislativo.)—Salta meia de Collares!

O SR. PINHEIRO CHAGAS (*deitado, com ar melancólico:*)—

«Oh virgem pallida e triste
Branca visão d'outros céos!

O SR. AYRES DE GOUVEIA—O que diz elle?

Vozes—Elle scisma! Elle scisma!

A opposição atira cebolas ao sr. Pinheiro Chagas. Alguns senhores deputados grunhem obscenidades, que o ruido impediu que chegassem á mesa dos tachygraphos.

O ORADOR—A camara não quer escutar-me? Pois

bem, eu passo a outros argumentos... (*Distribue bengaladas*).

Tumulto. O sr. presidente atira a campainha á cara da maioria, e o tinteiro aos queixos da opposição. Alguns senhores deputados miam de gato. O sr. Santos e Silva, no auge da sua indignação, dá cambalhotas. O sr. Luiz de Campos espalha uma prodigiosa quantidade de pontapés.

O SR. PRESIDENTE—Para amanhã continúa esta interessante discussão.

A camara sáe correndo, gritando, rebolando pelas escadas abaixo.

Os continuos levantam as garrafas de *Collares*.

A politica chegou a tal miseria que nem a polidez instinctiva cohibe os homens.

XVI

Julho 1871.

Falou-se muito durante este mez, n'um facto de grande coragem praticado por s. ex.^a...

Foi o caso que s. ex.^a subia n'uma carruagem a rampa de S. Bento, ás Côrtes, quando um policia civil advertiu ao cocheiro que não era permittida a passagem. S. ex.^a, com animo notavel, deitou, em risco de vida, a cabeça fora da portinhola, gritando ao policia: *Para traz!* e bradando ao cocheiro: *Ávante!* Mais adeante, novo perigo Outro policia faz parar a carruagem. S. ex.^a, repetindo a façanha heroica, com a simplicidade de Turenne, varou o policia com uma reprehensão, regritou marcialmente: *Para a frente!* E tomou o reducto—isto é, subiu a rampa. A historia raras vezes regista tão altivos rasgos. Ainda não seccaram os louros de Montes Claros!

Alguns jornaes—a imprensa invejosa amesquinha

os heroes—tiveram para este facto censuras asperas, e fortemente argumentadas.

Quizeram dizer—que s. ex.^a pretendeu collocar-se ridicula e presumpçosamente, como excepção, superior ás determinações da policia: que s. ex.^a, militar, deu o exemplo do desacato á disciplina militar: que s. ex.^a, chefe de policia, tornou irrisorias as disposições policiaes: que s. ex.^a, legislador, ensinou o desdem das leis: que s. ex.^a, homem de bem que deve cumprir o seu dever, reprehendeu dois homens pelo facto de elles cumprirem o seu dever: que s. ex.^a obriga as pessoas de senso a lembrarem-lhe que elle não é o tyranno Nabucodonor—mas o commandante obscuro de uma milicia civil, e que a fama do seu nome ainda não passou de Cacilhas, e só a muito custo vae conseguindo penetrar para os lados de Aldeia Gallega.

Isto disseram alguns malevolos. Nós, porém, que costumamos, sob a apparencia exterior dos factos, procurar-lhes a realidade secreta, dizemos afoitamente que aquelle acto só prova em s. ex.^a—exuberancia de brio guerreiro!

S. ex.^a é um homem valente, bateu-se bem. Mas as guerras acabaram, e s. ex.^a está como um homem gordo que não faz exercicio: s. ex.^a soffre de

excessos de valor—como esse homem soffreria de excessos de sangue. S. ex.^a tem congestões de brio. A coragem faz-lhe já vertigens, como aos sanguineos a abundancia de vida. E verão, meus senhores, que ainda ha de acabar por lhe fazer—furunculculos!

Imagine-se com effeito um homem forte, febril de batalhas a dar, palpitante de reductos a tomar, soffrego de sangue inimigo—vivendo burguezmente e pacatamente na Baixa, ou no quartel do Carmo, e tendo por unica gloria estrategica destacar patrulhas para o Arco do Bandeira, e por unico troar de artilharia os foguetes do sr. Cardim! Um bravo, n'estas circumstancias, accumula dentro em si, dos gorgomillos ao estomago—quantidades prodigiosas de furor guerreiro. A cada movimento que faz, sobem-lhe á cabeça, veem-lhe á bôcca — ondas de ardor bellico. Accrescentem a isto a atmosphaera militar em que estaé pocha se move e respira : guerras do Rheno, guerras civís, provincias conquistadas, cidades que ardem, nomes de generaes heroicos que scintillam em telegrammas, o ruido, a fulguração da gloria, a immortalidade na historia,— e elle, s. ex.^a, condemnado, como unica acção radiosa, a reprehender o 73 da 2.^a porque furtou uma correia ao 48 da 5.^a!

Esta castidade na lucta pesa a s. ex.^a S. ex.^a ne-

cessita de dar satisfação ás exigencias do seu temperamento—e s. ex.^a está viuvo de gloria! Por isso, ao mais pequeno motivo, s. ex.^a de dentro do deputado da maioria saca o heroe da municipal.

Houve um tempo feliz entre todos, em que s. ex.^a andou ferindo as grandes guerras—dos penicheiros. Então s. ex.^a vivia nos interesses da lucta, nas commoções soberbas. Era o tempo das patrulhas dobradas e dos grandes recontros da rua Nova do Carmo. Então, quando as guardas avançadas lhe vinham dizer:—«Ha penicheiros para os lados da Bitesga.»—S. Ex.^a, sorrindo, respondia:—«S. Jorge e Portugal!» E partia.

E o nome de s. ex.^a apparecia nos telegrammas do correspondente de Lisboa—para o *Clamor de Alpedrinha!*

Outras vezes eram vultos suspeitos que tinham entrado n'uma casa, a horas lobregas. S. ex.^a corria, cercava, bloqueava, destacava um corpo de exercito composto do Bento da 5.^a—outro composto de José Prefeito da 1.^a Mas ai! os bandidos que s. ex.^a surprehendia minando as instituições eram mesarios da confraria das Chagas!

Esse periodo epico porém acabou. O mundo cada vez se torna menos interessante. E s. ex.^a está de novo na disponibilidade do heroismo. Por isso atacou com tão crú arremêso os dois policias civís.

Tem elle culpa? Pode elle dizer ao seu sangue que não corra e á sua espada que não vença? Pode elle impedir-se de tomar Cacilhas — e orchata?

Ora, n'estas circumstancias, julgamos que ha uma unica maneira de salvar este temperamento fatalmente bellicoso:

É estabelecer no matadouro rêzes — para uso do heroe. Dá-se assim um calmante á sua ferocidade. O guerreiro todas as manhãs, como quem vae tomar o seu leite de burra, vae matar o seu vitello. Sangra o boi — e o brio. Doente de valor, s. ex.^a chega, brande a espada, e a cabeça armada de bezerro inimigo rola-lhe aos pés. O heroe limpa a espada, vem almoçar, e fica para todo o dia repousado, tranquillo, sem impetos de bravura, pacato como uma couve. E a policia civil entrará de novo no gôso da sua dignidade e da sua pelle! Assim seja!

XVII

Julho 1871.

Diz-se — e quem sabe se é uma torpe calúnia? — que o governo vae ter o impudor de consentir que se discuta o orçamento geral! É natural que por essa occasião melancolica se attente no orçamento especial do *muito bellicosamente chamado* Ministerio da Guerra. Para tal eventualidade aqui estiramos sobre estas paginas algumas reflexões amaveis.

Corre que, n'isso a que os relatorios chamam pomposamente *o exercito*, se gastam annualmente perto de 4:000 contos. *Corre*, por que se torna difficil averiguar a exacta verdade sendo o orçamento, como é, um inviolavel segredo.

Ora se estudarmos bem a utilidade do nosso *exercito* temos occasião de algumas francas e fortes risadas, dignas de Homero.

A 'primeira utilidade de um exercito é que se bata.

O nosso exercito não se pode bater.

Pelo numero dos seus soldados (batalhões incompletos, quadros rareados, etc.), estamos como depois de uma derrota — ao cabo de 24 annos de paz!

O seu armamento é inteiramente inefficaz. Está provado scientificamente que, depois de meia hora de fogo, as espingardas do exercito passariam para o inimigo — rebentadas em estilhaços. Quando não rebentem, o seu alcance é humanitario. Queremos dizer — as balas ficam a meio caminho do inimigo.

Verdadeiramente o nosso exercito só poderia alcançar o inimigo — correndo atraz d'elle: mas para isso faltam-lhe sapatos! Realmente por tão pouco armamento mais valia uma *tanga* e uma *flecha*!

Quanto á nossa artilharia ha um só meio de ella prejudicar o inimigo: é fazel-o prisioneiro, collocar o amarrado a 4 palmos da peça, procurar não errar o tiro, e conseguir assim inutilisar-lhe - a barretina!

O equipamento é nullo. Nem tendas, nem cantinas, nem transportes. Nenhum aparelho de marcha, nenhum material de acampamento.

O soldado portuguez é bravo, firme, soffredor; tem o *élan*, o arremêso, como o toiro. Mas nas guerras modernas estas qualidades são inuteis. Compreendeu-se já que uma peça de artilharia é um

soldado mais soffredor e mais firme que um filho de Adão.

Ora estes grandes duellos de artilharia exigem no soldado outras qualidades além da coragem: exigem sobre tudo nos estados-maiores a estrategia como uma sciencia. Os nossos generaes não teem sciencia: tiveram outr'ora, na mocidade, bravura e pulso: depois veiu a idade: perderam a fôrça quando ella na verdade já não era necessaria, mas não ganharam a sciencia, quando ella é indispensavel.

Os regimentos não teem instrucção. Não teem o habito do acampamento, da fadiga, das marchas. Não teem pontaria. A disciplina está relaxada; não ha respeito, nem subordinação. Não existe mesmo espirito militar, brio de quartel, amor da arma. O soldado vive na cidade, n'uma indolencia de paizano: fuma, namora, canta o fado: é um camponez que procura soffrer a farda cinco annos—o mais alegremente possivel.

Não servindo o exercito para a guerra—podia naturalmente servir para a policia.

Mas não serve. Nas cidades de segunda ordem os regimentos vivem ociosos. Pois n'essas cidades não ha patrulhas, nem rondas, nem sentinellas: as ruas estreitas, sujas, mal allumiadas, são um terreno livre á desordem.

Nada mais natural que aproveitar os vagares do

regimento para patrulhar a cidade. Não! o regimento deita-se ás 9 horas para não apanhar o ar da noite. Quem vigia vagamente, sem cuidado e sem persistencia, um dia cada semana, são os cabos de policia. Ora os cabos de policia são cidadãos que fazem este serviço obrigatoria e gratuitamente. Isto é— cidadãos que teem o seu trabalho, a sua familia, os seus deveres, soffrem ainda a obrigação de manter a tranquillidade de graça. Homens que não teem familia, nem trabalho, de proposito para mais livremente poderem manter a ordem, que não teem outros deveres que não sejam esses, e que para isso são pagos—deitam-se ás 8 horas da noite, depois de terem passeado desde as 8 horas da manhã. Oh bom senso! Oh patria nossa!

() exercito d'este modo é *uma ociosidade organizada!*

Convém ao menos ter exercito para o caso de uma revolta?

N'esse caso—o exercito seria ainda inutil. Em Portugal o exercito não se bate facilmente com o povo: o exercito é uma porção de povo *fardado*. Em França o exercito é um mundo áparte, exilado nos seus quartéis e nos seus *camps*, com idéas, hábitos, sentimentos proprios, sem communicação com o povo, chamando-lhe *bourgeois* e *pekin*, e não tendo duvida alguma em o espingardear. Em Portugal

o soldado vive com o povo: sahiu d'elle, volta brevemente para elle: está com elle no contacto de todos os dias, bebe nas mesmas tabernas, canta as mesmas cantigas, brinca nas mesmas romarias, é ainda um cidadão. Não espingardeia o cidadão! Quando muito, nunca lhe paga o vinho.

De modo que o exercito em Portugal:

É inutil para a guerra;

Inutil para policiar;

Inutil para reprimir uma revolta.

Para que serve? Para gastar 4:000 contos.

Ha mais: um exercito só por si é inutil se não faz parte d'uma inteira organização militar.

Onde estão as nossas praças fortes? A nossa artilharia? Os nossos arsenaes? Os nossos campos entrincheirados? As nossas fabricas de armamentos para um caso de perigo? Os nossos fortes? Os nossos caminhos estrategicos?— Nada temos, a não ser o bom senso fechado, a fronteira aberta, e umas peças de artilharia *a que deu fogo Camões*— o que é poetico, mas fragil!

Dir-nos-hão: «Mas nós não somos um paiz militar...»

Então façamos o que se deve n'um paiz que não é militar. Não gastemos 4:000 contos tão improdu-

ctivamente como se os gastassemos em caixinhas de soldados de chumbo— (*plumbeos guerreiros*, diria o sr. Vidal, poeta lyrico).

Licenceemos o exercito— e creemos :

- 1.º Uma guarda nacional, com serviço extensivo a todo o cidadão válido ;
- 2.º Um corpo de gendarmaria civil.

Alcançavamos assim :

- 1.º Economisar 4:000 contos ou pelo menos 3:000 ;
- 2.º Entregar á agricultura, uns poucos de mil braços inesperados ;
- 3.º Tornar efficaz a defesa nacional ;
- 4.º Estabelecer por todos os districtos do paiz um serviço de policia, necessidade impreterivel ;

Havia ainda uma 5.ª vantagem ; mas não a expomos, receando que a côrte nos mandasse assassinar.

XVIII

Julho 1871.

Houve este mez um panico patriotico: julgou-se que iamos perder Macau! A China, segundo se affirmava, tinha intimado Portugal a evacuar aquella colonia — onde só devia reinar o rabicho.

Foi accusado acremente o governo; a Baixa pululou de alvitres; e o orgulho nacional da rua dos Retrozeiros pareceu profundamente ferido. Corria que o sr. Carlos Bento, como outr'ora Caim, ouvia, a horas mortas, yozes vingativas que lhe bradavam:

— Que fizeste tu de Macau, Bento?

E tanto que o governo, para nos tranquillisar, bradou d'entre as columnas do *Diario do Governo*:

— Não, portuguezes, não, Macau ainda é vosso!

A verdade parece ser que Macau está ainda prêso á metropole — por alguns telegrammas que se estão trocando entre o governador de lá, e o governo de cá. Diriamos que está *por um fio*! — se tão

lamentavel equivoco se pudesse escrever quando se trata do orgulho nacional e da Baixa.

As relações de Portugal com as suas colonias são originaes. Ellas não nos dão rendimento algum: nós não lhes damos um unico melhoramento: é uma sublime lucha — de abstenção!

— Não, exclamam ellas com o olhar voltado de revés para a metropole, mais rendimento que o d'este anno, que é nenhum, não és tu capaz de nos pilhar, malvada!

— Tambem, responde obliquamente a metropole, em maior desprêzo não sois vós capazes de estar!

Quando muito, ás vezes, a metropole remette ás colonias um *governador*: agradecidas as colonias mandam á mãe patria — uma banana. E perante este grande movimento de interesses e de trocas Lisboa exclama:

— Que riqueza a das nossas colonias! Positivamente, somos um povo de navegadores!

É necessario no emtanto fazer justiça á metropole. A metropole tem certas generosidades consideraveis com as colonias. Assim, com os Açores — que não são uma colonia, mas que pela distancia, pelo abandono, pela separação de interesses, tem toda a physionomia colonial... Portugal para com

os Açores é inexgottavel—de desembargadores! Às vezes os jornaes dos Açores, tomando um ar severo, voltam-se para a metropole, e gritam-lhe no rosto: *madrasta!* O reino immediatamente lhes manda, com todo o zêlo—dois desembargadores!

Mas d'ahi a pouco os Açores, inquietos, começam a dizer que não seria máu tentar os Estados Unidos! O paiz ataranta-se; e para lisonjear os Açores manda-lhes mais desembargadores. Todos os paquetes, os Açores aterrados vêem desembarcar turbas de desembargadores. Já aquelle fertil solo negreja de desembargadores.

—Basta! exclamam os Açores suffocados. Basta de segunda instancia!

E a metropole, inexhaurivel no seu amor, continúa impassivel a verter-lhe no seio—catadupas de desembargadores!

Egual generosidade para com as possessões de Africa, verdadeiras e legitimas colonias, essas! Para ahi o paiz é inexgottavel—de scelerados! E scelerados escolhidos com intelligencia. Um sujeito que tenha tido a baixeza de roubar só 50000 réis nunca poderá aspirar a fazer parte da sociedade de Loanda. Para se ser remettido como mimo da metropole é necessario, pelo menos, ter sondado com a navalha de ponta as entranhas de um amigo querido!

Poderá suppôr-se que Moçambique e Comp.^a recebem estas dádivas com um *enthusiasmo*—extremamente sublinhado. Não! As possessões de Africa estão contentes. Ha de vir tempo mesmo em que quem quizer em Moçambique ou em Angola um creado, um amigo ou um noivo—esperará a remessa dos facinoras.

Os commerciantes irão dizendo, com ar pensativo :

— Isto vae mal! Não ha caixeiros de confiança! Os ladrões d'esta vez tardam!

E um sujeito será assim apresentado n'uma casa particular :

— O sr. Fulaninho, que teve a honra o anno passado de assassinar seu proprio pae, como demonstra...

— Oh! muito gôsto em conhecer. . .

— E a sr.^a Fulana, ladra muito conhecida na sociedade da Boa Hora.

— Então? tem a bondade de se sentar!...

É com estas generosidades que o governo responde victoriosamente áquelles que vão, em falsas vozes, affirmando :

Que o paiz despreza as colonias; que ellas estão abandonadas a uma frouxa iniciativa particular, sem estimulo, sem protecção, sem tranquillidade; que a energia individual só pode ser fecunda n'um

paiz bem policiado: que nas colonias não ha garantias de segurança, nem solicitude pelo commercio, nem policia, nem hygiene, nem instrucção; que tudo alli vive na desordem, na desorganisação, no desleixo, n'uma antiquissima rotina; e que o unico movimento é o do estrangeiro que as explora de facto—apesar de nós as possuirmos de direito.

Mas, meus senhores, antes de tudo, nós não temos marinha! Singular cousa! Nós só temos marinha pelo motivo de termos colonias—e justamente as nossas colonias não prosperam porque não temos marinha! Todavia a nossa marinha, ausente dos mares, sulca profundamente o orçamento. Gasta 1.159:000,000!

Que realidade corresponde a esta phantasmagoria das cifras? uns poucos de navios defeituosos, velhos, decrepitos, quasi inuteis, sem artilharia, sem condições de navegabilidade, com cordame pôdre, a mastreação carunchosa, a historia obscura. É uma marinha inválida. A *D. João* tem 50 annos, o breu cobre-lhe as cans: o seu maior desejo seria aposentar-se como barca de banhos.

A *Pedro Nunes* está em tal estado que, vendida, dá uma somma que o pudor nos impede de escrever. O Estado pode comprar um chapéo no

Rôxo com a *Pedro Nunes*—mas não podê pedir trôco.

A *Mindello* tem um geito: deita-se. No mar alto, todas as suas tendencias, todos os seus esforços são para se deitar. Os officiaes de marinha que embarcam n'este vaso fazem disposições finaes. A *Mindello* é um esquite— a helice.

A *Napier* sahiu um dia para uma possessão. Conseguiu lá chegar; mas exhausta, não quiz, não pôde voltar. Pediu-se-lhe, lembrou-se-lhe a honra nacional, citou-se-lhe Camões, o sr. Melicio, todas as nossas glorias. A *Napier* insensível, como morta, não se mexeu.

Das 8 corvetas que possuímos são inuteis para combate ou para transporte—todas as 8. Nem construcção para entrar em fogo, nem capacidade para conduzir tropa. Não teem applicação. Ha idéa de as alugar como hoteis. A nossa esquadra é uma collecção de jangadas disfarçadas! E este grande povo de navegadores acha-se reduzido a admirar o vapor de Cacilhas!

Teem um unico merito estes navios perante uma aggressão estrangeira: impôr pelo respeito da edade. Quem ousaria atacar as cans d'estes velhos?

Já se quiz muitas vezes introduzir nas fileiras d'estes vasos caducos—alguns navios novos, ageis, robustos. Tentou-se primeiro compral-os.

Sucedeu o caso da corveta *Hawks*. Era esta corveta uma carcassa britannica, que o Almirantado mandava vender pela madeira — como se vende um livro pelo pêso. Por esse tempo o governo portuguez — morgado de provincia ingenuo e generoso — travou conhecimento com a *Hawks*, e comprou a *Hawks*. E quando mais tarde, para gloria da monarchia, quiz usar d'ella, a *Hawks*, com um impudor abjecto — desfez-se-lhe nas mãos! Estava pôdre! Nem fingir soube! Tinha custado muitas mil libras.

Tentou-se então construir em Portugal. Sabia-se que o Arsenal é uma instituição verdadeiramente informe: nem officinas, nem instrumentos, nem engenheiros, nem organização, nem direcção. Tentou-se todavia — e fez-se nos estaleiros a *Duque da Terceira*. Foi metter machina a Inglaterra. E ahi se descobre que a tenra *Duque da Terceira*, da idade de mezes, tinha o fundo pôdre! Foi necessario gastar com ella mais cento e tantos contos.

Nova tentativa. Entra nos estaleiros a *Infante D. João*. 87 contos de despesa. Vae metter machina a Inglaterra. Fundo pôdre! O Arsenal perdia a cabeça! Aquella podridão começava a apresentar-se com um character de insistencia verdadeiramente anti-patriotica! Os engenheiros em Inglaterra já se não approximavam dos navios portuguezes senão em bi-

cos de pés — e com o lenço no nariz. As construcções sahidas do Arsenal succumbiam de podridão fulminante. A *Infante D. João* custou em Inglaterra, mais cento e tantos contos!

O Arsenal, humilhado no genero *navio*, começou a tentar a especialidade *lancha*. Fez uma *a vapor*. Lança-se ao Tejo, alegria nacional, colxas, foguetes, bandeirolas... E a lancha não anda! Dá se-lhe toda a fôrça, geme a machina, range o costado, -- e a lancha immovel! Mas de repente faz um movimento... Alegria inesperada, desillusão immediata! A lancha recuava. Era uma briza que a repellia. E em todas as experiencias a lancha recuava com extrema condescendencia: briza ou corrente tudo a levava, mas para traz. Para deante, não ia. Pegava-se! O Arsenal tinha feito uma lancha a vapor que só podia avançar — puxada a bois. O paiz riu durante um mez.

O Arsenal roeu a humilhação, encetou a especie *cahique*. Ainda o havemos de vêr, no genero construcção em madeira, cultivar — o palito!

A nossa gloria, inquestionavelmente, é a *Estephania*. Parece que poucas nações possuem um vaso de guerra tão bem tapetado! O orgulho d'aquelle navio é rivalisar com os quartos do *Hotel Central*. É um salão de verão surto no Tejo. E no

Tejo realmente dá-se bem. No mar alto, não! Ahi tem tonturas. Não nasceu para aquillo: um navio é um organismo, e como tal pode ter vocações: a vocação da *Estephania* era ser gabinete de *toilette*. É pacata como um conselheiro. É uma fragata do Tribunal de Contas! Por isso quando a quizeram levar a Suez, quantos desgostos deu á sua patria! quantas brancas fez á honra nacional! É verdade que os cabos novos, da Cordoaria Nacional (sempre tu, ó terra do nosso berço!) quebraram como linhas, e ninguem lhes pode contestar que tivessem esse direito. A marinhagem tambem não quiz subir ás vergas (opinião respeitavel porque a noite estava fria.) Alguns aspirantes choraram de entusiasmo pela patria. O capellão quiz confessar os navegadores.

O caso foi muito falado n'esse tempo. Mais celebrado que a descoberta da India. Essa só teve Camões que naufragou;— a viagem da *Estephania* teve o sr. O. Vasconcellos que arribou! Tanto é semelhante o destino dos que cultivam o ideal! O facto é que desde então brilha no Tejo tranquilla, reluzente e vaidosa— a *Estephania*, corveta mobilada pelos srs. Gardé e Raul de Carvalho.

Com tal marinha como podem as colonias prosperar? O governo d'aqui a pouco, quando a idade

fôr dizimando estes antigos vasos de guerra—não tem quem lhe leve ás colonias um regimento, uma ordem, um officio. Vel-o-hemos—para vergonha eterna d'uma das caveiras de Vasco da Gama—pedir á marinha mercante o patacho *Constancia* com o fim de acudir a Timor. Ha de chegar a recorrer ás faluas de Alcochete. E mais tarde, pela nossa pobreza progressiva, as communicações com as colonias terão de ser feitas—de viva voz!

Quando houver um officio que remetter para um governador de colonia, irá um amanuense da secretaria ao Caes do Tojo, e ahi, voltando-se para o sul, bradará no espaço e nos ventos:

—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr...

E as solidões do Oceano repetirão gemendo:

—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr!

E depois, succede que nem todos os ministros dão equal importancia á marinha. Se por exemplo os srs. Latino e Rebello pensavam que a organisação da marinha garantia a prosperidade das colonias, aqui temos o sr. Mello Gouveia que pensa de outro modo, elle!

Elle entende que a marinha serve—para manter bem presente nas colonias a idéa da patria, e sobretudo, (textual: discurso de s. ex.^a por occasião da discussão do orçamento da marinha na le-

gislatura passada) sobretudo «para certificar ás colonias que ellas são lembradas na patria com carinho e saudade.»

E ahí está! Nós a pensarmos que um navio ia vigiar o littoral, garantir a paz interior, impôr o respeito ao estrangeiro, dar protecção ao commercio —e no fim o que o navio vae fazer é significar ás colonias que a patria melancholica lhes manda muitos recados e os seus suspiros!

Ora n'este caso a marinha pode ser dispensada. Para expressar o nosso sentimento basta que o governo remetta ás colonias, pelo vapor da carreira, um bilhete contendo uma saudade rôxa, uma mecha dos seus cabellos, e estes dizeres meigos:

—Colonia! lembro-me de ti com pungente magua, definho nos teus ardores... Lembra-te de mim, meu bem... Olha de lá a lua, que eu de cá tambem a olho com alma em ti. Pensando nos teus encantos dou largas ao salgado pranto. Até á morte o teu *Fiel amante*, o ministro e secretario dos negocios da marinha e ultramar,

Gouveia e Mello.»

Ou, para não dar escandalo, pode o governo de S. M. recorrer a um annuncio amoroso nos jornaes.

COLONIAS PORTUGUEZAS

FITA AZUL NO CHAPÉO

«Sigillo e sentimento. Recebi. Ralado de paixão. Confiemos no céu. Quem te pudesse vêr no Passeio Publico á boquinha da noite! Unamos as nossas mentes na mesma prece. Teu, *Gouveia.*»

Emfim o amor é muito engenhoso; e o sr. Mello Gouveia achará decerto, depois de extincta a marinha, um meio interessante para que o governo possa manifestar ás colonias — a sua chamma!

Para que temos colonias? E ai de nós que as não teremos muito tempo! Bem cedo ellas nos serão expropriadas por utilidade humana. A Europa pensará que immensos territorios, pelo facto lamentavel de pertencerem a Portugal, não devem ficar perpetuamente sequestrados do movimento da civilização; e que tirar as colonias á nossa inercia nacional é conquistal-as para o progresso universal. Nós temol-as aferrolhadas no nosso carcere privado de miseria. Não tardará que na Europa se pense em as libertar.

Para evitar esse dia de humilhação sejamos vil-

mente agiotas, como compete a uma nação do século XIX — e vendamos as colonias.

Sim, sim! bem sabemos! a honra nacional, Affonso Henriques, Vasco da Gama, etc!

Mas somos pobres, meus senhores! E que se diria d'um fidalgo (quando os havia) que deixasse em redor d'elle seus filhos na fome e na immundicie — para não vender as salvas de prata que fôram de seus avós? Todos diriam que era um imbecil canalha! Pois bem, estes 4 milhões de portuguezes são os filhos esfomeados do Estado, para quem as colonias estão como velhas salvas de familia postas a um canto n'um armario. E hesitará o Estado em as vender? Sobretudo quando temos de as perder? Se o paiz se pudesse reorganisar, — bem! As colonias seriam no futuro uma fôrça. Mas assim! com esta decadencia progressiva, irremissivel. . .

É verdade que se as vendessemos, o governo deixaria o paiz no mesmo estado de miseria, e, como já não tinha colonias, — compraria fragatas! Dilemma pavoroso! Devemos vender as colonias porque não temos governo que as administre; mas não as podemos vender, porque não teriamos governo que administrasse o producto! *Miserere!*

E depois se as vendessemos, que dôr para o sr. Gouveia — que as ama! A quem daria elle então as

esperanças da sua mocidade e o viço do seu peito? Não, colonias, sêde sempre fieis a Gouveia! Não espesinheis esse coração de vinte annos, cheio de crenças! Que a vossa divisa seja d'ora ávante; *Gouveia e cacau!*

E prosperareis!

XIX

Samuel escreve-nos uma carta, que elle intitula *Consciencia*, e em que discute opiniões, juizos, ditos, espalhados, ao fluctuante acaso do humorismo, nas paginas rapidas d'estes volumes.

Samuel é nosso amigo, ama o nosso riso, e presta as suas mãos, que diz *cançadas e velhas*, para ajudar a tirar a verdade do fundo do nosso pôço.

Samuel porém insinua que as *Farpas* mostram vaidade quando affirmam que são o *bom senso*—por que ninguem é o *bom senso*! Mas, injusto *Samuel*, attende bem!—As *Farpas* não disseram que eram o bom senso absoluto, com a suprema plenitude da razão, a posse exclusiva da verdade, nenhum temperamento e muita roupa branca! O nosso prospecto não declarava—*As Farpas são o espirito de Deus levado sobre as aguas*.

Pobres *Farpas*! decerto que ellas não são a co-

lumna de fogo, nem as doze taboas da lei, nem a grande voz do deserto! — Enfeitadas e coloridas na sua porção de bandarilhas, aguçadas e incisivas na sua porção de ferro, ageis e laboriosas como abelhas, ellas são sobretudo e antes de tudo 96 paginas impressas na Typographia Universal, sem grandes erros de grammatica e sem grandes verdades de philosophia, estalando de riso por todas as entrelinhas, mesmo quando franzem a testa — e contentando-se com serem alegremente recebidas, pela manhã, á hora do correio e do almôço, por alguns espiritos sympathicos e por algumas brancas mãos. Diogenes decerto, por tão pouco, não apagaria a sua lanterna!

XX

Agosto 1871.

Publicou-se, ha tempo, na Imprensa da Universidade, em Coimbra, um folheto ácerca da *Communa*.

Bom, ou máu, o folheto foi lido, levemente discutido, totalmente comprado. Era anonymo.

Que ha de acontecer? o governo prohibe-lhe a venda! Só aqui ha um mundo revólto de pilheria. O livro é publicado em maio, exgottado em junho, e prohibido em julho! A unica critica é a gargalhada!

Nós bem o sabemos: a gargalhada nem é um raciocinio, nem um sentimento; não cria nada, destroe tudo, não responde por cousa alguma. E no emtanto é o unico commentario do mundo politico em Portugal. Um governo decreta? gargalhada. Reprime? gargalhada. Cae? gargalhada. E sempre esta politica, liberal ou oppressiva, terá em redor d'ella, sobre ella, envolvendo-a como a palpação

d'azas de uma ave monstruosa, sempre, perpetuamente, vibrante, e cruel, — a gargalhada!

Política querida, sê o que quizeres, toma todas as attitudes, pensa, ensina, discute, opprime, — nós riremos. A tua atmospherá é de *chalaça*! Tu és filha de um dichote que casou com uma pirueta! Tu és clown! tu és Fajardo! Se viveres, rimos! A oração funebre que diremos sobre a tua campa será—Ah! ah! ah!—A nota que a teu respeito se lançará na historia será—Ih! ih! ih! A tua recordação entre os homens será—Uh! uh! uh! Oh poder executivo! oh Sancho Pansa! oh pilheria! Publicado n'um mez, exgottado no outro, prohibido no seguinte! Oh Patria! Oh cambalhota! oh Bertoldinho!

Mas corre que o governo, além de prohibir o folheto, vae processar o auctor do folheto. Ahi, alto! Recolhemos a gargalhada, tiramos do cesto o ferro em braza.

Processado por que?

Tres cousas fazia o auctor anonymo d'aquelle opusculo:

Explicava a situação e as idéas dos partidos em França; verberava os srs. Thiers e Jules Favre; defendia alguns actos da *communa* e alguns dos seus homens.

Por qual d'estes tres factos é elle processado? Qual determina o estado de criminalidade?

Explicar os partidos em França? Então são seus cúmplices e devem ser processados pelo governo portuguez:

Todos os jornaes, de todas as côres, de todas as cidades.

Todos os deputados, de todas as camaras, de todas as nações;

Todos os livros, de todas as politicas, de todos os continentes.

É preparar, para toda esta gente, quartos no Limoeiro! Ergue-te e abre, ó Manuel Mendes Enxundia!

E accusado o auctor do folheto por ter verberado os srs. Thiers e Favre? Que lei lh'o prohibe? Que regulamento, que portaria, que decreto me inhibe, a mim, a ti, a elle, de gritar em cima das torres que o sr. Thiers é um imbecil, o sr. Favre um traidor, o imperador da Russia um bebedor de Champagne?! Está o sr. Thiers elevado á categoria de dogma? É elle equiparado pelo governo á religião do Estado? Temos o sr. Thiers inviolavel como Christo?

Que façam um processo ás *Farpas*, pois nós declaramos isto:—O sr. Thiers é um sujeito astuto, aproveitavel a um paiz que precise viver de expe-

dientes, mas perfeitamente inapto para uma nação que tenha de se organizar com idéas; é um politico de pequenos meios que já foi policia e parteiro:

O sr. Favre é um bastardo de Robespierre, declamador de tribunal, violentador do poder em 4 de setembro como radical, e em 18 de março ministro conservador, personagem característico d'aquella farça politica que se chama—*tira-te tu, para que vá eu!*...

E aqui estão estes Adolpho Thiers e Julio Favre, eguaes em inviolabilidade á Sagrada Eucharistia, ou á Immaculada Conceição! E seremos processados, seremos degradados, se ousarmos vergastar com algumas phrases de historia as carnes antiquadas dos srs. Adolpho e Julio!

Mas é accusado o auctor do folheto por ter defendido alguns actos da *communa* e alguns dos seus homens?—Oh! indigna vergonha! Pois é prohibido em Portugal ter opinião sobre um facto estrangeiro? Pois a *communa* passou-se na nossa politica? Foi a rua do Arco do Bandeira incendiada com petroleo? Foi o sr. O. de Vasconcellos que mandou fusilar o arcebispo de Paris? Pois não pertence a historia ao puro dominio do pensamento? Pois a propria França não impede que se escrevam livros louvando a *communa*, e o governo portuguez impede-o?! Pois o governo não prohibe que os jornaes

legitimistas exaltem o absolutismo que prendeu e matou, cortou a machado nossos paes, sequestrou as nossas casas, queimou as nossas searas, e prohi-be que se discuta uma politica cujos excessos se passaram a 100 leguas de nós, sem relação com-nosco, sem acção na nossa acção?! Pois ha alguma lei que me obrigue a amar S. Francisco de Salles e a desprezar Tiberio?! Pois a opinião impõe-se como as posturas da camara municipal?! Pois ha-verá cartilha para as nossas apreciações historicas? Se o governo prohi-be que se exaltem os homens da *Communa*, deve logicamente prohibir que se exaltem os homens de 93, o governo provisorio de 48, e que admiremos o proprio sr. Thiers, antigo redactor do *National*, fautor da revolução de 30! E que vá mais longe então! que nos processe, porque nós admira-mos os Gracchos, Spartacus salvador de escravos, Moysés que libertou um povo, Christo que remiu uma raça!

O governo portuguez pondo a sua tósca mão sobre o pensamento! —oh, pirueta, dá-lhe tu a recom-pensa!

XXI

Agosto 1871.

A camara conservadora defende-se! rejeita por 51 votos contra 23 a reforma da Carta! Mas como fôram extranhas as declarações de alguns dos 51 conservadores! Porque (quem jámais o diria?) elles só votaram contra a reforma da Carta—por entenderem que a Carta deve ser reformada!

Sómente entendem tambem que a reforma é *inopportuna*. Um homem é agarrado por dois ladrões, amarrado a uma arvore. De madrugada passam dois cavalleiros, e vêem ao longe, vagamente, na neblina, o vulto. Comprehende-se que discutam, no primeiro momento, se é ou não um homem que alli está em agonia: mas, desde que verificaram que é um homem, o que se dirá do seu bom senso se começarem a discutir— a oportunidade de o salvar?

A Carta contraria ou não as tendencias do espirito moderno, e a opinião? Sim ou não? Só isto

se pode debater. Mas confessar publicamente que *sim*, e votar que *não*—é o mesmo que declarar :

—Nós entendemos que o paiz soffre com esta constituição, mas desejamos que elle continue a soffrer !

Ninguem dá crédito porém ás vossas declamações, senhores! Vós o que não quereis é nenhuma reforma da Carta! O que tentaes evitar é que intervenha na vossa politica, a fôrça da opinião popular! E sabeis por que? Porque se a democracia, mesmo sob a forma monarchica, tivesse o seu advento— as vossas dôces e rendosas sinecuras ficariam estateladas no chão? E vós quereis ouvir Bellini em S. Carlos, e tomar sorvetes no verão com socêgo! Eis ahi!

Ah! vós dizeis que *amaes o progresso*. Amaes o progresso que vos inventa cadeiras mais commodas; o progresso que vos monta operetas de Offenbach para acompanhar alegremente a digestão do jantar; o progresso que descobre melhores limas para cortardes os callos! Esse progresso decerto o amaes! Mas o que não amaes é o progresso politico, por que esse traria uma ordem de cousas que extingui-ria os vossos ordenados, levantaria as vossas decimas sonegadas, transtornaria as vossas posições;— isto é, este progresso tirar-vos-hia os meios de po-

derdes gosar o outro. E ahí está o que vós não que-
reis, amaveis bandidos!

Vinde no emtanto para deante dos leitores das
Farpas, com o extracto das vossas comicas opiniões
collado ás costas. E já que não auxiliaes o bem, aju-
dae a gargalhada!

O sr. Barjona começou por dizer que o projecto
da reforma lhe parecia *indefinido e vago*. Ora o pro-
jecto marcava muito explicitamente os titulos 3, 4,
5, 6 e 7. Pode chamar-se-lhe largo, — mas indefini-
do... Santo Deus! se s. ex.^a chama á designação *ex-
plicita* de 5 capitulos uma cousa *vaga* — o que cha-
mará então ás nuvens do poente? Chamar-lhes-ha
somma de 5 parcellas?

E accrescenta s. ex.^a que não é *d'aquelles* que liga
pouca importancia ás constituições politicas. Ainda
bem! Mas que extranha revelação! Ha pois politi-
cos em Portugal (e só em Portugal se é só politico),
que não dêem importancia ás constituições politi-
cas? O meu creado não dá com effeito muita atten-
ção a essa especie, mas por que dá todos os seus
cuidados a escovar o meu fato. (E ainda assim não
gosta do sr. Carlos Bento, mas é uma questão pu-
ramente pessoal.) Que existam porém sujeitos que
tendo profissão de ser só *politicos* (oh farça!) não
dêem attenção ás constituições politicas — extranho

parece, porque a verdade é que esses individuos não estão encarregados, como o Miguel, de escovar o meu fato.

O sr. Silveira da Motta é mais estranho ainda! Examina, com grande criterio, todas as reformas que o paiz precisa — e termina por dizer que em vista d'aquella dolorosa ladainha o paiz não precisa nenhuma. O que se traduz d'este modo tragico: *isto está tão arruinado que já agora deixal o ficar assim!*

O sr. Barros e Cunha declara que todo o seu sentimento (extasi, melancholia, doçura, amor, etc.) são pela reforma da Carta: mas que a frieza da sua cabeça não lhe permite admittir essa reforma. Como homem frio, quando raciocina, o sr. Barros e Cunha é conservador: mas como homem de sentimento, quando scisma ao luar, quando segue o gemer da guitarra, quando escuta o rouxinol — ai! como elle então deseja a reforma da Carta!

O sr. Adriano Machado não quer aquelle projecto da reforma da Carta — porque pretende elle mesmo apresentar um. Isto entende-se. É um homem que tem ambições e a sêde d'um nome! Em logar da *Reforma Mendes* aspira a que os jor-

naes da provincia celebrem no futuro a *Reforma Adriano!*

O sr. Costa e Silva entende que a Carta é liberal e não precisa reformas; e, a têl-as, só em algum dos seus artigos, *não muitos*. Para este senhor a questão é de quantidade. Ahi 5 ou 6 contentam-n'o: se fôsem 3 e meio, tinha caimbras de prazer! Mas sobretudo o que elle appetece — é resolver a questão financeira! E espera que ella seja resolvida! Dôce ingenuidade! Todo o mundo estava admirado de tanta innocencia infantil; e perguntava-se com cuidado onde teria o sr. Costa e Silva deixado o seu *bibe!*

O sr. Peixoto (?), depois de se ter visto singularmente enredado em grandes phrases, conseguiu desentalar-se e dizer claramente que antes de tudo a reforma urgente consistiria em escrever bons livros! Que não basta que haja eschololas! que são sobretudo indispensaveis *bons livros!* Faz isto desconfiar que o sr. Peixoto suppõe que o unico livro que se tem escripto depois do Genesis é o das *Proezas de Rocambole!* Mas o sr. Peixoto pareceu sobretudo grande quando declarou que o povo *não tem direito a mais liberdade!* O sr. Peixoto, que não é neto do conde Chambord, nem possui na

Africa plantações de café, estava a fingir para a galeria que era da casa de França e grande senhor de engenhos! Pobre moço! E quando elle jurou que a verdadeira reforma que incumbia ao parlamento era dar ao povo livros que lhe ensinassem a natureza do seu paiz e a sua propria indole? Muita gente comprehendeu que esta phrase difficil significava que a camara antes da questão de fazenda, de administração, etc., se devia occupar — em escrever compendios de geographia e tratados de moral.

E terminou assim: «Estas reformas reclamam todas as nossas fôrças e todo o nosso tempo; não fatiguemos *aquellas*, e não perçamos *este!*» Abyssemo'-nos na contemplação d'este periodo immortal, que, áparte a sua construcção comica — significa: «Não nos levantemos tarde e não comamos cousas que nos façam mal ao estomago.» Se accrescentarmos a isto os banhos do mar, ha todo o motivo para suppôr que o paiz está salvo!

O sr. Pinheiro Chagas vota contra a reforma da Carta porque é pouco experiente. Este moço justifica o seu voto — mostrando a sua pouca barba!

O sr. Franco Frazão declara que a reforma da Carta não deve ser admittida á discussão, porque

está muito calor! Este homem é grande! Este homem ha de ir longe—em havendo frio! Deixem vir janeiro, e o paiz verá como o sr. Franco reforma e organisa. Por ora não. É este um grande principio que passará para os repertorios, assim fixado: *Janeiro, frio, geada; planta chicorea e reforma a Carta!*

Tal foi esta sessão, em que notaveis opiniões viram a luz do dia—e a luz do dia viu notaveis opiniões!

XXII

Agosto 1871.

A camara dos deputados está tendo realmente uma comprehensão muito estreita dos seus deveres parlamentares. Nota-se com espanto que os senhores deputados, ao entrar, não descalçam as suas botas! Ninguem explica esta reserva. O sr. Barros e Cunha ha dias tinha calor, e não se poz em mangas de camisa! Via-se bem antes de hontem que o sr. Arrobas estava apertado no seu collete, e no emtanto não se desabotoou! Extranhas abstenções! Porque se cohibem, santo Deus? Porque se impõem a inexplicavel privação de não beberem cerveja na sala? Que significa esta falsa comprehensão das regalias constitucionaes?

Porque não tiram, para maior commodidade de suas pessoas, a consequencia logica do seu procedimento? Se se desprenderam de todo o respeito, porque não se desembaraçam das suas gravatas? Se se attribuiram o direito de dizer injurias, porque não se dão o direito de trazer chinelas? Porque

conservam uma certa compostura de *toilette* — se tem desabotoado tanto a dignidade? Vamos, meus bellos cavalheiros da injuria franca! Um ultimo passo! Já aniquilaram o decôro, ponham de lado a polidez. Nem mesmo se prendam com o asseio! Tirem os botins, e atirem por cima das carteiras, á face do paiz, essas piugas de alvura duvidosa! Desapertem esses colletes, e que a patria veja nas pregas das camisas o suor dos seus eleitos! Venha cerveja! Saltem as primeiras rôlhas! Caiam as ultimas injurias! Ferva a intriga e espumem os *bocks*! Ao tilintar dos copos misture-se o embate dos insultos! — *É falso, mente! Mais cerveja! Isso é uma bestealidade, fora! Cigarros!* Rompam as disputas de café em attitudes de taberna! Ninguem se cohiba! Que o fumo do tabaco faça uma nuvem ás votações — e as nódoas de vinho um commentario aos projectos de lei! E praguejem, e assobiem, e escarrem! E viva a troça! Hip! hip! hip! Hurrah!! Salta um decilitro! Fora patife! E lari lo lé, lo lé! Parta o pagode! Oh! legisladores! Oh! homens d'Estado! Oh! feira das Amoreiras!

Pois temos nós obrigação de respeitar a camara, quando ella se não respeita? Pois ella vive nas asoadas indecorosas — e ha de exigir que nos curve-mos como se ella vivesse nas idéas elevadas? Pois

aquella senhora, que alli mora defronte, poderá extranhar que eu a repilla brutalmente, em lugar de a saudar delicadamente — se em vez de passar na discreta compostura do pudor, ella me vier fazer esgares com a cuia á banda?

Porque vos havemos de respeitar, dizei? Pelo saber que não tendes? Pela dignidade que renegastes? Lêem se os extractos de todas as camaras do mundo, e em todas ha seriedade e discussão intelligente; em todas se trabalha, se pensa, se organisa, se legisla. Entre nós vemos, durante um mez, arrastar-se uma discussão sobre personalidades de regeadores; e o que se debate é se se fez ou se não fez a estrada da Covilhã, e se o governo comprou ou não comprou exemplares d'um *Elogio do sr. Avila!* E todas as questões uteis e altas desprezadas, e uma perpetua ventania de insultos trocados, e o abandono de toda a idéa, o odio de todo o trabalho, o esquecimento de toda a decencia! E no emtanto a Hispanha mede, pollegada por pollegada, a porção da nossa liberdade que se vae enterrando no lôdo!... Sois tão criminosos que nos fazeis perder o riso. E no emtanto elle é a nossa vingança! E é indispensavel que se mantenha sempre prompto, amargo, cruel, para que em nome da consciencia offendida vos vamos expondo, querendo Deus, tremulos e grotescos, ao escarneo da multidão.

XXIII

Agosto 1871.

Não, senhores!

Não queremos que accusem as *Farpas* de parciaes! Não se dirá que foi a nossa penna, exaltada pela phantasia e pela ironia, que desenhou os contornos de uma sessão memoravel na camara! Tomaremos a exacta narração que o sr. Melicio, correspondente, deputado, homem noticioso e lymphatico, dá ao *Commercio do Porto*, excellente folha lugubre!

O sr. Barjona falava quando o motim rebentou. *As provocações* (diz o sr. Melicio) *eram acompanhadas de murros sobre as carteiras*. Quadro esplendido! Suas ex.^{as} de cabello em desalinho, gravata sôlta; as carteiras vergando, e, tanto quanto lhes permittia a sua qualidade de madeira, tomando biôcos supplicantes; e suas ex.^{as}, atirando-lhes murros, encontrões, pontapés, cachações, palmadas, estoiros, todas as variedades sonoras de uma argumenta-

ção eloquente! Isto já é grande! Isto já é prodigiosamente grande!

Mas maior é o ultimo detalhe do motim, contado na correspondencia do sr. Melicio. Diz o sr. Melicio: *AS POSIÇÕES POUCO ACADEMICAS E MENOS PARLAMENTARES (???) d'alguns srs. deputados levaram o sr. presidente a MANDAR EVACUAR A GALERIA!*

Pergunta a imaginação aterrada—que posições fôram essas?

Não! isto é extremamente serio! Para que o presidente de uma camara mande evacuar as galerias com o motivo de ellas não presencarem as posições que os deputados estão tomando,—é necessario que estes se tenham permitido attitudes verdadeiramente extranhas! Dado mesmo que alguns senhores se tivessem deitado ao comprido, ou tivessem dado cambalhotas—nada d'isto, ainda assim, justificaria a precaução pudica do sr. Antonio Ayres. E note-se que as galerias resistiram. E que as magnetisava um espectaculo refinadamente excepcional...

Que se passou pois?

Teria o sr. visconde de Valmor rompido no excesso de se pôr de cócoras? Mas é tão natural isso—no parlamento!

Teria o sr. Telles de Vasconcellos montado ás cavalleiras no sr. Barjona? Mas isso que importava—entre portuguezes!

Teria o sr. Jayme Moniz, para afirmar á camara e ao paiz a moderação dos seus principios, mostrado o interior das suas flanelas? Teria o sr. Arrobos cortado os seus callos? Teria o sr. Barros e Cunha, n'um accesso de ira, botado a lingua de fora? Não! Não podiam ser sómente estes actos ligeiros!

Posições academicas e pouco parlamentares!

O sr. Antonio Ayres, pondo o seu chapéo, não se cobriu apenas, vendou-se. Enterrou o chapéo até o pescoço, e para que s. ex.^a se descobrisse á porta, deante do commandante da guarda, vieram medicos que lhe extrahiram o chapéo a ferros.

Que seria?!

Santo Deus! Deus clemente, piedoso e justo!

É evidente que os srs. deputados — se puzeram nós!

XXIV

Agosto 1871.

O parlamento vive na *idade de ouro*. Vive nas edades innocentes em que se collocam as lendas do paraizo — quando o mal ainda não existia, quando Caim era um bom rapaz, quando os tigres passeavam dôcemente par a par com os cordeiros, quando ninguem tinha tido o cavalheirismo de inventar a palavra *calumnia!* — e a palavra *mente!* não atrahia a bofetada!

Senão vejam! Todos os dias aquelles illustres deputados se dizem uns aos outros: *É falso! É mentira!* E não se esbofeteiam, não se enviam duas balas! Piedosa innocencia! Cordura evangelica! É um parlamento educado por S. Francisco de Salles!

— *O illustre deputado mente!*

— *Ah, minto? Pois bem, appello...*

Cuidam que appella para o espalhado da sua mão direita ou para a elasticidade da sua bengala? — Não, meus caros senhores, appella — *para o paiz!*

Quanta elevação christã n'um diploma de deputado! Quando um homem leva em pleno peito, deante de duzentas pessoas que ouvem e de mil que lêem, este rude encontrão: *É fa'so!* — e diz com uma terna brandura: *Pois bem, appello para o paiz!* — este homem é um santo! Não entrará de certo nunca no *Jockey-Club*, d'onde a mansidão é excluída, mas entrará no reino do céo, onde a humildade é glorificada.

É uma eschola de humildade este parlamento! Nunca em parte nenhuma, como alli, o insulto foi recebido com tão curvada paciencia, o desmentido acolhido com tão sentida resignação! Sublime curso de caridade christã. E veremos os tempos em que um senhor deputado, esbofeteadado em pleno e claro Chiado, dirá modestamente ao aggressor, mostrando o seu diploma: — «Sou deputado da nação portugueza! Appello para o paiz! Pode continuar a bater!»

E depois que doçura de expressões! Não vimos ainda ha pouco o sr. Avila designado no meio de uma questão financeira com estas benevolas qualificações — *cameleão, sapo, elephante?! Que auctoridade no dizer! que elevação no pensar!*

Como é instructivo, como é moral, o vêr discursos assim concebidos:

— Não approvo o projecto do illustre presidente do conselho, porque entendo na minha consciencia, e digo-o á face do paiz, que s. ex.^a é uma verdadeira serpente :

— Mando para a mesa a seguinte moção: A camara, compenetrada de que o sr. ministro da fazenda é uma lontra, passa á ordem do dia!

Depois o modo carinhoso como a camara tomou conta da infeliz palavra *insulto*! Aquella pobre palavra, tão compromettedora que nunca apparecia outr'ora que não fôsse o signal de um duello ou de uma policia correccional — o parlamento refez-lhe uma virgindade e um decôro, e ella agora vem, e ninguem se revolta, e o sr. Antonio Ayres tem para ella um bom sorriso.

— O illustre deputado ha tres dias não faz senão *insultar-me* (textual; tres dias!)

— O illustre deputado não me *insulte*!

— Vou responder a esses *insultos*!

— Menos *insultos*!

Ai! o mundo despoetisa-se! As cousas terriveis perdem o colorido da lenda. As creanças riem do papão. O diabo já não é temido. O insulto já não é aviltante! Não é! A camara dos deputados vive ha um mez, tendo no seu 'seio' o insulto em perpetua ordem do dia — e engorda!

Mas o sr. Antonio Ayres, esse, para que continúa a dizer com a sua voz eloquente :

— Para amanhã continúa a mesma discussão?

A escrupulosa verdade — e s. ex.^a sacerdote e catholico está adstricto a observar este *regimento* da consciencia — pede que se declare :

— Para amanhã continúa a mesma assuada.

Assim o publico ficava avisado — e os srs. deputados tambem ! Porque nada deve custar mais a um illustre deputado, que quer zelar os interesses do seu paiz, do que vêr, n'uma discussão, exausta a sua collecção de injurias, findos os seus apontamentos de berros !

Não é quem quer doutor em improprios !

E assim, devidamente prevenido, cada deputado podia formar de vespera uma util e séria lista d'argumentos — consultando o dictionario, o seu agua-deiro, a porta da Alfandega e os fadistas da praça da Figueira.

XXV

Agosto 1871.

Pode alguém extranhar que as *Farpas* não contemham nunca uma pagina dada ao romance, á imaginação. Pois bem — aqui está um conto, com paizagem, passado á beira-mar.

Era ha dias, ao fim da tarde, na Foz. O céo, no alto, tinha a brancura d'uma porcellana: já a decoração inflammada do poente se apagava, e grandes tons dourados desbotavam n'uma tinta rôxa. O mar, d'um azul duro, estava riscado de espumas. Entre as rochas, na praia, a maresia era violenta; e na linha da barra succediam-se, uma após outra, largas ondas monotonas.

Vinha a entrar uma lancha á vela. As ondas tomavam a pequena embarcação pela pôpa; ella fugia á bolina, rijamente impellida. Uma vaga maior sacode-a furiosamente. Pescadores, mulheres, no largo, ao pé do Castello, rompem a gritar. Ha alli perto uma barraca de saltimbancos. Dois palhaços,

já vestidos, caiados, com guizos, vieram olhar, pasmados.

A lancha corria. Ergue-se sobre ella outro mar mais forte.—«Está livre! não está livre! Santo Deus! Jesus!»— A onda, quebrando, apanhou-a pela pôpa, ergueu-a, balançou-a, e por um momento viu-se apenas, na espuma, a vela oscillar, com a lenta palpação da aza d'um passaro que morre.

Na praia as mulheres gritavam, de bruços sobre o chão. Os palhaços empallideciam sob o alvaiade. A sombra da noite cahia.

A lancha tinha escapado. Correram todos ao caes, vél-a atracar. Vinha cheia d'agua, com a vela molhada até meia altura, os remos partidos. Estivera perdida. O patrão, um velho baixo, sêcco, de cabeça branca sob um barrete de pelle de lontra, atirava para fora a corda da rêde. Tinham trazido 10 ou 12 pescadas!

Cada pescada podia valer seis vintens! E tinha estado perdida, a lancha! E era ao anoitecer, longe de soccorro, na agua impiedosa!

Ora sabem qual é o imposto que sobre este duro trabalho lança o fisco?—40 réis por pescada! Não é o antigo *diximo absolutista*—é o *terço liberal*! E assim acaba o romance!

XXVI

Agosto 1871.

Não o devemos occultar! Fala-se—nem lettra de mais, nem lettra de menos—n'uma r-e-v-o-l-u-ç-ã-o!

Mas qual? Tres correntes d'opinião, adversas ao constitucionalismo e ao parlamentarismo, atravessam o paiz. E a revolução variará, segundo fôr uma outra d'essas tres opiniões que consiga, pela fôrça ou pela manha, empolgar o poder e as suas doçuras.

Seja qual fôr a que triumphe, terá logo, pelo me-ro facto de triumphar, adherentes innumeraveis mesmo nas opiniões oppostas. E para que cada cidadão possa de vagar escolher a revolução que lhe convém, aqui apresentamos d'antemão as noticias que de cada uma d'ellas darão os jornaes depois da victoria :

Revolução n.º 1.

— 19 de fevereiro.—O governo que felizmente

nos rege continúa na sua obra de pacificação. A redacção da *Nação* mudou-se para o palacio dos srs. duques da Palmella, ao Calhariz. Foi prêso o sr. Oliveira Marreca, decano do partido republicano. S. M. El-Rei Nosso Senhor visitou hontem o lausperenne da Graça.

Parece que uma representação do clero exige o destêrro do sr. Alexandre Herculano.— A emigração tem abrandado, vae renascendo a confiança.— Fala-se em grandes bailes dados pela corôa.— Mandaram-se fundir á Allemanha tres carrilhões, no valor de 3 milhões cada um, para os Inglezinhos, S. Luiz e Martyres.— Assistiu hontem uma innumerable multidão á execução do sr. Osorio de Vasconcellos, reformista. S. ex.^a caminhou para o supplicio com grande valor.— Admiraveis em Braga as illuminações. — Vae ser demolida a estatua de D. Pedro IV.— As auctoridades e funcionarios das secretarias são demittidos em massa.— Haverá grandes tributos para occorrer ás despesas da reconstituição da nobreza.— Foi hontem apupado na rua da Alegria, o sr. V, poeta erotico, na occasião em que observava a chegada das andorinhas!

Revolução n.º 2.

— 19 de fevereiro.— O novo governo provisorio deu hontem um esplendido jantar no *Hotel Central*.

—O sr. padre B. . . foi nomeado patriarcha. S. ex.^a passeou hontem as ruas de *dog-cart*.—Foi prêso o sr. Batalha Reis, antigo conferente do Casino.—O sr. marquez d'Avila e Carlos Bento fôram fusilados. SS. ex.^{as} estavam ignobilmente abatidos.—Os membros do novo governo attribuiram-se ordenados annuaes de 12 contos de réis.—O sr. Anthero de Quental, a quem o *comité* da rua da Bitesga fôra offerer a presidencia, deu pontapés no *comité*.—Tem sido suspensos varios jornaes.—Chegou a Paris o sr. D. Luiz de Bragança.—Foi saqueada a casa do sr. José Maria Eugenio.—Teem sido fechadas as egrejas.—Nas provincias do norte é grande a miseria.—Bandos armados dão pilhagem ás provincias do sul.—O governo provisorio lançou fogo aos archivados da policia.—Fôram suspensas as *Farpas*.—Foi hontem apupado no Rocio, o sr. V, poeta erotico, que ia a correr atraz d'uma borboleta !

Revolução n.º 3.

—19 de fevereiro.—Foi publicado o decreto licencendo o exercito, e organisando uma guarda nacional.—Estão prêsos e vão responder a processo os principaes vultos dos ultimos annos da politica constitucional: diz-se que serão degredados.—Foi supprimida a camara dos pares.—Corre que se ven-

dem algumas das colonias. — Está decretada a instrução obrigatória e gratuita. — Vae ser feita a reforma administrativo-communal. — Teremos a liberdade de cultos. — É certa a reforma do imposto. — Estão nomeadas commissões para proceder á confecção do cadastro. — Fechou-se a Universidade, e o ensino superior será reorganizado n'uma nova base. — Vão crear-se escholas industriaes. — É concedida a plena liberdade de reunião e de coalisão. - Formam-se por toda a parte sociedades cooperativas. — As secretarias vão soffrer grande golpe. — Cada membro do governo provisório recebe annualmente 600,000 réis. — Hontem o sr. V, poeta erotico, foi apupado na rua do Arco do Bandeira, onde estava a contemplar um lirio.

XXVII

Agosto 1871.

A honrada Camara Municipal do Porto quiz dotar a cidade com uma *praça de peixe*. Nada mais hygienico, mais justo. De todo o tempo, nas grandes cidades, o peixe teve os seus aposentos definitivos, porque a vadiagem do peixe pelas ruas—fazendo concorrência á vadiagem dos filhos familias—é sobre modo insalubre! Mas uma *praça de peixe* não é um theatro nem uma casa de banhos—nem mesmo um quartel. Tem uma architectura propria, condições especiaes de ar, de luz, de agua, etc. . . Assim, em toda a parte, as praças de peixe são d'uma construcção ligeira, aberta e devassada pelos ventos, com leves columnatas de ferro sustentando um tecto de madeira ou de vidraça, lavadas por um perpetuo escorrer d'agua, cercadas d'arvores .. Emfim, um logar são, fresco, hygienico, livre, desinfectado.

Pois bem! A Camara Municipal do Porto, com uma nobre solicitude pelo peixe, para quem parece

ser uma extremosa mãe, e receando, com um carinho assustado, que o peixe se constipasse, ou soffresse a indiscreção dos vizinhos, construiu-lhe uma praça fechada, com altas e fortes paredes, varandas, gabinetes interiores, corredores, alcôvas, casa bem reparada, quasi um palacete. E tudo de tal modo tranquillo, aconchegado, confortavel, que a Camara hesita se ha de pôr alli peixes se livros — e se fará d'aquillo um mercado ou uma bibliotheca!

A nós parece-nos, que, com mais alguma despesa, a Camara daria ao paiz o exemplo de uma grande dedicação pelo peixe! — Era mandar tapetar a praça, collocar nos recantos sofás, e não esquecer um piano. O peixe deslizaria ahi dias de grande doçura: os robalos estariam deitados em divans de seda: o polvo teria livrarias para se instruir! O comprador seria introduzido por creados de libré. A peixeira conduzil-o-hia a uma alcôva, com as janellas cerradas, ergueria os cortinados d'um leito, e mostraria innocentemente adormecidas, sob uma cobertura de damasco — duas pescadinhas marmotas.

O comprador tiraria o chapéo commovido. E a peixeira, com lindos modos:

— Suas ex.^{as} recolheram-se tarde... São 80 réis cada uma!

Ah! A Camara tem decerto grandes planos! Co-

mo estão bem feitas, rasgadas, esbeltas, as largas varandas de ferro da fachada da praça! Alguns malevolos riem. Mas nós sabemos que essas varandas na praça do peixe, tão amplas e commodas, tem um destino que ninguem — a não ser inspirado pelas injustiças da inveja — poderá condemnar. Aquellas varandas são para que, aos domingos — o peixe venha tomar café para a janella!

XXVIII

Setembro 1871.

Jornadear nos caminhos de ferro portuguezes de Norte e Leste é, a todos os respeitos, uma aventura cheia de emoções. Correndo sobre os *rails*, ha para nos interessar e excitar—a probabilidade do descarrilamento: parados, no *bufete* das estações, ha, para nos estimular com uma sensação mais forte ainda—o envenenamento a 500 réis por estomago.

Esta hesitação entre o tombo e a colica mantém o espirito do viajante n'um estado delicioso de pal-pitação e vibração. É como quando se joga, n'uma ultima volta de roleta, a ultima placa de uma herança! Apaixona mais que ler *Os Tres Mosqueteiros!* Suscita os tremores de perigo e de transe que só dá uma ascenção ao Monte Branco! Talvez estar para ser fusilado não cause tanto alvoroço! E a intenção da companhia é evidente. As travessas pô-dres, os *rails* gastos e desaparafusados, os tunneis mal seguros, as pontes rachadas, os aterros que

tendem a desabar, os desaterros que tendem a esboroar, as machinas cançadas, o serviço desleixado, as refeições envenenadas, tudo, tudo, até as demoras, os atrasos, a confusão, tudo converge para o mesmo legitimo fim—commover fundamentalmente o viajante, dar-lhe sensações supremas!

Parece-nos pois que alguns conselhos á companhia não podem deixar de ser por ella recebidos— não diremos de braços, mas de *rails* abertos.

Assim, por exemplo, seria de todo o ponto dramatico e excitante espalhar pela estrada destacamentos de bandidos que espingardeassem o comboio. Outro sim, metter em cada carruagem um lobo esfomeado parece-nos um meio efficaz de impedir que o viajante tenha occasião de se enfastiar. E emfim, como meio de produzir a mais aguda impressão, devia ter a companhia em cada estação empregados, que, ao parar do comboio, se approximassem do passageiro, e delicadamente, com todo o respeito—lhe cravassem uma navalha na ilharga! E a viagem ficaria d'este modo marcada com indeleveis encantos e cicatrizes!

XXIX

Setembro 1871.

Um dia o *Centro promotor das classes laboriosas* sentiu o impeto todo moderno de sahir da sua obscuridade veneravel e da sua modestia tradicional. Appeteceu as palpitações do perigo. Appeteceu a popularidade do *telegramma*. Appeteceu a prosa descriptiva do sr. Melicio, correspondente.

Para isso perorou, gritou, tomou resoluções!... Em seguida esperou. O seu desejo, o seu capricho, o seu *filé*, era attrahir sobre si um *golpe d'estado*. E depois as bellas attitudes de protesto, e a impressão que ainda fazem os martyres em Villa Nova de Cerveira e em Mogofores!...

Ura justamente o sr. ministro do reino teve a imprudencia de chamar á secretaria o vice presidente do Centro, e amigavelmente, tomando ambos o seu rapé, trocaram algumas falas. O sr. ministro pedia que o Centro não continuasse em discussões, que nem estavam na permissão dos estatutos nem

na sua dignidade de corporação. Escutando estas admoestações o vice-presidente do Centro tremia de jubilo. Alli o tinha inteiro, real, presente, completo — o estremecido, o appetecido *golpe d'estado!* E apenas o sr. ministro termina, eis o sr. vice-presidente que corre á sala do Centro, e brada, como se se tratasse de um codilho :

— Meus senhores! levamol-o!

— O golpe de estado? interroga o Centro ávido, esgaseando os olhos.

— O golpe de estado!

Então, tomando subitamente a sua carranca de solemnidade, o Centro deliberou. E, para fazer alguma cousa como a destruição da Bastilha, (porque é necessario conservar a tradição jacobina) o Centro subiu a um banco com um martello, despregou um retrato da parede da sala, espanejou-lhe o pó, pôl-o ao canto de um armario, e, serenado por esta decapitação moral, sacudiu as mãos, limpou os beiços, e de pé — jurou qualquer cousa!

Nós não sabemos, e ainda não se averiguou nitidamente — que discussões agitavam o ar abafado da sala do Centro. Uns dizem que alli, a horas lobregas, se falava da *internacional* e das suas pompas, e se discutia a sanguinolenta questão do salario! Querem outros porém affirmar, com mais seguro

critério, que as discussões do Centro eram de ordem politica e intrigante, e que se esmiuçavam ministerios, camaras, reformistas e reforminhos, eleições, influencias, partidos, e outras especies torpes.

Estas duas informações alteram, completamente, o indefinido perfil da questão.

Se o Centro Promotor discutia nas suas reuniões a politica que intriga e que grunhe em S. Bento, então a advertencia do sr. ministro adquire uma alta feição de sensatez e de direito: não só está na legalidade, porque fez cumprir um estatuto—mas na verdade, por que afastou os que trabalham da penumbra dos que enredam.

Sim, o sr. ministro tem razão, amigos operarios do Centro! O dever da vossa associação não é discutir combinações ministeriaes ou personalidades estereis. Que importa ao vosso bem estar, ás boas côres de vossos filhos e á substancia do vosso caldo, que a farda publica esteja nas costas grossas do sr. Avila ou nas magras costellas do sr. Braamcamp? Quereis dar á politica a vossa collaboração? Vós? Tão desmoralisados estaes qus desejeis abandonar a vossa dignidade de trabalhadores, para vos verdes curvar entre a sabuja humilhação dos politicos? Vós, os productores por excellencia—por que só trabalhaes, que tendes de commum com os im-

productivos por excellencia— por que só intrigam? Quereis trocar a altiva fadiga da officina pela ociosidade mendicante do parlamento? Quereis trocar as vossas livres ferramentas pela penna de pato das secretarias? Não é outro o vosso dever, outro o destino do vosso pensamento? Não tendes, para vos absorver, as altas questões de salarios, de trabalho, de producção, de escola, de instrumentos, de associação? Ellas erguem-se, as questões sociaes, as vossas, de todos os pontos do horisonte, correndo, correndo á desfilada sobre o velho mundo que apodrece! Voltae aos vossos interessès e voltae ás vossas casas! Deixae o senhor A ser um politico, ó riso! e o senhor B um homem de Estado, ó troça!

Ah! mas se porventura o Centro Promotor tratava apenas, nas suas sessões, a questão social e operaria,—o salario, o trabalho, a associação, a coalisão, a *grève*—então, bom Deus, a advertencia do sr. ministro enche-nos de perturbação!

Parece realmente que se não deve extranhar que uma associação creada para promover o bem das classes laboriosas—trate as questões que mais vitalmente interessam as dictas classes laboriosas. Aqui á puridade, entre *gentlemen*, confessemos que immensa seria a nossa admiração—se operarios reunidos, em logar de falar do seu salario, discutis-

sem a melhor maneira de servir o *champagne*! E qualquer de nós ficaria pallido se visse, no Centro, um operario, para salvar os seus interesses de operario, levantar-se e dizer :

— «Pedi a palavra sobre a questão social: a minha opinião é esta :

La donna é mobile
Qual piuma al vento !»

Decerto, seria interessante e proveitoso que o Centro Promotor se occupasse em averiguar e experimentar o meio mais proficuo de pernear o *cancan*, — porque convém que cada um saiba a maneira de se portar no meio das sociedades cultas. Mas tambem nos não pareceria inteiramente inutil que, visto acharem-se alli reunidos, esses operarios, depois de terem dado uma parte da noite ás questões sérias, (como por exemplo a maneira mais meiga de interpretar o *final da Lucia*) dedicassem tambem uns minutos, como por demais, por prazer, para repousar o espirito, á futil e folgasã questão do salario!

Entenda-se! as *Farpas* não querem de modo algum sustentar que as associações operarias sejam para discutir as questões operarias! Não! O operario nas suas reuniões deve exercitar-se em recitar

Lamartine. Isto está estabelecido na prática de todas as nações e nos principios de toda a economia. . . Mas convem que, de vez em quando, (e sem que isso perturbe os interesses de ordem litteraria, lyrica, elegante e romantica, que lhes estão confiados) os operarios, coitados, se entrettenham a arranjar o melhor meio de não morrerem inteiramente de fome!

O Centro julgou-se tyrannisado, e protestou. Como? Fazendo um arranjo na sua sala. O retrato do sr. A. R. Sampaio que estava na parede—está agora n'um armario. Oh grandes homens do Centro! Vós quizestes fazer uma alta justiça social. E o que fizestes? Uma alteração na mobilia! Pretendieis significar por esse factio que ereis os homens da dignidade austera, e todo o mundo vê que sois simplesmente os admiradores das paredes lizas! Dizei cá! A advertencia do sr. Sampaio, ministro, foi ou não oppressiva do vosso direito? Não? Então que homens sois vós que gratuitamente, caprichosamente, daes a desauthorisação a quem vos deu a associação? Foi oppressiva? Então que homens sois vós que, por todo o desafogo do vosso direito violado do vosso pensamento reprimido—não tendes mais iniciativa do que a de um creado tonto! A vossa justiça indigna-se—despregando pregos! Isto leva-nos a acreditar que

o vosso character se affirma—jogando o pião! Creançolas! pequerruchos! grandes homens do Centro! oh traquinas!

Ah! a vossa maneira de protestar é commoda para os homens—mas terrivel para a mobilia!

—«Está suspensa a sessão do Centro!» declara um dia o governo.

—Está? grita o Centro. Volte-se a mesa de pernas para o ar!

—«O Centro está dissolvido» proclama n'outro dia o governo.

—Está? Rasguem-se as bambinellas!

E são terriveis! Que culpa tendes vós, mesa suja de tinta, portadas empenadas da janella, fechaduras, boas paredes de papel francez?

Ai! se o Centro se resolvesse um dia a conspirar devéras e o governo a reprimir devéras...—tremei, tremei, tremei, ó capachos da entrada!

XXX

Setembro 1871.

Os jornaes d'este mez travaram uma questão singular. Accusava se este facto: a sr.^a D. Eugenia de Montijo, condessa de Teba, ex-imperatriz dos Francezes (por um crime de seu marido) atravessara Lisboa para ir vêr a Hispanha os antigos paraisos da sua antiga mocidade; e o governo expedira á Alfandega uma portaria galante para que não fôsem revistadas as bagagens de s. ex.^a! A isto respondiam algumas gazetas negando esta portaria, — mas lembrando outra pela qual são exemptas das indiscreções fiscaes as bagagens em transito, e affirmando que os bahús ex-imperiaes, com um desdem censuravel pelas glorias de Lisboa, tinham passado rapidamente, sem curiosidade, da Alfandega para a estação de Santa Apollonia. Os periodicos accusadores, porém, declaravam que conheciam de antiga data a portaria de excepção para as bagagens em transito — mas que tal não era o caso da loura e altiva inquilina

das *Tulherias*. Por este tempo porém a India penetrou nos artigos graves, e a questão das malas perdeu-se na esbatida penumbra das locaes folgasãs. Nunca se averiguou se Madame Bonaparte tinha sido privilegiada delicadamente com uma portaria quasi amorosa—ou se aproveitara as disposições de uma portaria qualquer, feita para mim, e para ti.

Se o privilegio se deu—attenda-se bem!—o privilegio não nos scandalisa. E todavia temos visto bastantes vezes, extendidas nos balcões da Alfandega, n'uma desordem impiedosa, toda a trapararia obscura que habita as nossas malas! Mas como todo o privilegio presuppõe um merito, nós queremos indagar qual é o merito da sr.^a condessa de Teba: e procuraremos desde logo alcançal-o para nós mesmos e para todos os nossos concidadãos—pondò assim a nossa roupa branca, e a roupa branca d'aquelles que amamos, ao abrigo das instituições!

Ora da sr.^a D. Eugenia de Montijo achamos que ella é casada com o assassino de 2 de dezembro, com o deportador para Cayenna e para Lambessa, com o destruidor da riqueza da França, com o comedor das substituições militares, com o esmagador de toda a liberdade, com o escravizador de todo o pensamento, com o bandido que pelas estradas de

Sedan sacudia a cinza do seu cigarrinho historico sobre o peito dilacerado da patria. Tudo isto destinge sobre a sr.^a condessa, tudo isto impõe á sr.^a condessa uma cuniplicidade moral. . . Oh! sim, meus senhores, bem sabemos! «É uma infeliz, é uma dama, etc., etc.» Tregua ás phrases! E vamos direitos aos factos como uma bala justiceira. A pobre Catharina de Medicis era tambem uma infeliz, e era tambem uma dama! Lucrecia Borgia gosava estas qualidades franzinas. M.^{me} de Brinvilliers, feroz devota, não se julgava tambem feliz, e não era um homem!

A sr.^a condessa de Teba não se apresenta decerto tão especialmente nociva como estas tres especies:—mas no seu tempo deportavam-se para Cayenna, para Lambessa e para a ilha do Fogo, homens cujo unico crime era terem servido a republica de 48, que Luiz Bonaparte tinha tambem servido! E esses homens eram mandados aos milhares no porão dos navios, esfomeados, vergastados, cobertos de *vermine*, a trabalhar nos presidios! E as familias ficavam dispersas, os filhos na miseria ou na casa de correcção, as viuvras nas lagrimas perpetuas. E que fazia, no emtanto, a sr.^a condessa de Teba? A sr.^a condessa de Teba, esposa e mãe, dançava nas salas das Tulherias, entre o esvoaçar dos *tulles*, aos compassos da rabeca de Sirauss! Se essa

devota Bênoiton, leitora simultanea dos manuscritos eroticos de Merimée e das effusões mysticas de M.^{me} Swetchine, cré em Deus, nunca terá bastante vida para consumir em bastante penitencia!

Taes são os meritos que encontramos na senhora D. Eugenia Montijo. Se foi a elles que s. ex.^a deveu a delicada vantagem de lhe não serem revistadas as suas bagagens, nada temos que extranhar. Sómamente pedimos que se declare explicitamente por uma portaria: — «que alguns crimes commettidos no estrangeiro exemptam a bagagem de revista, quando se entra no reino!»

Assim estamos todos prevenidos, e não custa nada, quando se chega á barra, matar dois ou tres grumetes. Com este documento, o sujeito tem a alta vantagem de não vêr amarrotada a gomma das suas camisas. Antes de desembarcar, todo aquelle que desejar ordem na sua roupa aproxima-se de um marinheiro ou de outro passageiro, e murmura-lhe com doçura:

— O cavalheiro tenha paciencia, mas eu não queria que na Alfandega me desarranjassem as minhas ceroulas, e ha de dar portanto licença que eu lhe crave esta navalha no figado!

Não havendo esta precaução, é triste realmente que um homem, que não gose a vantagem de ter fusilado o seu semelhante no boulevard ou de o ter

mandado morrer de febres para Cayenna, chegue á Alfandega, e por falta de tres ou quatro crimes, veja o pudor das suas piugas exposto á indiscreção publica!

XXXI

Setembro 1871.

Os jornaes de Madrid contaram que S. A. R. o principe Humberto todas as noites, em Madrid, ia tomar o seu sorvete a um café onde geralmente se reúnem os italianos. Esta familiaridade, inteiramente contemporanea da *Internacional*, enchia de um jubilo espumante a imprensa monarchica e o dono do estabelecimento. Em Lisboa lia-se isto—e esperava-se o principe Humberto, se não como um principe, ao menos como um consumidor! S. A. porém chegou, esteve, partiu devagarinho, em bicos de pés, para não despertar ninguem, e se tomou café não teve a inspiração de o tomar no *Martinho!* (Tanto a etiqueta cohibe os instinctos mais naturaes!)

A população de Lisboa ficou desconfiada, sem saber se a abstenção de S. A. significava economia, se desdem. No primeiro caso quereria propôl-o deputado reformista por Vouzella ou Palhares, ficando assim definitivamente accommodada na peninsu-

la a casa de Saboya: no segundo desejaria simplesmente voltar-lhe umas costas democraticas, ficando assim exuberantemente vingado o café *Martinho*.

Calmae-vos, portuguezes, e escutae-nos! A abstenção de S. A. a respeito do café e de outros inefaveis encantos da Baixa—só significa timidez. Tantos thronos alluidos, tantos reis errantes, tantos palacios onde o musgo nasce, teem tornado a especie timorata. Um rei, um principe, não se afouta assim pelo meio das populações, com a despreocupação de um homem que entra na *Deusa dos Mares*. Os reis hoje passam de largo, cosidos com a parede, *tic-tic*, em passinho miudo, colhendo a respiração, ôlho no povo, ôlho na porta,—como quem passa por um cão de fila, que dorme ao pé de um muro de quinta, largamente envôlto no sol.

O principe Humberto teve estas precauções delicadas: chegou devagarinho, esteve quietinho, par-tiu escondidinho. E ahí está, portuguezes, porque S. A. não foi bater com a ponteira da sua bengala no marmore de uma mesa do *Martinho*—bradando «genebra a um!»

Que S. A. R. se tranquillisasse, porém! Nós vamos no nosso trigesimo primeiro rei, e ainda não devorámos nenhum. E decerto não iriamos experimentar o dente sobre um principe d'outras terras! Tinhamos em nossa honra entregal-o, escorreito e

são, ao unico paiz legitimamente auctorisado a devoral-o — o bello paiz de Italia, *Italia mater!*

Tragar um principe alheio seria indelicadeza e esquecimento das boas relações internacionaes. Os compendios de civilidade, alteza, ensinam-nos que se não mette a mão no prato do vizinho! Sabemos, alteza, que, quando nos mostram um fructo raro não é da etiqueta aboccanhal-o, e quando nos mandam um gentil principe não é polido engulil o de um boccardo! Podia V. A. passar tranquillo no meio d'este dôce povo: podia V. A. mesmo ter sido mais affavel com os cavalleiros da tourada de Cintra, para quem, dizem os despeitados, V. A. não teve senão charutos abominaveis atirados com mão enfasiada. E creia V. A. que não seria estransinhado! Portugal sabe respeitar o principe do seu proximo. Ser-nos hia mais facil, instados pela gula revolucionaria, tomar o mesmo sr. Milicio ás colhéres — o mesmo sr. Vaz Preto ás fatias! Mas cravar o queixal soffrego n'um principe de Italia, nossa irmã... Nunca! Se tal fizesseis, o sr. João Felix, lente de civilidade, jámais vol-o perdoaria, ó lusos!

XXXII

Setembro 1871.

Treguas por um instante n'esta aspera fusilaria! N'uma pagina á parte, tranquilla e meiga, pomos a lembrança de Julio Diniz. Que as pessoas delicadas se recolham um momento, pensem n'elle, na sua obra gentil e facil, que deu tanto encanto, e que merece algum amor. Tal é o nosso mal, que este espirito excellente não ficou popular: a nossa memoria, fugitiva como a agua, só retém aquelles que vivem ruidosamente, com um relêvo forte: Julio Diniz viveu de leve, escreveu de leve, morreu de leve.

Um só livro seu, um romance, fez palpitar fortemente as curiosidades sympathicas — *As Pupillas do Sr. Reitor*. Esse livro fresco, quasi idyllico, aberto sobre largos fundos de verdura, habitado por creações delicadas e vivas, — surprehendeu. Era um livro real, apparecendo no meio de uma litteratura artificial, com uma simplicidade verdadeira, como uma paizagem de Claudio Loreno entre grossas te-

las mythologicas. Era um livro onde se ia respirar.

Julio Diniz amava a realidade: é a feição viril e valiosa do seu espirito.

Nunca porém se desprendeu do seu idealismo e sentimentalismo nativo. A realidade tinha para elle uma crueza exterior que o assustava: de modo que a copiava de longe, com receio, adoçando os contornos exactos que a elle lhe pareciam rudes, espalhando uma aguada de sensibilidade sobre as côres verdadeiras que a elle lhe pareciam berrantes. As suas aldeias são verdadeiras, mas são poetisadas: parece que só as vê e as desenha quando a nevoa outomnal esfuma, azula, idealisa as perspectivas. Nunca um sol sincero e largo bate a sua obra. Tudo n'ella é velado de nevoa poetica. Não é que não ame, não persiga a verdade: sómente quando a fixa na pagina traz já a penna toda molhada no ideal que o afoga.

Dizem que os seus livros são memorias, e que elle faz a aguarella suave das paizagens em que viveu, e que personalisa em creações finamente tocadas os sentimentos com que palpitou; d'ahi decerto a realidade que os seus livros deixam entrever, fugitivamente. Mas parece que não fôra feliz, e que só ao compassar dos soluços o coração lhe apprendêra a bater: d'ahi pois aquellas meias tintas azuladas e

melancholicas em que se move, n'um rumor brando, o povo romantico dos seus livros, e com que elle procura esbater e adoçar a crueza das realidades humanas que o fizeram soffrer.

Era sobretudo um paizagista. As suas figuras só servem para dar expressão e vida á paizagem. Os campos, as searas, os montes, as claras aguas, os céos profundos, não são nos seus livros a decoração que cerca uma humanidade fortemente sentida : as suas camponezas romanescas, os seus galans violentos e ternos, as meigas figuras de velhos, até as suas caricaturas—é que fôram por elle collocadas assim para poder, em tórno d'ellas, erguer com cuidado, arvore por arvore e casal por casal, as aldeias que tanto amava. Ha nos seus romances tal descampado, tal eira branca batida do sol, tal parreira onde os gatos se espreguiçam, que tem mais idéa, mais acção, mais vida, que as figuras vivas que em tórno se movem.

Depois das *Pupillas do Sr. Reitor* as obras de Julio Diniz passaram de leve, entre as atenções transviadas. Terá o seu dia de justiça e de amor. Á maneira d'aquelles povoados que elle mesmo desenha, escondidos no fundo dos valles sob o ramalhar dos castanheiros, os seus livros serão procurados como logares repousados, de largos ares, onde os nervos se vão equilibrar e se vae pacificar a paixão e o seu tormento.

Foi simples, foi inteligente, foi puro. Trabalhou, creou, morreu. Mais feliz que nós, tem o seu destino affirmado, e para elle resolveu-se a *questão*.

Passemos pois... Já do outro lado, para além d'esta pagina serena, ouvimos, innumeraveis como abelhas vingadoras, as ironias aladas que, com um rumor impaciente, zumbem no ar!

XXXIII

Setembro 1871.

«A historia é a consciencia escripta da humanidade», disse um homem, que teve, quando luctava, o segredo das palavras que ficam.

Nós podemos pois dizer, comezinicamente, que a historia dos Açores é a consciencia escripta dos Açores.

Ora succede que entre o passado governo de S. M e o sr. Senna Freitas se trocou este contrato :

O paiz daria ao sr. Senna Freitas 600,000 réis por anno, bom metal: por outro lado o sr. Senna Freitas encarregar-se-hia de pôr em lettra redonda, com boa orthographia, prosodia sã, e pontuação certa, a dicta consciencia dos Açores.

Mal o contrato foi assignado, estalou sobre toda a linha de gazetas uma argumentação indignada. Accusava-se o ministro, escarnecia-se o contrato, extranhava-se o historiador, condemnava-se a historia—e os mais rudemente batidos eram os 600,000 réis.

Como se diria na Biblia, o escandalo veiu pelos phariseus!

Pois bem, para este contrato, nós só temos bençãos e flôres. E a plebe irreflectida pode ladrar em vão!

Ouvi cá, homens de estreita fé! Se o sr. Senna Freitas se tivesse decidido espontaneamente, gratuitamente, a escrever a historia dos Açores, que garantia dava elle de fazer um trabalho de poderosa critica? Que garantia dava de compor mesmo um livro minucioso, erudito, cheio de factos, benedictino? O sr. Freitas dava apenas a garantia do seu espirito. Mas ai! o espirito dormita, soffre obscurecimentos, caduca,—e ahi ficava estragada a historia dos nossos bem-amados Açores.

Ouvi mais! Se o sr. Senna Freitas tivesse sido encarregado por este decreto: «Manda el-rei que o sr. Senna Freitas seja um grande historiador...» que garantias dava o sr. Senna Freitas de que havia de crear uma obra original e profunda? O sr. Freitas dava só a garantia da sua obediencia ao seu rei. Mas ai! ai! a obediencia aos reis pode fazer concessões—ou piruetas. Que amanhã, *quod Deus avertat*, se proclamasse a Republica—e vós ficarieis sem historia e sem Freitas, ó Açores.

E agora respondei! Prêso por um contrato, liga-

do por uma escriptura, não dá o sr. Senna Freitas a garantia suprema, a garantia da sua honra? Obrigou-se por um contrato a ser um grande historiadore, tem portanto toda a sua dignidade empenhada em ser — um grande historiador!

Podia s. ex.^a, por exemplo, não possuir outra aptidão senão escrever folhetins; podia não dispôr de critica, nem de methodo; podia não fazer idéa do que é a sciencia historica e a philosophia da historia; podia não ter elevação de pensamento, nem estudos especiaes; podia não ter estylo nem grammatica—embora! Estamos descançados. S. ex.^a obrigou-se por um contrato a ser um grande historiadore: s. ex.^a é um homem honrado: s. ex.^a será um historiador grande! Acreditamos em s. ex.^a Conhecemos s. ex.^a Se s. ex.^a houvesse contratado com o sr Avila que seria, a 600,000 réis por anno, um poeta maior que Victor Hugo, s. ex.^a, (temos a inteira certeza), trabalharia, luctaria, compraria um dictionario de rimas, consultaria o sr. Vidal, mas seria um poeta maior que Victor Hugo. Se s. ex.^a tivesse contratado ser um candieiro do Rocio s. ex.^a cumpriria com valor o seu contrato—e seria um nobre candieiro do Rocio!

Sua ex.^a contratou! A fé juridica não admitte conciliações. Sempre quereríamos ver agora que

s. ex.^a se atrevesse a não ser um grande historiador! Em Portugal ha tribunaes. Nós seguiremos o trabalho de s. ex.^a, pagina por pagina, e quando s. ex.^a não fôr admiravel, como critica, como sciencia, como forma, requeremos á Boa Hora: — «Que, em virtude do contrato de tantos de tal, seja o sr. Senna Freitas citado para, no prazo de vinte e quatro horas, ser sublime a paginas tantas da sua obra sobre os Açores!»

O contrato não foi escripto e registado para que os Açores tenham um historiador mediocre!

Sobre o sr. Senna Freitas pesa desde hoje a responsabilidade de ser sublime. Sua ex.^a é um rapaz intelligente e espirituoso. Não basta, tem de ser um grande homem! Contratou para isso, tem de o ser! Cara alegre e espirito desafogado! É para alli!

Ah! queria talvez ganhar 600000 réis e não ter o trabalho de ser um historiador como Michelet! Ha de sel-o! Já não lhe é permittida a obscuridade, nem a mediocridade! Queira ou não, tem forçosamente de ser um genio! Nem uma só vez mais na vida lhe é concedido o dôce desafôgo de não ter grammatica! Ha de ser maior que Guizot, arranje as cousas como quizer! E se recuar, se se eximir, se hesitar, a Boa Hora lá está que, de contrato em punho, e brandindo as contas do processo, o obrigará á fôrça — a ser um homem immortal!

Em Portugal só assim se podem alcançar grandes homens! É obrigar-os por um contrato. Ah! se o governo tivesse contratado com o senhor A que elle fôsse, a tanto por mez, um dramaturgo maior que Shakspeare,—não teria o paiz a vergonha de confessar que o sr. A é um dramaturgo inferior a Guilbert de Pixerecourt! Se o governo tivesse contratado com o senhor, B que elle fôsse um homem de Estado como Pitt—não passava a patria pelo vexame de ver que o senhor B é, como politico, ainda inferior a Sancho Pansa, rei de Baratharia! Que significa, n'um paiz culto, abandonar assim os homens á sua iniciativa? Que intento é este de deixar a cada um a liberdade de ser mediocre? O portuguez só poderá ser intelligente obrigado por um contrato forçado pelos tremendos laços da lei, amarrado de pés e mãos!

Que o talento seja imposto como o serviço militar! Recrutem-se soldados para caçadores 5, mas recrutem-se tambem genios para Villa Nova de Gaya! Porque não temos um poeta epico? Que faz o governo? Quer desleixar a epopêa, como desleixa a fazenda? A patria precisa de grandes homens—fulminem-se penas severissimas a quem não fôr grande homem!

É forçoso confessal-o! O paiz está embrutecido, mas a culpa vem dos poderes publicos. Que se de-

crete que todo o cidadão válido deve ao seu paiz além da decima—um soneto! Que todo aquelle que tenha de mostrar documentos, seja adstricto a apresentar, além da *resalva* e da *folha corrida*—um artigo de almanach! Haja o genio obrigatorio! E o paiz florescerá, e poderemos definitivamente esperar que em Matto Grosso comece emfim a fazer impressão—a grande civilização lusitana!

XXXIV

Setembro 1871.

Andavamos inteiramente esquecidos da India! Uma clara manhã ella apparece violentamente no meio de nós, envôlta n'um telegramma do sr. visconde de S. Januario. Por essa occasião muito bom portuguez se admirou que a India ainda fôsse nossa! Ella sahira, havia muito, das pompas solemnes do artigo de fundo. Quasi não apparecia nos orçamentos. Obscura, velha, arruinada, esteril, dobrada sobre si mesma, todos a suppunhamos unicamente occupada, nas brumas distantes, a comer o seu arroz! A noticia de que ella ainda tinha vitalidade bastante para se revoltar,—espantou! A certeza que ainda alli havia soldados, cidadãos, fortalezas, interesses, telegraphos,—quasi aterrou!

Uma vez que a gloriosa India ainda existia, era necessario que a respeito d'ella existisse o correspondente *brio patriotico*. Sacudiu-se o *velho brio patriotico* do pó e da caliça—e cada um envergou o *velho brio patriotico*!

Começou então o movimento. A Baixa teve os seus alvitreos heroicos. Os jornaes perfilaram de novo, em parada, as phrases solemnes, de perruca e rabicho, que celebram n'um *rhythm*o dormente o alto amor da patria. Metteu-se na mão do sr. infante D. Augusto uma espada—condicional. A propria *Estephania*, commovida, venceu os nervos e a preguiça, e partiu, cheia de mobilia e de brio, a salvar o mappa das possessões...

Nós, entretanto, riamos.

Oh, Santo Deus, não era scepticismo, não! Como outros quaesquer, mais que outros quaesquer, amamos este pobre e velho Portugal. Mas sabemos, meus dignos senhores, que uma revolta militar na India é alguma cousa tão extremamente insignificante e ephemera como um *meeting* civil no reino.

O grosso do exercito da India é composto de indigenas—*mouros*, *canarins*, *banianos* e *gentios*. Estes nomes melodiosos designam castas; e as castas na India conservam ainda todo o seu velho e irreconciliavel separatismo. As castas desprezam-se, guerreiam-se, e nunca absolutamente se fundem. Quasi não se communicam. Se um *baniano* toca a pucara de barro poroso de um *canarim*, o *canarim* espedaça n'um cunhal a pucara desventurada! Es-

tas hostilidades nada as dissipa: nem as promiscuidades inevitaveis da caserna, nem os rigores egualitarios da disciplina. De sorte que o exercito, formado de estes elementos antipathicos, que se não unem, que se amaldiçôam, e onde apenas ha o contacto material dos hombros na fileira — não tem unidade, nem cohesão.

Além d'isto todas as castas teem habitos fataes, horas impreteriveis. Está o soldado gentio de guarda: se chega a hora do seu arroz, e não lh'o trazem — elle pousa tranquillamente a espingarda, cruza as mãos atraz das costas, e vae ao quartel ladrar contra o rancheiro; se chega a hora da ablução, atira a arma para um canto, e corre, aos pulos, a acorar-se á beira do mar! E não ha severidades, não ha castigos, que alterem estes habitos orientalmente fataes.

A officialidade d'este exercito compõe-se pela maior parte de portuguezes nascidos na India, — *mestiços, castiços* ou *descendentes*. São os filhos de antigos degredados, de velhos bastardos da fidalguia indiana, de officiaes expedicionarios, etc. Além d'estes officiaes nativos — ha os officiaes europeus, mandados do continente, os expedicionarios. Estes, por altos motivos que só os grandes homens de Estado como o sr. Barros e Cunha podem saber, teem um soldo maior que os officiaes indios. Ora os offi-

ciaes indios, com um zêlo pelas *rupias* extremamente comprehensivel, quereriam ter um soldo igual aos officiaes que vão de Portugal. Por consequencia requerem. (Teem a ingenuidade asiatica de requerer!) Mas quando desesperam dos despachos da patria, permitem-se, como uma variedade mais ruidosa, uma certa porção de revolta! Levam alguns batalhões para a rua e soltam o *babadé*. O *babadé* é um *ah! ah! ah!* prolongado, uivado, — cortado pela mão espalmada que bate rapidamente sobre a bôcca. Tães são as revoltas da India, ó concidadãos timoratos!

Para conter este elemento indigena, que meios tem o sr. governador geral? Diz-se que o sr. governador geral, para defesa dos grandes interesses portuguezes, dispõe a guarda municipal.

Esta guarda foi de todo o tempo composta de soldados portuguezes, que os indios chamam *paquelós*. Os portuguezes que vão servir como funcionarios são considerados aristocracia, e chamam-se *fringuis*. Na India o sr. Milicio seria um *fringui!*

Esta guarda foi sempre segura, fiel e valente. Sómente, hoje, tem a qualidade lamentavel das legiões de Varro: — já não existe! A patria distrahida esqueceu-se de renovar os *paquelós*: e a Morte, com um desdem pelas nossas possessões que nunca

lhe censuraremos bastante, foi os levando, e *paqueló* após *paqueló*, destruiu na India todo o poder lusitano. Hoje duas ou tres companhias de *moiros* compõem a guarda fiel: estes pobres indios arrastam na vadiagem os sapatos rôtos, e estimulam o seu entranhado patriotismo com aguardente de banana, bebida allucinadora que leva á cachexia!—O que hoje ha pois, n'essa India gloriosa e tradicional, para policiar e sustentar o poder portuguez, é um bando de *moiros* sujos, idiotas, e bebedos d'aguardente!

Pois bem! ainda assim uma revolta na India não tem seriedade. E o motivo é que os officiaes, que, para terem maior numero de rupias no seu soldo, tentaram uma revolta, vêem-se, realisada ella, singularmente embaraçados. Vêem-se *sós*.

Em primeiro logar os soldados não vão por um impulso proprio. Divididos em castas, fracos, ignorantes, odiando-se, sem terem interesse commum ou vontade commum—vão unicamente porque os seus officiaes, no primeiro momento, lhes mandaram que fôsem. *É mesmo assim*—como elles dizem. Se contra elles porém se apontar uma espingarda fiel—como estão alli, não em virtude da revolta sua, mas por obediencia á revolta alheia—dispersam.

E depois, os officiaes revoltados não teem rancho

para lhes dar. O povo conserva-se indifferente, sem adhesão, sem *sympathia*. Os que possuem alguma *rupia*, n'esses dias enterram-n'a; os que tem arroz ensaccado, escondem-n'o. Ninguem confia uma *para* a um official revoltado. Ao segundo dia de desordem, quando chega a hora do rancho, os officiaes só teem a dar aos soldados—palavras de enthusiasmo! Os soldados (nunca pudemos comprehender porque) preferem o arroz á rhetorica; e começam a debandar.

Além d'isso no exercito indio não ha polvora, nem munições. . . Quasi não ha armas!

Por outro lado, á mais pequena insurreição, a disciplina, já famosamente diminuta, desapparece, sem pudor nenhum; e as diversas castas aproveitam os vagares da revolta—para se esparecerem com fervor.

Accrescente-se que os officiaes da India não teem instrucção, nem tactica; não são capazes de ordenar uma marcha habil, de formar um campo intrincheirado, de darem um apoio estrategico á revolta.

Ao fim de dois dias de gritos e de *babadé*—acham-se n'esta situação triumphante: sem ponto de apoio, sem adhesões, sem rancho, sem munições, sem dinheiro, sem disciplina. Se o governador geral faz sahir um bando que, ao som do tambor, pro-

põe a amnistia, cada um solta um *ah!* de satisfação e de allivio, e volta para o seu quartel! Ainda tendes medo, patriotas da Arcada?

E não se deve esquecer ainda esta circumstancia: o indio das nossas possessões é de uma debilidade gelatinosa.

Anemico, miudinho, assustadiço, consumido pelo sol, mal sustentado de arroz, o indio cae de bruços com uma caricia no rosto, e morre com uma palmada na espinha. É uma fraqueza compromettedora. As pessoas inexperientes e impacientes fazem um prodigioso consumo de indios. Um empurrão; e o indio tomba — na eternidade. Não ha talvez desembargador algum em Goa que não tenha, com a sua mão grave e juridica, assassinado um indio! Dá-se uma pancada leve no hombro do indio — elle cambaleia, suspira, n'esse dia come pouco, no outro estende-se ao sol a gemer, começa a beber muita agua, e morre.

Depois, o soldado indio, mal ouve o nome de *paqueló* — treme. Ahi vem o *paqueló* — foge! Vê o *paqueló* — atira-se de bruços, já moribundo.

Ha tempos, em Mapuçá, um regimento de 400 praças revoltou-se. Sae para a rua e vem fazer *badé* para defronte da casa do commandante. O commandante, á janella, em chinelas, tomava café,

e entre os golos, vagarosamente sorvidos, exclamava para o regimento insurgido:

— Ah! vocês revoltaram-se?

Depois para dentro, ao creado:

— Mais assucar!

E continuava:

— Bem, eu já vos falo. — Uma colhér! — Assim é que estaes disciplinados, velhacos? — Dá cá o cachimbo! — Ora deixae estar que os *paquelós* ahi veem! — Lume! . . .

O regimento hesitava. N'isto apparece, n'uma pequena elevação, a distancia, o tenente Bruno de Magalhães que vinha, com 20 *paquelós*, bater os 400 revoltosos. Os 400 revoltosos, só com vêr ao longe os 20 *paquelós*, debandaram aos gritos. Nem mesmo se chegou nunca a saber porque se tinham revoltado!

Porém, ó homens d'Estado, podeis dizer-nos:

— Mas se a Inglaterra metter lenha para o forno?

A Inglaterra?! No dia, meus senhores, em que a Inglaterra mandasse um soldado á fronteira da India portugueza — todo o territorio indio, *mestiços*, *canarins*, *descendentes*, todas as castas, todas as fraquezas se levantavam n'um impeto. Povo e tropa na India tudo querem — menos o inglez.

O povo não quer o inglez — porque no nosso re-

gimen elle vive na ociosidade, no desleixo, na sua immundicie querida, na sua bem amada traficancia; e se fôsse inglez, o cipaio viria obrigar-o, a golpes de *cóurbach*, a ser policiado e a ser trabalhador.

E o soldado indio detesta o inglez — porque, sob o nosso regimen, elle pode subir os postos até major; e sob o regimen inglez não subiria nem a cabo!

Ahi está a razão por que uma revolta na India não tem valor, e por que fôram tão superfluos os vossos fervores patrioticos!

No emtanto é indispensavel que estes sustos acabem! O paiz está debil e fraco, e estas commoções matam-n'ò. Ha pouco Macau, agora a India! Que as colonias nos deixem respirar! Que se revoltem, sim, mas com intervallos, sem accumular. Que se abra mesmo um registo no ministerio da marinha. Em setembro de 71 revoltou-se a India? — Pois bem, só em setembro de 1872 será permitido que Timor se subleve.

A India não nos serve senão para nos dar desgostos.

É um pedaço de terra tão escasso que se anda a cavallo n'um dia. As pequenas povoações caem em ruina e em immundicie; não ha n'ellas movimento, nem iniciativa; a unica cultura é o arroz,

que exportam a 5 para o importar a 8; a unica industria fazer *olas*, que são os encanastrados de palmeira com que se erguem os *pacaris*, alpendres coloridos e frescos que sombreiam as janellas; não existe nenhum commercio; os tributos esmagam; dois ou tres homens ricos, Jossy e mais dois, que se vêem nos patins, descalços e encruzados, comendo o seu arroz com a mão, tem o dinheiro enterrado, e quando se lhes garante um forte juro cavam e emprestam; as escholas são uma ficção grotesca; as estradas são a espessura do matto; a hygiene é feita pelos cães que lambem as immundicies na rua; a policia é feita por cada um com o seu *bambú*; uma intriga sordida e rastejante agita indigenas e europeus; o deboche tem o ardor do clima; os soldados embebedam-se com aguardente; e no emtanto velhos pardieiros, que se esborôam ás mordeduras do sol, esconderijos de corvos, lembram as nossas glorias e alastram o chão de caliça. Tal é a India portugueza.

N'outro numero das *Farpas* lembrámos, a respeito das colonias, este grande melhoramento—vendel-as! Occorre-nos outro ainda maior a respeito da India—dal a!

E quanto a glorias nacionaes, contentemo'-nos com o barytono Lisboa e com o sr. Arrobas—e é já gloria bastante!

A unica cousa por que conservamos a India é por ser uma gloria do passado. Oh! meus senhores, tambem D. João I é uma gloria, e nós não nos conservamos abraçados á sua sepultura, soluçando e gemendo.

O passado é bello e heroico,—bem: quando o o passado pretende antepôr-se aos interesses do presente, o passado é caturra! Seria verdadeiramente impertinente que uma rosa murcha tivesse a pretensão de andar na *boutonnière* da nossa sobrecasaca: que uma pomada rançosa do anno passado ou-sasse querer anediar os nossos cabellos: e que o esqueleto da mulher amada tentasse ainda dar-nos beijos!

Se podemos vender a India aos inglezes, vendamos a India, por Deus! E quanto ás glorias de Diu e de Damão, se ellas se querem conservar na historia e na pompa da epopêa, quietinhas e caladinhas, terão a nossa consideração. Mas se, quando se tratar de nogociar, ellas se interpuzerem com recordações importunas, dir-lhes-hemos insolencias, e desejaríamos dar-lhes coronhadas. Fora d'aqui, caturras! voltae para o sepulcro e para o pó das chronicas!

D. João de Castro, hoje, não serve senão para os rapazes de latinidade fazerem themas na provincia. Tem paciencia, glorioso varão! Sobre as tuas so-

berbas façanhas, o nosso tempo scientifico, positivo e racionalista, não tem senão a dizer-te: — «Cumpriste sublimemente, meu velho D. João, os deveres do teu tempo segundo as idéas do teu tempo. Dorme agora quieto o teu grande dormir; e deixa que nós, segundo as idéas do nosso tempo, cumpramos os deveres do nosso tempo!»

XXXV

Outubro 1871.

Sahiamos do *Antony*. Um pouco adiante de nós, subindo a rua Nova do Carmo, vinham conversando dois hispanhoes, espadaúdos e robustos. No alto da rua, ao fundo do Chiado, alguns fadistas, n'um grupo ruidoso, tocavam guitarra.

Quando os dois hispanhoes passavam, os fadistas rompem a chasquear e, para variar um pouco os seus prazeres, esbofeteiam um hispanhol. O outro então, surprehendido, ergue a mão, e, com um vigor castelhano, dá em redor algumas bofetadas sonoras e fulminantes que fizeram rolar na lama os magros tocadores de guitarra.

N'isto uma patrulha, que descia o Chiado, vem pé ante pé, faz um cêrco, e tomando as espingardas pela coronha começa por atirar ás costas do hispanhol uma pancada horrível, que o deixa rendido, suffocado, a arquejar. A esse tempo já um fadista gania, escalavrado, sob outra coronhada

municipal. Ninguém foi prêso. Um dos soldados, depois, queixava-se de ter *escangalhado a arma!*

Respeitamos, submissos, este processo policial.

O redactor de um dos mais vivos jornaes de Lisboa contava-nos pouco depois, na redacção, que vira na vespera alguns policiaes, deante d'um homem com um accidente, tratando de lhe fazer voltar os espiritos á fôrça de pontapés na cabeça: o homem rebojava no chão; os policiaes então davam-lhe pontapés no estomago. Talvez a medicina não siga inteiramente este systema de curar accidentes: no emtanto a policia tem essa opinião therapeutica, e nós não podemos contestar a ninguem o direito de divergir, em questões de sciencia, da Eschola Medico-Cirurgica. O accidente tratado pelo espancamento é uma theoria. É boa? É má?... Em todo o caso é respeitavel.

Sómente nos parece que, visto a policia possuir este methodo especifico, que ella decerto julga proveitoso porque o usa, não lhe poderia custar muito um pequeno trabalho a mais—e o governo deveria encarregal-a de tratar os cidadãos enfermos. Poupavamos assim a despesa com a Eschola de Medicina. Quando alguem se sentisse doente, chamava da janella o policia da esquina; e este benemerito, depois de tomar o pulso e reconhecer a au-

thenticidade do mal, arregaçava a calça, mandava pôr o doente em posição, e escalavrava-o a pontapés!

Uma economia paralela nos occorre a respeito da municipal. Coronhadas como as que vimos estalar, com um som baço e gemente, nas ilhargas de dois cidadãos, podem muito naturalmente matar um homem fraco, que soffra do peito, d'uma lesão, d'um aneurisma, d'um vicio de construcção. Ora não queremos dizer que a patrulha não tenha a faculdade de matar á coronhada os cidadãos que destranquillisam as ruas! Seria esse mesmo o meio mais efficaz de estabelecer na cidade uma paz inalteravel. O cidadão extendido morto, com a espinha partida ou o craneo aberto, aos pés do municipal, dá garantias superiores do seu socêgo e da sua cordura. E decerto a melhor maneira de fazer entrar um cidadão na ordem — é fazel-o entrar no cemiterio.

Mas então (economia!) supprimamos os tribunaes. Recolha-se definitivamente a magistratura ao seio das suas familias e das suas torradas. Não é necessario que haja juiz para julgar os cidadãos — quando a municipal préviamente se encarrega de desfazer esses cidadãos ás coronhadas! O mais subtil magistrado ficaria pallido de embaraço se lhe apre-

sentassem o corpo despedaçado de um desordeiro — para elle lhe fazer perguntas! E como poderia um cadaver pagar a multa? Poupe-mos á justiça estas collisões vexatorias!

XXXVI

Outubro 1871.

O *Diario de Noticias*, jornal que tem imposto aos seus correspondentes o habito das informações escrupulosas e sérias, inseria ultimamente uma carta de Gouveia em que era narrado este caso :

«Um marido matara sua mulher, partira-a aos pedaços, fôra prêso, e condemnado...»

Reparem bem! «E condemnado... a varrer as ruas de Gouveia!»

De modo nenhum queremos limitar os maridos no direito de decepar suas mulheres. São miudezas domesticas em que não intervimos. Nunca se dirá que as *Farpas* se arrojam indiscretamente sobre o seio das familias. Que os maridos, quando lhes convenha, para melhor organização do seu interior, partam suas mulheres aos pedaços— cousa é que nem nos escandalisa, nem nos jubila! Talvez não imitassemos esse exemplo: não por nos parecer

fora das attribuições maritaeas, mas por se nos afi-
gurar excessivamente trabalhoso o partir aos bocca-
dinhos uma consorte estimada! E entendemos que
quando um marido se sinta dominado pelo desejo
invencivel de partir alguma cousa — é mais simples
ir á cozinha trinchar o *roast-beef* do que á alcôva
retalhar a esposa!

Não nos espanta tambem o castigo infligido pelo
meritissimo juiz de Gouveia. Nós não temos a hon-
ra de conhecer Gouveia. O codigo, é certo, marca
uma pena diversa, não prevendo esse castigo de
varrer as ruas de Gouveia — de resto todo local.
Mas quem sabe se não será uma tremenda penali-
dade — o limpar as ruas de Gouveia! Talvez mes-
mo o juiz — por lhe parecer insufficiente degredo
perpetuo — rompesse no excesso arbitrario de en-
tregar aquelle facinora ao suplicio immenso de lim-
par as ruas da sua villa! Bem pode ser que aquelle
marido esteja cumprindo uma sentenç. pavorosa, e
que o devamos lastimar mais que os infelizes que
S. M. Alexandre II da Russia (que Deus guarde e
muitos annos conserve em prosperidade e gloria)
manda trabalhar, ao estalo do chicote, nas minas de
Orilieff! A immundicie da provincia tem mysterios.
Limpar as ruas de Gouveia será talvez a pena que
de futuro adoptem, em substituição da pena de

morte, os codigos da Europa. Que grande honra, meus amigos, para a sujidade nacional!

Mas uma cousa nos occorre: — e é que, d'ora em diante, varrer as ruas deixa de ser um emprêgo municipal, e começa a considerar-se uma pena infamante. E pode acontecer que os srs. varredores de Lisboa — não querendo, por uma susceptibilidade exaggerada, passar por terem assassinado suas esposas, deponham com gesto de desdem o cabo das suas vassouras nas mãos atarantadas da camara municipal! Por outro lado, dada esta *grève*, nenhum cidadão se quererá incumbir de limpar as ruas. Ha gente tão meticulosa, tão escrupulosa, que embirra-ria que os vizinhos a suspeitassem de ter empregado o trinchante na pessoa da sua consorte. A unica pessoa que afoitamente ousaria varrer as ruas seria aquella de quem se não pudesse suspeitar um crime aquella que fôsse pela lei do Reino declarada irresponsavel. Ora ha só uma n'este caso. É o chefe do Estado. Esse é o unico que poderia varrer as ruas sem que ninguem se lembrasse de pensar que elle andava alli, ás vassouradas, por sentença d'um tribunal. Esse é irresponsavel; não commette crimes. nem soffre penas. Mas seria realmente atroz que S. M. se visse obrigado, depois do theatro, a ir, por essas viellas, melancholicamente

seguido da sua côrte, levando, de vassoura em punho, adeante de si, em nuvens de poeira, a immundicie dos seus vassallos!

Que a justiça pois nos esclareça sobre estes pontos: se limpar as ruas é uma penalidade nova, e se, a trôco de quatro vassouradas, qualquer cidadão pode ter a vantagem de espatifar sua esposa: se a immundicie especial e pavorosa das ruas de Gouveia torna realmente essa pena igual á de degredo: ou se o sr. juiz de Gouveia entende que matar a esposa é acto tão meritorio que merece um emprêgo remunerado pela camara. Esperamos, modestos e respeitosos, as respostas dos poderes publicos.

XXXVII

Outubro 1871.

Alguns jornaes contaram este mez, com uma indignação ingenua, que na devota cidade de Braga alguns missionarios vendiam aos fieis *cartas ineditas da Virgem Maria*. Estas cartas, segundo parece, eram dirigidas, umas a personagens dos tempos evangelicos—outras, mais particularmente, a cidadãos de Braga. Corre que os editores d'esta correspondencia inesperada da Mãe de Jesus tiveram um ganho excellente.

O commercio da reliquia piedosa é a occupação usual dos srs. missionarios. Um sabio professor da universidade de Coimbra contava-nos, ha pouco, que presenciara em Traz-os-Montes uma singular agudeza:

Um missionario chegou alli com grande bagagem de *rosarios, contas, sudarios, pedaços do santo le-*

nho, fragmentos da túnica, etc. Mas o desleixado, o imprudente, não trazia caixeiro! De tal sorte que teve de se contentar com dois que lhe forneceu um negociante de pannos. Estes dois habeis vendedores a retalho, collocados á porta da igreja nas tardes de sermão, deante de tableiros de feira, enfeitados de toalhas bordadas e cheios de reliquias, dirigiam activamente o seu negocio pio. Quem entrava na igreja comprava com devoção. E no entretanto o missionario no pulpito trovejava. — Contar aqui o que elle declamava no seu vozeirão labrego não o podemos — para que estas paginas não venham a ser consideradas tão picantes como as das memorias de *Faublas*.

No entanto uma inquietação atormentava este varão pio. Não sabia a conta exacta das reliquias que dera aos caixeiros, e punha n'elles uma confiança pouco evangelica! De modo que tomou este expediente triumphante. Ao fim de cada sermão clamava :

— Agora vão-se benzer as reliquias! Quem tiver rosarios de Nossa Senhora, erga-os ao ar!

Os fieis que se tinham provido d'aquella especie levantavam-n'a com fervor. O missionario então, como absorto em extasi, contava com os olhos, rapidamente, a vôo de prégador, os rosarios. Depois abençoava-os. Passava em seguida, pelo mesmo

processo extatico, á contagem das outras reliquias. E quando sahia da igreja conferia os seus apontamentos mentaes do pulpito com os resultados monetarios da porta. Os caixeiros eram honrados, e este homem fez um bom lucro. Que Deus o proteja, e a policia o não incommode!

Nós achamos tudo isto extremamente regular. Sómente desejamos saber:

Se os srs. missionarios são exclusivamente negociantes, que, de passagem e por demais, tambem pregam sermões;

Ou se são sacerdotes, que, para se occuparem em mais alguma cousa, tambem fazem negocio.

No primeiro caso, sendo negociantes que por demais pregam sermões, achamos perfeitamente inutil que, depois de terem feito o seu commercio, queiram mostrar a sua eloquencia. Um negociante que, depois de nos vender uma peça de linho, nos recitasse uma ode da sua lavra, seria aleivosamente impertinente. Julgamos pois dispensavel que os srs. missionarios, tendo recolhido na praça o seu ganho, subam ao pulpito a exhalar a sua rhetorica.

Que andam elles fazendo? Andam espalhando a palavra de Deus? — Mas então, se existem em Por-

tugal villas ou aldeias não convertidas ao christianismo, em que pensa o governo que não manda as suas hostes rechassar o infiel? Bajoica de Riba é moira? Expulse-se de lá o adorador de Mafoma! Mas se Bajoica já é christã e catholica, que teem que fazer lá os missionarios? Os antigos padres das missões, educados na tradição apostolica, iam á China, ao Japão e á India, em viagens maravilhosas, ensinavam o Deus novo, e morriam nos tormentos. Estes senhores que vão fazer agora em diligencia a Tondella, ou em omnibus a Mafra? Não possui cada freguezia o seu parochio, as suas prédicas, as suas missas, o seu culto? Se os missionarios não vão lá senão ensinar a religião que lá se prega, são evidentemente inuteis: se vão ensinar uma religião nova que a policia e o Estado os condemne, porque não é permitido alterar a religião do reino.

Fugi a isto, doutores de theologia! E se os senhores bispos entendem que é necessario que os missionarios fortaleçam a fé enfraquecida das freguezias — então que se dirá de ss. ex.^{as} reverendissimas? Porque consentem ss. ex.^{as} nas suas dioceses um clero collado tão incompetente que assim deixa enfraquecer a religião, e que torna necessario que, para a restabelecer ande constantemente percorrendo o paiz um clero errante? — Parece-nos pois inutil que os srs. missionarios depois de

terem feito o seu negocio, preguem os seus sermões.

Se porém, na hypothese do segundo caso, elles são sacerdotes que accumulam um pequeno negocio de reliquias, então uma cousa grave se apresenta :

Todo o negociante que attribue ao objecto que vende uma qualidade superior, para o fazer valer, usa de fraude, e está incurso nas penalidades da lei.

A lei, que não pode impedir a simplicidade e a credulidade, põe-a ao abrigo dos exploradores. Ainda ha pouco um homem que vendia camisolas de malha vermelhas, declarando que ellas tinham o privilegio de curar repentinamente o rheumatismo mais rebelde, foi devidamente autoado e multado.

Por consequencia todo o missionario pode descer do pulpito, e vir para a praça vender rosarios, imagens, lithographias de santos, etc. Está no seu pleno direito civil. Mas se, servindo-se da sua auctoridade sacerdotal, esse homem afiança do pulpito, invocando Deus e sob a garantia da sua missão religiosa, que essas reliquias lhe fôram entregues por um anjo, e curam as doenças, fazem voltar ao amor os maridos distrahidos, saram a esterilidade, livram de tentações, e que recae um castigo sobre quem as

não compra — esse homem attribue ao seu ramo de commercio um valor sobrenatural, e vende como reliquia vinda do céo uma quinquilharia de Braga. Cae pois, como negociante fraudulento, sob os rigores da policia!

É logico. Os jornaes liberaes dirão que esse homem lança a multidão n'um fanatismo animal; substitue o respeito de Deus pela adoração imbecil de emblemas; faz da absolvição divina uma especulação propria; conduz os homens á idolatria! Nós collocamo'-nos no ponto puramente legal: — Esse homem, diremos, é um negociante fraudulento.

Todos aquelles que teem observado as missões e a venda de reliquias sabem além d'isso que a certeza principal que se dá aos devotos — é que a reliquia comprada os absolve de antemão de todo o peccado.

De modo que o cidadão, depois de pagar e metter na algibeira a sua reliquia (rosario, lasca de lenho santo, pedaço de sudario, bocado da tunica da Virgem) julga-se na graça de Deus e na permissão de toda a phantasia! D'ahi por diante pode altercar na taberna, espancar o vizinho, maltratar a mulher, roubar quem passa: não tem elle bem guardada no peito a reliquia que o absolve, que lhe salva a alma?

Assim, com um mesmo acto, o missionario que prega e vende — infringe a lei commercial e contraria a lei civil. E estes males são ainda bem menores que os que elle faz á lei moral!

XXXVIII

Outubro 1871.

Cidadãos! Vejamos um pouco a nossa diplomacia.

Queixava-se ha tempos o excellente *Jornal da Noite* que o governo não publicasse os relatorios dos seus diplomatas, ministros, encarregados de negocios, secretarios, etc. Ingenuo *Jornal da Noite!* É o mesmo que censurar que se não photographem os baixos relêvos — de uma parede liza. Que quer o distincto redactor do *Jornal da Noite* que o governo publique? A diplomacia só tem a offerecer, como resultado dos seus trabalhos ha vinte annos, o seu papel almasso — em branco. Se os nossos diplomatas quizerem um dia remetter para Portugal, em consciencia, devidamente empacotados, os documentos do que nas suas missões crearam, organisaram, pensaram, trataram — a secretaria encontraria espantada, ao abrir o pacote:

Um montão de luvas *gris-perle* em máu uso!!

Se a esses cavalheiros que teem sido ministros e encarregados de negocios em Londres, em Berlim, em Paris, em Madrid, em Bruxellas, em Stockolmo, em S. Petersburgo, em Milão, em Roma, no Rio de Janeiro, em Vienna d'Austria, em Washington, com os seus secretarios de embaixada, os seus addidos, os seus ordenados, despesas de representação, despesas de expediente, despesas secretas, etc., uma voz impertinente perguntasse: — «Como teem v. ex.^{as} desempenhado as suas missões? Que tratados vantajosos teem alcançado para o nosso paiz? Que estabelecimentos portuguezes teem lá favorecido? Que serviços internacionaes teem regularizado? Que relações solidas e protecções valiosas teem obtido para a nossa pequenina nação? Que estudos teem feito sobre a organização e instituições d'esses paizes? Em que sabios trabalhos as teem aconselhado para nosso progresso? Que conhecimento teem dado aos estrangeiros das nossas instituições, do nosso commercio, da nossa sciencia? Etc.? Etc.?» — SS. ex.^{as} a taes interrogações ficariam pallidos de surpresa! Os nossos diplomatas inteiramente ignoram que estes sejam os seus encargos. Nenhum curso lh'os ensinou, nenhuma lei lh'os incumbiu. Elles seguem a velha tradição de que a diplomacia é uma ociosidade regalada, bem convidada, bem comida, bem dansada, bem *gantée*, bem *voitu-*

rée, com bons ordenados e viagens pagas. Estão alli para serem diplomatas na gravata — e não para serem diplomatas no espirito: e achariam um abuso inclassificavel que os tivessem nomeado para marcar o *cotillon* e no fim lhes exigissem relatorios. SS. ex.^{as} entendem que o paiz está bem representado desde o momento em que o seu collarinho é irreprehensivel... E todavia ss. ex.^{as} estão representando uma nação — e não uma camisaria! Se ss. ex.^{as} vão unicamente encarregados de mostrar aos paizes estrangeiros a excellencia dos nossos alfaiates, — então o paiz não é o interessado, e o sr. Keil que lhes pague! Se ss. ex.^{as} teem apenas por missão mostrar lá fora como o paiz dança bem, entendemos que ss. ex.^{as} prestam melhor serviço na sua patria; e não ousando pedir ao governo que os faça recolher á secretaria, pedimos aos srs. Valdez e Cossoul, empresarios de S. Carlos, que os façam recolher ao corpo de baile!

O paiz conhece bem a nossa diplomacia: já a viu al uz da rampa, a um rumor de orchestra: já riu com ella, já lhe bateu as palmas: ella apparecia, esplendidamente real, na côrte grotesca de S. A. a grã-duqueza de Gerolstein, poderosa princeza em tres actos. Era o barão Grog. O barão Grog, não se lembram? Sómente a nossa diplomacia não usa rabicho, e curva-se com menos elegancia. E o barão

Grog conspirava! Os nossos nem sequer conspiram! Elle tinha graça, os nossos são lugubres! Elle só nos custava um bilhete de platéa, os nossos custam-nos infinitos contos!

Evidentemente na organização da nossa diplomacia vamos seguindo um caminho imprevidente.

As habilitações que se exigem de um cidadão devem estar em harmonia com os serviços que se esperam d'elle. Não se requer dos que pretendem ser lentes do Curso Superior de Letras que apresentem certidão de saber dansar dignamente o *can-can*. Ora se a missão de um diplomata é comer bem, dansar bem, vestir bem, parece-nos inutil que se lhe peçam provas de que conhece o direito internacional e a historia diplomatica! O mais trivial bom senso ordena que elle seja examinado simplesmente em pontos como estes:

Maneira mais propria de pôr a gravata branca, e suas divisões:

Methodo mais fino de comer a ostra; principios geraes: applicações:

Da valsa: theorias; questões principaes; exemplos, etc.

Assim supponhamos que algum dos nossos mais nobres «vultos politicos,» o sr. Braamcamp, por exemplo, pretende uma embaixada. Auctorisam-no

a isso a sua experiencia e o seu criterio. O que se lhe dê! Mas que antecipadamente s. ex.^a seja examinado na secretaria dos estrangeiros por um jury competente e recto:

— Tenha v. ex.^a, sr. Braamcamp, (dirá o jury) a bondade de se sentar áquella mesa e comer aquelle linguado frito, para nos provar que não lhe é estranho esse ponto da sciencia diplomatica. . .

E s. ex.^a tomando delicadamente o garfo, e na extremidade de dois dedos uma codea fina de pão, com os braços unidos, a cabeça direita, os olhos baixos, provará a sua immensa competencia n'aquella questão difficil.

— Tenha agora v. ex.^a, sr. Braamcamp, a bondade de valsar um momento pela casa, com donaire. . .

E s. ex.^a arqueando mollemente os braços, despedido em giros graciosos por entre as mesas da secretaria, com a cabeça meigamente reclinada, o olhar amoroso, a cintura morbida, provará victoriosamente que tem compulsado com mão diurna e nocturna todos os expositores d'aquella illustre materia.

(*N. B.* Para que o concorrente não valse só, poderá utilizar-se como dama o contínuo da secretaria, que o examinando tomará nos braços com requiebro meigo).

E approvedo que fôsse o sr. Braamcamp, ou outro cavalheiro, nos pontos sujeitos, o paiz podia entregar-lhe confiadamente uma missão n'uma côrte estrangeira, certo que os seus interesses seriam alli dignamente — comidos e dansados !

Tambem nos occorre que consistindo uma das principaes funcções dos secretarios de embaixada e addidos em dansar nos bailes do Paço, a melhor maneira de alcançar um pessoal diplomatico verdadeiramente superior seria escolhel-o — no corpo de baile !

Ninguem teria então, entre a diplomacia europêa, mais graça, harmonia, e ligeireza nos movimentos. E seria honroso para todos que os jornaes estrangeiros pudessem noticiar :

«Chegou hoje a sr.^a Pinchiara, antiga primeira bailarina de S. Carlos, hoje secretario da embaixada portugueza . . . »

E mais tarde registassem para vaidade eterna da nossa patria :

«Hontem a maravilha no baile da côrte foi a maneira adoravel por que dansou a sr.^a Pinchiara, secretario da legação portugueza. Parecia um sylpho,

com os seus vestidos de gaze. Notou-se apenas que o sr. secretario da legação estava um pouco deco-tado de mais. É admiravel a brancura do seu col-lo!...»

Egualmente nos parece vantajoso que o concurso para addido de legação verse, não sobre a sciencia dos concorrentes — mas sobre a sua roupa branca. Se o dever essencial de um addido é a exposição solemne dos collarinhos que se alteiam sob a suis-sa, dos largos peitos de camisa que se arqueiam como couraças, e dos punhos que espirram para fora da manga com uma rijeza d'aço — deve o go-verno de S. M. utilizar para o serviço diplomatico aquelles que pela belleza e solidez dos seus engom-mados, melhor acreditarem lá fora as nossas insti-tuições. E a diplomacia começará a dar garantias da sua efficacia quando o sr. X tiver conquistado os suffragios do jury pelo brilho das suas camisas, inglezas e pelo valor das suas piugas, — e o sr. Y fôr plenamente reprovado por ter apresentado, por toda a sciencia e experiencia dos negocios, um ré-les collarinho á mamã!

Com entranhada mágua o dizemos: os senhores diplomatas portuguezes vestem-se de um modo a que só falta para ser distincto — ser inteiramente

diverso do que é. Ss. ex.^{as} ou se ageitam pelo feito nacional que tanto domina na rua dos Fanqueiros, ou então adoptam o velho *chic* de boulevard, ainda do tempo do ministerio Rouher, hoje unicamente usado pelos *pollos* de Madrid! Não seria pois fora de proposito que existissem na secretaria dos estrangeiros figurinos modêlos, com commentarios e notas, que os senhores addidos deveriam estudar antes de encommendar as suas farpellas. Outrosim se nos afigura imprudente que os srs. diplomatas possam fazer um *frack* sem préviamente levarem o *corte e talhe* á approvação da commissão diplomatica. Egualmente pedimos ao governo, em nome do paiz, que não deixe sahir nenhum senhor diplomata sem préviamente lhe ter examinado:

As unhas e a caspa do cabello!

Uma das cousas que prejudica a nossa diplomacia é ella não possuir espirito. Ser espirituoso é metade de ser diplomata. A tradição classica mostra-nos Talleyrand governando a intriga europêa com as finas decisões dos seus bons dictos: modernamente, desde Morny até o sombrio sr. de Bismarck, a diplomacia tem feito do espirito quasi um methodo. O espirito move tudo e não responde por cousa alguma: elle é a eloquencia da alegria, e o entrincheiramento das situações difficeis: salva uma

crise fazendo sorrir: condensa em duas palavras a critica de uma instituição: disfarça ás vezes a fraqueza de uma opinião, accentua outras vezes a fôrça de uma idéa: é a mais fina salvaguarda dos que não querem definir-se francamente: tira a intransigencia ás convicções fazendo-lhes cocegas: substitue a razão quando não substitue a sciencia, dá uma posição no mundo, e adoptado como um systema derruba um imperio. E, sobretudo pelo indefinido que dá á conversação, elle é a arma verdadeira da diplomacia. Ora, com compuncção o dizemos, a nossa diplomacia não tem espirito Seria por isso bem util que o ministerio dos estrangeiros examinasse os seus diplomatas, antes de os nomear, em *pon-tos* assim concebidos:

— Estando o senhor addido n'uma sala, e começando na rua a chover, que pilheria deverá o senhor dizer?

— N'um camarote de opera quaes são as facecias que deve lançar um secretario de legação sobre o corpo de baile?

E seria conveniente que a secretaria possuísse uma lista de jocosidades, para todos os usos da vida, que os senhores diplomatas deveriam decorar:

Pilherias para baile;

Dictas para almôço;

Dictas para cerimoniaes religiosas ;
Dictas para recepções no Paço ;
Dictas para entreter personagens celebres ;
Dictas para enterros de pessoas reaes, etc.

Concorre muito para que a nossa diplomacia não seja brilhante o horror que o paiz tem a ser representado por homens intelligentes. Não se pode dizer que isto proceda do amor de os possuir no seu seio : antes parece que o domina o terror de que elles vão destruir a reputação de embrutecimento que o paiz gosa lá fora. A verdade é que quando algum homem intelligente vae em missão diplomatica, os jornaes bravejam, e a opinião publica apita !

Se alguém ousasse, por arrôjo absurdo, mandar em embaixada o sr. Alexandre Herculano, a nação, de raiva, abria as veias ! Por sua vontade o paiz enviaria ás côrtes estrangeiras, para ser representado dignamente — bacorinhos do Alemtejo. Não o faz, porque, como ao mesmo tempo é avaro e desconfiado, receia que as côrtes estrangeiras, não podendo arrancar a taes diplomatas segredos politicos, lhes arrancassem — presuntos ! Por isso manda homens. E só por isso !

Ao mesmo tempo o paiz gosta de pagar barato á sua diplomacia. E n'este ponto abusa. Quer uma

diplomacia bem fardada, bem bordada: e no fim se se lhe apresenta, por ter uma diplomacia, uma conta um pouco maior do que por ter um carroção—escandalisa-se e grita pelo sr. bispo de Vizeu, D. Antonio. De modo que um ministro plenipotenciario vê-se mais embaraçado com o rol das compras que com o manejo das politicas!

Os diplomatas portuguezes passam por agradar no estrangeiro pela sua pallidez! Mas não se sabe que a sua pallidez vem, não da belleza de raça peninsular, mas da fraqueza de legação mal alimentada. Onde um embaixador portuguez mais se demora, não é deante das instituições estrangeiras com respeito, é deante das lojas de mercearia com inveja! E se elles não podem alcançar bons tratados para o paiz—é porque andam occupados em arranjar mais *roast-beef* para o estomago. Se não fôsem os jantares de côrte e as ceias dos bailes, a posição de diplomata portuguez era insustentavel. E ainda veremos os jornaes estrangeiros, noticiarem:

«Hontem, na rua de . . . cahiu inanimado de fome um individuo bem trajado. Conduzido para uma botica proxima o infeliz revelou toda a verdade—era o embaixador portuguez. Deram lhe logo bifés. O desgraçado sorria, com as lagrimas nos olhos.»

Que o paiz attenda a esta desgraçada situação!

Que tenha um movimento generoso e franco! Dê aos seus embaixadores menos títulos e mais *beefs*! Embora lhes diminua as attribuições, aumente-lhes ao menos a hortaliça. Elles pedem ao seu paiz uma cousa bem simples: não é um palacio para viver, nem um *landau* para passear, nem fardas, nem commendas! É carne! Que o paiz, no numero do pessoal diplomatico — diminua os addidos e augmente os bois.

Que a nossa diplomacia, aliás meritoria e sympathica, se não agaste com estes traços ligeiros! Qui-zemos apenas *rire un brin*. E n'esta nossa triste terra, quando a gente se quer alegrar e folgar um pouco, tem de recorrer ás instituições, que são entre nós — *pilherias organisadas funccionando publicamente*.

XXXIX

Outubro 1871.

Jesus, quando não soffria ainda aquella aspera melancholia que lhe deu mais tarde a presença de Jerusalem *branca e dura*, era um meigo rabbi, que percorria perpetuamente, no infinito enlêvo do seu sonho, a sua tranquilla e humana Galiléa, ora a pé, ora n'um d'esses pequenos burros que teem os olhos tão grandes e tão dôces e que veem da alta Syria. Entrava nas synagogas; e, commentando os velhos papyros da lei, ensinava o Deus novo. Parava nos casaes, sentava-se ás portas, sobre os bancos encastrados de vime, debaixo dos sycómoros. As mulheres davam-lhe mel, vinho de Safed, e diziam:— «fala, rabbi, fala!» As creanças tomavam-lhe as mãos, ou puxando lhe pelas compridas pontas do seu *couffie*, amarrado por uma corda da pelle de camêlo, queriam ver o fundo dos seus olhos. Os discipulos afastavam as creanças. Mas o Mestre murmurava sorrindo:

— Deixae vir ter commigo as creanças, abençoadas são ellas! ellas sabem muitos segredos que os sabios ignoram.

Parece que ultimamente o clero não tem esta consoladora idéa de Jesus. O sr. Encommendado de Santos-o-Velho, no dia de Finados, depois da missa conventual, paramentado, sobre o degráu do altar, voltou se para o povo, e reprehendeu as mães que levavam comsigo as creanças á missa! E ahi estão emfim as creanças expulsas da egreja não podendo ao menos ir uma vez por semana Erguer as suas pequeninas mãos para Aquelle que foi outr'ora, nas sombras da Galiléa, o seu amigo immortal!

Respeitamos profundamente esta opinião catholica do sr. Encommendado de Santos-o-Velho. É sem duvida mais moral que as mães levem seus filhos á taberna, e lhes ensinem cuidadosamente — mostrando-lhes, em logar de uma cruz, uma navalha de ponta, — esta maxima salutar: *esfaqueae-vos uns aos outros!* Assim se formam os justos. E seria mesmo conveniente que a opinião do sr. Encommendado tivesse uma realisação prática: que houvesse na egreja, para as creanças, a mesma policia que ha para os cães: e que, ao lado do respeitavel funcionario *enxota-cães*, se perfilasse do outro lado

da porta o meritorio empregado *enxota-creanças*. E o culto alcançaria, definitivamente limpo do ladrar dos cães e do chorar das creanças — o mais alto gráu de pureza.

Realmente as creanças que choram á missa commettem um desacato. Segundo affirma a theologia casuistica, os *manuaes de inquisidores*, as *dissertações dos dominicanos*, (*Chicotes, Lanternas, Fustigações*, são os titulos d'estes livros pios) e ainda segundo as profundas obras de Nieder, Sprenger, Spina e Bodin, o illustre legista de Angers, as creanças trazem dentro de si o demonio, e quando choram nas egrejas é porque Satanaz pretende insultar o culto e o sacerdote. De sorte que o sr. Encommendado de Santos-o-Velho ainda nos parece tolerante; porque deveria talvez, com a sua auctoridade de sacerdote e de theologo, ordenar ás mães que quando á missa as creançinhas lhes chorem ao peito — immediatamente lhes esmaguem as cabeças no lagedo para abafar a voz do Maligno!

O sr. Encommendado referia-se apenas ás creanças pobres. As creanças ricas não importaria elle, sacerdote de Jesus, esse aristocratico mestre, uma exclusão irrespeitosa. — E essas mães pobres podem talvez dizer-nos :

Que são pobres; que não teem quem lhes fique em casa a tomar conta dos filhos; que os não querem deixar sós no berço, chorando no isolamento, ou, se são mais crescidos, ao pé do lume, arriscados ainda a cahirem, a ferirem-se, a virem para a rua, a serem atropelados; que enfim não se querem separar d'elles, e que como são pobres, sem pão farto, desgraçadas n'este mundo, só lhes resta na igreja o sonho consolador de um Céu que repara! Isto é talvez assim (ainda que se percebe que estas razões são inspiradas por Satanaz.)—Mas tambem é verdade que os srs. Encommendados não podem ser interrompidos na sua missa pelas creanças que rabujam, e que se torna de toda a justiça que sejam excluidas da igreja, como perturbadoras da ordem, da decencia e do respeito—as mães que ousem vir rezar com o seu filho ao collo!

Pobres pequenos! consolae-vos! Jesus, o vosso amigo, tambem não é mais feliz: ha muitos seculos que elle procura erguer a pedra do seu tumulo—e ha muitos seculos que o seu clero carrega na pedra para baixo!

XL

Outubro 1871.

A companhia dos caminhos de ferro está abusando um pouco da amizade impaciente que (no seu entender) nós e a Hispanha nutrimos reciprocamente. A cada momento nos facilita entrevistas baratas e ternas. Sim, decerto, nós e os hispanhoes meigamente nos amamos! Mas não sentimos a necessidade urgente e ávida de nos precipitarmos, assim, todos os oito dias, nos braços uns dos outros!

A companhia dos caminhos de ferro, com intenções amáveis e civilisadoras, colloca nos em embarços terríveis. Digamol-o rudemente: nós não estamos em estado de receber visitas! Vivemos aqui ao nosso canto, sem cerimonia, em chinelas— e não gostamos que gente culta venha ter a revelação da nossa mobilia pobre e da nossa conversação simploria.

E tanto que pedimos claramente ao governo, em

nome do paiz envergonhado e com a barba por fazer, que prohiba, sob as penas mais severas, á companhia dos caminhos de ferro o facilitar assim por preços baratos a essa apparatusa Hispanha viagens de recreio através da nossa miseria!

O paiz não pode em sua honra consentir que os hispanhoes o venham ver. O paiz está atrasado, embrutecido, remendado, sujo, insipido. O paiz precisa fechar-se por dentro e correr as cortinas. E é uma impertinencia introduzir no meio do nosso total desarranjo, hospedes curiosos, interessados, de luneta sarcastica!

Imaginemos que amanhã chega ahi, ao largo arquejar da machina, n'um d'esses comboios impudentes, uma cohorte hispanhola, descaradamente illustre — estadistas, oradores, generaes, litteratos, pintores, professores, architectos, jornalistas... Que vergonha, meus senhores, que vergonha!

Imaginemos que esses homens politicos, esses oradores, esses parlamentares, Sagasta, Martos, Py Margal, Zorrilla, Rivero, Castelar, Canovas, conservadores e revolucionarios, ministros e tribunos, philosophos e dialecticos, se vão sentar, n'um dia de sessão, na galeria desbotada de S. Bento, e que vêem, piedoso Deus! as nossas camaras, a nullidade do pensamento, a relisce da palavra, o abandôno

de todo o decôro, os insultos e os desmentidos, a compostura plebêa e grossa, a sciencia que lá falta, a intriga que lá abunda, a horrivel baixeza d'aquella pocilga constitucional!

Imaginemos que esses estadistas conversam com esses que são entre nós os estadistas — e vêem, vergonha eterna! que elles ignoram a administração, a economia, a historia, as questões do tempo, toda a idéa, todo o facto, e que por unica *verve* e por unica profundidade sabem affirmar que o regedor de Cabanellas é amigo do ferrador da Cortegaça e que este compadrio aldeão dá cincoenta votos combinados ao governo de S. M. F.!

Imaginemos que esses generaes, que venceram em Africa e que venceram em Hispanha, estudam o nosso exercito, visitam os nossos quarteis, examinam o nosso armamento, conversam com os nossos generaes!

Oh por piedade! consideremos que esses professores podem entrar na obscura vergonha das nossas escholas! Que esses jurisconsultos podem querer ver os nossos tribunaes! Que esses architectos podem deitar a luneta ás nossas construcções! Que esses pintores podem perguntar pelas nossas galerias! Que esses homens do mundo podem tratar com os nossos dandys, ou mirar-lhes a *toilette*! Que vergonhas! que vergonhas! Ah! meus senhores, não

consintamos que essa cruel Hispanha, que se levanta, que se organisa, que se engrandece—venha, de luneta no ôlho e gargalhada na bôcca, fazer o inventario jocoso do nosso abaixamento! Não consintamos que nos vejam! Aferrolhemo'-nos! Os chins outr'ora não permittiam que os europeus vissem o seu esplendor. Sejamos a China da miseria!

E se por acaso a companhia dos caminhos de ferro, para fingir que tem passageiros e movimento, precisa impreterivelmente fazer passar a fronteira a alguns viajantes curiosos—então ao menos que só dê logar nos seus velhos wagons áquelles de quem nós não tenhamos vergonha, e com cujas civilisações possamos competir:—Cafres, Patagonios, Laponios, Abexins, Ethiopios, Tartaros, e Hottentotes! E estaremos então em familia.

A Hispanha, porém, a garrida Hispanha, é que parece desejar profundamente que nós os portuguezes examinemos de perto o seu *salero* politico, economico, artistico, religioso e theatral: porque, com uma originalidade comica, que excede tudo quanto contaram os romances picarescos do seculo xvii, a Hispanha condecora todos os portuguezes que commettam o arrojado feito de ir a Madrid! Sem distincção, sem escolha! O viajante portuguez che-

ga, o dono da *Fonda* traz-lhe chocolate—e um contínuo do Paço Real traz-lhe a commenda. Ou porque a Hispanha queira compensar os incommodos e os tédios de lhe ir ver a capital: ou porque o rei Amadeu, que nunca foi visitado pela aristocracia hispanhola, se commova até a lagrima e até a condecoração quando se digna ir vê-lo a burguezia lusitana,—o portuguez que chega recebe em pleno peito, sem prevenção, sem *agua vae*, uma commenda e um diploma enrolado!

Já se sabe de antemão aquella graça. Pode-se até telegraphar assim para Madrid:—*Hotel de los Embajadores, calle S. Jeronimo: Ao sr. Moreto, proprietario.—Chego amanhã, prepare-me quartos e a commenda de Carlos III.*

Podia, até, para maior franqueza, ser a condecoração indicada na lista dos hotéis:

Gravanços..... 1 duro.
Grã-cruz de Isabel a Catholica..... gratis.

Dizem que o governo hispanhol resolveu condecorar assim os que tomam bilhetes de 1.^a ou 2.^a classe para Madrid, com o fim unico de favorecer a companhia dos caminhos de ferro.

Em tal caso era mais commodo entregar logo a condecoração em Santa Apollonia.

--Um bilhete de 2.^a classe, e a condecoração!

gritaria o viajante ao postigo do vendedor de bilhetes.

E a companhia pregava-lhe a marca no bojo do sacco de noite—e a commenda no peito do frack. E o sr. commendador entrava para o seu wagon!

Ha evidentemente duas intenções delicadas n'aquelle derramar de condecorações:

A *primeira* é compensar as contas dos hotéis. Depois da guerra de Marrocos, aquelles que podiam mostrar uma cicatriz apresentavam-se na Secretaria da Guerra e recebiam a *Medalha de Africa*. Agora parece que, depois de alguns dias de Madrid, aquelles que puderem mostrar, não uma cicatriz mas uma conta de hotel, recebem na Secretaria da *Gobernacion* a commenda de Carlos III! N'esse caso aqui estamos! Temos uma conta da *Fonda de Madrid*, em Cadiz, plaza Santo Antonio, innumeravel em *gravanzos* — e em *duros* innumeravel! Em boa logica não pode deixar de nos ser dada uma capitania geral! E ainda perdemos!

A *segunda* intenção é premiar os que viajam. Mas então que honras se reservam áquelles que vão ainda além de Madrid? Que grã-cruzes se dão a quem vae a Barcelona? Que titulos de nobreza esperam aquelles que chegam ás Vascongadas?

Porque emfim se um de nós se perfilasse deante de S. M. Amadeu, e lhe falasse d'est'arte :

— Real senhor! o vosso humilde servidor já foi a Hispanha, d'ahi a Malta, depois ao Egypto, depois á Arabia, depois á Palestina, e a Jerusalem; atravessou os montes da Judéa, peregrinou até o Jordão, subiu á Syria, visitou o Libano...

...S. M. Amadeu não podia deixar de descer os degráus do throno, e gritar commovido :

— Viajante d'essa ordem, reina sobre os hispanhoes!

Gloriosa Hispanha, faceta Hispanha! — A Christovam Colombo, que fez a viagem maravilhosa e chegou ao novo mundo, déste umas poucas de palhas para elle morrer n'um carcere: — a quem emprehende a viagem de Madrid e chega á *Calle Reale* das uma commenda de prata, gloriosa Hispanha, faceta Hispanha!

Andavamos bem enganados com os meritos humanos. O nosso espirituoso amigo Pinheiro Chagas tem sido, desde a mais distante mocidade, um trabalhador. Jornalista, poeta, romancista, historiador, dramaturgo, critico, sempre á sua mesa de trabalho com o valor de quem está n'uma trincheira, tem bellamente despertado com a sua penna vigorosa a

nossa curiosidade indolente. Nenhum governo lhe pôz nada ao peito, nem um botão de rosa no casaco. A Hispanha nunca pensara em lhe dar os bons dias! Pinheiro Chagas lembra-se um dia de se metter n'um wagon do caminho de ferro. O governo hispanhol accorda, fita-lhe o peito, e, com um grito de amor, crava-lhe a placa de Carlos III!

Qual é a illação? Que, aos olhos do governo hispanhol, o maior feito que pode commetter um varão contemporaneo não é fazer um grande livro, ganhar uma grande batalha, descobrir uma grande machina — mas ter a sobre-humana coragem de ir a Madrid. Haverá nada mais humilhante para Madrid? É fazer uma pavorosa idéa de uma capital o considerar como um acto de coragem — ir lá! O dr. Levingstone, que tem viajado os desertos desconhecidos, os asperos sertões, os rios barbaros, as tribus antropophagas — é grande; mas falta-lhe a façanha suprema — ir, ao meio dia, á rua d'Alcalá!

E nós portuguezes, levando nossos filhos pela mão, quando encontrarmos mais tarde algum dos heroicos viajantes de Madrid, diremos a nossos filhos:

— Vês, meu filho, aquelle senhor condecorado, meçando a sua bengala?

— Sim, papá.

—Admira-o, menino, e imita-o! Aquelle homem sublime, n'um momento de coragem, contando em nada a vida, cheio só da fé em Deus e do amor na humanidade, teve um dia o valor febril, a audacia estonteada, de tomar o comboio de recreio e de ir a Madrid!

E quereis saber, amigos, como começará o novo poema que mais tarde ou mais cedo tem de ser feito sobre os *Novos Lusíadas*? Começará assim:

Eu celebro os varões assignalados
Que da occidental praia, heroicos, sós,
Em «wagons» nunca d'antes franqueados
Passaram ainda além de Badajoz. . .

XLI

Outubro 1871.

Reappareceu ou continuou (não sabemos), no theatro de S. Carlos, um antigo costume de todo o ponto prejudicial aos interesses da monarchia.

Consiste elle em que, nos dias de gala, quando S. M. está na tribuna, no aparato de côrte, os espectadores não podem applaudir, nem *patear*, nem mostrar opinião.

Este costume—vindo dos antigos tempos em que na presença do seu rei o vassallo devia estar sem idéa, sem gesto, perfilado e nullo—é bello. Mas auctorisa uma certa logica:

Podendo o espectador applaudir ou desaprovar quando S. M. occupa o seu pequenino camarote de velludo côr de cereja, e não podendo fazer ruido quando S. M. se apresenta na tribuna, sob o esplendor dos lustres—segue-se que o rei só é respeitavel e só se respeita quando está de gala!

Portanto, á maneira que S. M. vae sahindo do

cerimonial da gala, vae diminuindo o nosso respeito para com elle!

Quando S. M. se mostra na tribuna estamos humildes e tacitos:

Quando S. M., nos dias simples, vem para o seu camarote, perdemos um pouco o respeito, e começamos a fazer barulho:

(E esta logica não pára nas suas conclusões:)

Quando S. M. sahir do seu camarote, e fôr humanamente metter-se na sua carruagem, como a gala diminuiu ainda mais, o nosso respeito diminue tambem— e passamos, n'uma liberdade crescente, a dirigir-lhe chufas:

Quando S. M. dentro do seu coupé accender o seu charuto, como o cerimonial é menor do que no momento *rétro*, o respeito é menor ainda—e rompamos logo, n'uma intimidade já irreprimivel, a atirar-lhe cebolas:

Se vissemos S. M. a comer bifés, o nosso respeito estava no fio, e principiavamos a dar-lhe piparotes na orelha.

Se o vissemos de *robe de chambre* o respeito ficaria extinto, e saltariamos para os seus reaes hombros, esporeando as suas reaes ilhargas.

Ora isto, realmente, não convém á monarchia!

Porque emfim, por este modo, S. M. não tem

remedio para se fazer respeitar cabalmente—senão ficar eternamente na tribuna.

E seria cruel obrigar S. M. a dormir na tribuna, tomar banho na tribuna, passear a cavallo na tribuna, caçar a lebre na tribuna, e viajar pelas provincias — na tribuna.

Não, portuguezes, não o consintaes!

Que os poderes publicos pois sejam generosos, e se permitta á platéa de S. Carlos, mesmo em dias de gala, ter opinião! Não applaudir, estar serio, sorumbatico, soturno, — é talvez o respeito: mas pode confundir-se tambem com o desgosto, com o tedio.

E seria triste que perguntando um estrangeiro:

— Porque está esta platéa tão amuada?

Se lhe devesse responder:

— Porque faz annos o seu rei.

XLII

Outubro 1871.

Na Foz fôram prêsos vinte pescadores por usarem redes de arrastar.

O sr. juiz respectivo levou os pescadores para o carcere, com as familias atraz a chorar: os barcos ficaram em estado de arresto: o peixe apprehendido foi vendido em leilão: o dinheiro cuidadosamente guardado no deposito judicial.

No Egypto, no tempo de Mehemet-Ali, ainda depois de 1820, os *cadis* (auctoridades locaes) que, ou por violencia de temperamento, ou por imbecilidade, ou por exploração, vexavam o trabalhador, o *fellah*, eram pregados a uma porta pelas orelhas, como morcegos, e alli ficavam dois dias, pendurados, gottejando sangue. Não estão sentindo uma forte saudade por este exemplar Mehemet-Ali, o astuto tyranno que foi pastor? Ah! realmente uma auctoridade dá muitas garantias quando está sujeita a

ver as suas orelhas pregadas por dois pregos de cabeça amarella, no travejamento de uma porta!

Raciocinemos! As redes de arrastar prejudicam a pesca; o peixe desaparecia das nossas costas se se fizesse de taes redes um uso immoderado. Uma lei prohibiu as redes de arrastar: mas até 1867 nunca foi posta em prática. Começa, por uma portaria, a vigorar em 1867. No ministerio seguinte a portaria cae em desleixo, e as redes de arrastar varrem livremente as costas. Vem o sr. bispo de Vizeu, e prohibe de novo as redes. Surge o sr. Dias Ferreira e dá ampla liberdade ás redes. No ministerio seguinte nova prohibição. Outra vez esta prohibição se relaxa. E uma derradeira portaria emfim impõe vigilancia escrupulosa.

Como vêem, temos aqui uma legislação complicada e fluctuante. É necessario seguir com cuidado o *Diario do Governo* para conhecer com precisão quando as redes são legitimas e quando as redes são criminosas. O acto varia de perfil, ora meritorio ora culpado, conforme o temperamento do ministro e o seu amor pela pesca. Um advogado, consultado, teria de folhear a collecção de leis: o sr. governador civil do Porto, certamente, não conhece de cór esta legislação confusa: os srs. administradores não poderiam differençar com exactidão as

épochas tolerantes e as épochas prohibitivas: os srs. regedores são totalmente alheios a esta parte da jurisprudencia.

Pois bem, foi justamente por não saberem como rábulas estas portarias successivas que os vinte pescadores da Foz fôram encarcerados na Relação!

Um pobre homem passa o seu dia remando, quebrado pela lucta com o mar, para comer á noite, na promiscuidade da mesma gamella, com uns poucos de filhos, uma pouca de sardinha. Levou para isso a sua rede de arrastar com que trabalha ha muito, que elle vê no barco do seu amigo, do seu vizinho, do seu patrão. Desembarca ao pôr do sol, esfomeado, encharcado de agua — e encontra pela frente o sr. regedor!—E como existe a portaria de tantos de tal, revogada por uma portaria posterior, posta em vigor por outra, cahida depois em desleixo, novamente revogada, alterada por uma differente legislação, ultimamente annullada, e agora redi-viva e activa, — elle, por ignorar inteiramente esta jurisprudencia trapalhona, vae ser levado por aquelles soldados ao Porto e aferrolhado n'uma enxovia!

O crime d'este homem portanto é não ler o *Diario do Governo!* Esse homem está prêso por não ser um jurisconsulto! Esse homem será condemna-

do por ousar ser pescador—antes de ser bacharel formado!

Fôram prêsos vinte. Vinham em dois barcos, eram duas companhas. O arraes é dono do barco e mestre da companha. É elle quem dirige a pesca, quem vae ao leme. Pela manhã manda os embarcar. As redes estão no barco! mãos aos remos! vela ao largo! Partem; e se o mar tem a condescendencia de os não esmagar na negra rocha de Leixões ou de Felgueiras, é realmente singular que á volta com os barcos mal cheios de peixe, doze horas de remos, e todos molhados das voltas do mar—vão d'alli do caes, em chusma, prêsos por não terem ido consultar um advogado, antes de obedecerem ao seu arraes!

—«Mas tinham-se affixado editaes!» Lêm elles editaes? sabem elles ler? Trabalham. O barco tem as redes, o vento refresca, o mar aplaina, o arraes diz: *larga!* Largam.

E, se algum arraes leu o edital, quantos editaes não teem visto na esquina! quantas vezes pregados, quantas vezes arrancados! Quantas vezes pescou com as redes, claramente, deante do regedor! Quantas vezes ellas lhe tem sido prohibidas e quantas vezes toleradas? Vê o mar bom, o céu limpo, o vento mudo, e naturalmente não manda este tele-

gramma á secretaria: «Cá vou á pesca, ha ahi alguma lei nova que o prohiba?»

Porque então torna-se difficil ser pescador; serão necessarios para arraes, grandes estudos de legislação; e o unico homem que pode, com a consciencia tranquilla, sem receio de desacatar alguma portaria, pescar a sardinha — é o sr. Martens Ferrão, procurador geral da Corôa!

E além d'isso fôram prêsas tres creanças de 10 annos! Ah! estes criminosos vão decerto ser tratados com as penas mais severas! Lá estão na enxovia, as mães choram ás grades! É justo! estes indignos entesinhos tambem pescavam! Aos 10 annos, quando todas as creanças brincam, até as dos lavradores miseraveis, que guiam os bois, trepam aos ninhos, se rolam nas altas hervas, — estes bandidos que já trabalham, que já vão ao mar, que já aprendem a morrer na idade em que os outros ainda nem sequer apprendem a viver, que já ajudam os paes, que já são um braço ao rêmo, uma mão á escôta, ás vezes uma creança ao mar, estes sceletrados tinham ido nos barcos com as redes ganhar o seu pedaço de pão, emquanto as mães inquietas esperavam na praia, ousando tambem elles, os facinoras, ignorar as portarias do sr. ministro do Reino! Por isso agora choram na cadeia!

E são vinte pescadores! Vinte familias, dez familias pelo menos, sem pão, sem lume! Os paes, os maridos, os irmãos prêsos, teem ao menos o rancho da cadeia: as mulheres pedem pelas esquinas! E estamos em pleno inverno, e vem os temporaes, e começa aquelle mar violento, varrido dos ventos, que as pobres mães olham dias e dias da praia, com os seus mantêos pela cabeça, sem o verem jámais condescendente, sem o verem jámais piedoso!

E no emtanto o peixe apprehendido é vendido em leilão, o dinheiro guardado no deposito. É justo: os homens na cadeia, as mulheres na miseria, o dinheiro na algibeira do Governo.

Não sentem uma immensa saudade de Mehemet-Ali, o velho tyranno que pedira esmola aos piratas do Archipelago nas praias da Cavalla? Bom Mehemet-Ali! Excellente Mehemet-Ali! Scismemos! Um cadí, pendurado pelas orelhas, e ellas repuxadas, arroxeadas, ensanguentadas, laceradas! Bom Mehemet-Ali! Evidentemente eras um justo! Dois bons pregos! uma trave segura! e as duas orelhas de um regedor da Foz!...

XLIII

Outubro 1871.

O *Clamor do Povo*, n'um artigo traçado com uma generosidade apaixonada e poetica, censura ás *Farpas* algumas paginas ironicas sobre a sr.^a condessa de Teba, imperatriz que foi dos francezes da decadencia.

O *Clamor do Povo* pensa dignamente que é menos delicado envolver em ironias vingativas uma mulher desgraçada.—A verdade porém é que a sr.^a condessa de Teba é apenas uma imperatriz despedida. A sr.^a condessa não foi uma esposa obscura e desinteressada do governo, no fundo retiro dos seus quartos. S. ex.^a foi duas vezes regente; assignou proclamações, decretos, sentenças; constituiu ministerios; interveiu na politica do seu tempo, fomentou a reacção religiosa, presidiu ao lado de seu marido conselhos de Estado. Estes factos collocam-n'a sob a critica e sob a historia. Se a sr.^a condessa de Teba, durante o governo amavel de seu es-

poso, não se tivesse separado do seu cesto de costura, do berço de seu filho e das chaves da sua dispença, como fazem SS. MM. as imperatrizes da Allemanha e da Russia, ella teria sido simplesmente uma esposa e uma mãe inviolavel, indiscutivel, inatacavel. Mas se s. ex.^a se manifestou na vida publica do seu paiz, como uma fôrça politica, gerente e reinante—cáe logicamente sob o dominio da historia, glorificada ou condemnada. Se a historia não pode falar das mulheres, porque são mulheres, com que direito então os livros sagrados amaldiçoam Jesebel? Com que direito condemna o Evangelho Herodiade, que matou João Baptista? Levar para a historia as preocupações de uma sala seria *chic* mas bacôco. Se devemos calar e chorar quando passa uma imperatriz desthronada, que silencio e que lagrimas devemos reservar quando no Evangelho passa Maria, mãe de Jesus, á volta do Calvario? Os politicos não teem sexo: teem o sexo dos seus actos. Não podemos em boa verdade escrever historias—unicamente masculinas. Seria privar-nos de saber o que pensaram tantas lindas cabeças, o que commetteram tantas lindas mãos, desde a nossa mãe Eva, a loira e barbara curiosa! Se um historiador, sob o pretexto que Isabel II de Hispanha é uma mulher, calar no futuro o seu reinado, o *Clamor do Povo* dirá que elle é um *gentle-*

man, e nós que é um grotesco. E se o seculo xx aprofundar esta questão dirá que o *Clamor do Povo* é um romantico de xácara — e as *Farpas* umas burguezas de senso.

O *Clamor do Povo* diz que mais generoso que nós foi Victor Hugo que, nos *Châtiments*, deixa no silencio a mulher de Luiz Bonaparte. Mas, n'esse tempo, o *Clamor* sabe que a sr.^a condessa de Teba ainda não era casada; era apenas uma loira amorosa, dansando nas Tulherias uma walsa desinteressada com o galante de Failly, coronel de guias! Hugo não podia prever na noiva de Saint-Cloud a regente de França. Por este lado ainda mais generoso que Hugo, creia o *Clamor* — foi Tito Livio!

Diz o *Clamor do Povo* que não deviamos accusar a sr.^a D. Eugenia porque nunca recebemos ofensas de Napoleão III. Mais pasmado ficará o excellente jornal quando lhe affirmarmos que Nero foi um scelerado — e todavia, pela nossa honra o juramos, nunca, nunca recebemos de Nero a mais ligeira descortezia! E por esse lado Michelet, Guizot, Martin, só poderiam escrever a historia de França se tivessem sido esbofeteados no boulevard — por Carlos Magno ou Pepino o Breve!

O *Clamor do Povo* pinta, com grande sensibilidade, a sr.^a condessa de Teba usando, depois de desthronada, uma corôa de espinhos. Não vimos. S. ex.^a, quando passou em Lisboa, levava apenas um elegante chapéo branco, evidentemente sahido dos ateliers de madame Julie, em Bond-Street.

Diz o *Clamor* que se não deve motejar uma senhora que não tem quem a defenda. Oh! meu Deus, os jornaes francezes dizem justamente o contrario, — queixam se de que a sr.^a condessa de Teba tem quem a defenda de mais! A França, ao que parece, ferve em partidarios bonapartistas. E de resto não tem ella seu marido? Não nos eximiremos a trocar com Luiz Bonaparte uma estocada ou uma bala no alto de Alcolena, ou no Poço do Bispo, ao alvorecer do dia! O perigo está em que esse homem, pelo habito, capitule.

O *Clamor do Povo* fez, de resto, um artigo eloquente, cheio dos mais cavalheirescos sentimentos, das imagens mais floridas, bella pagina poetica, que tem apenas o defeito de que um trovador a poderia assignar.

N. B. O *Clamor do Povo* allude ás relações dos redactores das *Farpas* com o segundo imperio francez. Esclareçamos:

Um dos redactores das *Farpas*, achando se em Paris, e almoçando em casa de Véfour com o seu amigo H. James Mortimer, o mesmo que em Londres está redigindo hoje uma folha bonapartista, teve occasião de offerecer ao imperador, por intermedio d'este amigo commum, uma garrafa do mesmo vinho do Porto que o jornalista americano e o jornalista portuguez tinham bebido juntos. O vinho foi achado delicioso nas Tulherias: e, passados dias, aquelle que devia ser depois o prisioneiro de Wilhelmshöe fez entregar por M. de Conti, *écuyer*, um bilhete de visita ao que é agora redactor das *Farpas*. Uma garrafa dada, um bilhete agradecendo. O redactor das *Farpas* julga-se quite com o segundo imperio.

O outro redactor d'esta chronica, estando no Egypto, teve occasião de esperar a que era então S. M. a imperatriz dos francezes, durante *duas horas*, no caes de Port-Said, sob um sol candente, até que S. M. desembarcando toda vestida de linho branco, com a sombra azulada da sua *ombrelle* chinesa ondeando-lhe sobre o collo, tomasse com aquelle firme andar que fazia lembrar Diana, em Homero, a deanteira de um cortejo em que o redactor das *Farpas* se achava obscuramente incorporado.

Duas horas de sol, n'um areal do Egypto! Em redor, apertados no estreito caes de madeira, sua-

vam e abanavam-se com seus lenços de *baptiste* os srs. de Beust, o duque de Aoste, o principe Frederico da Prussia, Abd-el-Kader, o principe da Hollanda, e S. M. o imperador da Austria.

Vinte dias depois, o mesmo redactor das *Farpas* passava no deserto do Sahará sob um sol cruel. Era na areia fulva a perder de vista. Pouca agua, uma fadiga terrivel. Havia a distancia um *khan*, especie de casebre de páu, onde se podia ter abrigo e o repouso d'um bom somno. O redactor das *Farpas* ia abrigar-se lá quando teve de sahir á pressa pela razão que estava chegando e se ia lá abrigar S. M. a imperatriz. O redactor das *Farpas* continuou sob o sol. Mas, confessa-o, n'esse momento, lembrando-se tambem das duas horas de Port-Said, pediu mentalmente ao Deus justo que castigasse o segundo imperio—que lhe fazia apanhar tanto sol. A Prussia encarregou-se de vingar o redactor das *Farpas*. Elle julga-se egualmente quite com a familia Bonaparte—e aproveita esta occasião solemne de agradecer publicamente á Prussia.

XLIV

Dezembro 1871.

A camara municipal de Lisboa, segundo se afirma, compenetrada da necessidade inilludivel de melhorar as condições da cidade, trata com toda a solicitude de fazer a aquisição de um leopardo. Diz-se ainda que depois procurará alcançar, para completar a obra da regeneração municipal, araras do Brazil.

Respeitamos a camara. Todavia parece-nos discutivel esta maneira zoologica de pôr alguma ordem na confusão do municipio. Nem se nos figura logico que a 300:000 habitantes que pedem hygiene, limpeza, policia, illuminação, passeios, a camara responda, no seu zeloso cuidado—com um bicho dentro de uma jaula!

A cidade realmente não offerece um aspecto próspero.

A iluminação é sepulcral O gaz mostra-se inferior em seus serviços á antiga candeia de lata. Nas principaes ruas, parte dos candieiros repousam, apagados; os que velam bocejam, n'um dormente bocejo de luzinha mortal; outros nunca se estrearam, e nem sabem que são candieiros.

Monturos de caliça e de pedregulho tomam nas ruas um espaço abusivo. O entulho tem um certo direito a estar parado nos passeios vendo as senhoras que passam, mas não deve pelo menos privar de igual regalia os habitantes que pagam decima.

As ruas, pela sua limpeza, mereceram de nós a designação que lhes ficou — *canos do avesso*. As que são calçadas tomam com a chuva o aspecto gentil de uma missanga de charcos. As macadamisadas, essas, depois de se terem desfeito no verão n'uma atmosphera de pó fetido, apressam-se no inverno a rehabilitar-se mostrando que são, como outra qualquer vereda, capazes de saber exercer a profissão de lameiro.

A gloria da capital, a maravilha, o *Atêrro*, é ladeado em todo o seu comprimento por duas suaves circumstancias — o cheiro da immundicie dos canos, e o pó de carvão das fabricas; offerecendo ass'im o caso de uma sociedade rica e dandy que passeia no brilho da riqueza e nos vagares do luxo,— com

a palma da mão sobre a bôcca e o lenço sobre o nariz!

As obras que a camara constróe são talvez excellentes: mas ella vae-as erguendo tanto em segredo, tão longe das curiosidades imprudentes, que muita gente suppõe que a camara abre as suas ruas, planta as suas arvores, alarga os seus passeios — na sala do concelho, debaixo da mesa, em sessão secreta!

A canalisação merece da parte da camara o respeito — de reliquia. Não se lhe toca, nem de leve. A illustre camara pratica com os canos a mesma delicada reserva que os escravos dos harens com os perfumes preciosos e evaporaveis. A cidade por baixo está pôdre: ali habitam na sentina as epidemias, os typhos, a colera, a anemia, a deterioração da raça: através da delgada pellicula das calçadas Lisboa sua a morte. Nós vivemos sobre um furunculo: onde quer que se pique, isto é, que se excave, sae uma vaporisação torpe, que perturba. Ha dias assim foi, ao pé da Casa Havaneza. E no emtanto a camara mantem ao domicilio da immundicie a inviolabilidade que a Carta só garante ao cidadão.

Os bairros pobres são por si uma accusação cruel. As viellas negras e sujas; os casebres immundos e caducos; os destroços de vitualhas e de farrapagens;

a vadiagem dos caes; a exalação das sargetas; a humidade infecta, tudo faz d'aquelles logares—uma especie de deposito da miseria publica. Como para o vão da escada se atiram nas casas os restos de trapos, de louças, de chinellos velhos—para aquelles bairros se atira desapiedadamente com os restos de plebe!

Lisboa é a cidade mais suja da Europa. A propria Constantinopola, com o torpe desleixo turco, a propria Athenas, com a indolente miseria grega—são mais limpas. E se não fôsse o Tejo que lhe faz uma certa *toilette*, e este sol maravilhoso que tudo alegre e doura—Lisboa, aqui ao canto, junto do mar, como um cano, seria a sentina da Europa.

E perante esta situação o municipio, penetrado da sua responsabilidade, e resolvido a dotar a cidade de condições habitaveis—o que lhe dá?

Um leopardo.

É talvez interessante, mas não excessivamente pratico, este facto: a fera em substituição da obra publica.

Porque a verdade é que, quando se expuzer convincentemente á camara que a cidade de noite está escura, a camara não pode em sua honra—em vez de mais gaz, adquirir mais leões.

Não queremos mal ás feras: e quanto mais co-

nhecemos os homens mansos, mais estimamos os bichos bravos... Mas entendemos que as feras se portam mal, entram no dominio do illicito, mostram uma ambição indesculpavel, excedem as suas attribuições de fera — querendo accumular a qualidade de melhoramentos municipaes. Um crocodilo é de certo estimavel: mas ver-se-hia superiormente embaraçado quando a camara, no seu zêlo febril, o encarregasse de substituir um passeio publico. E por seu lado o habitante não se daria por extremamente satisfeito, no dia em que nos passeios, para fazer as vezes de arvores, se enfileirassem lobos!

A camara na sua intelligencia deve comprehender que o bicho não é inteiramente o equivalente do edificio.

Nunca a camara viu por exemplo S. M. El Rei passear as ruas a cavallo no Arsenal. Portanto não é justo que nas praças, em logar de dar ao habitante fatigado um banco de madeira—ella lhe offereça o dorso de um rhinoceronte.

D'este modo toda a cidade corria o risco de ser em breve mordida pelos melhoramentos municipaes. E seria desagradavel que os jornaes noticiassem: «Hontem, a ultima obra em construcção devorou na rua Nova da Palma unia creança de cinco annos, ficando depois a lamber os beiços, de regalado...»

Que a camara medite (porque a sua intelligencia é para muito) que se ella der o exemplo funesto de substituir as construcções pelos animaes—pode levar o habitante a substituir os animaes pelas instituições. E no dia seguinte áquelle em que a camara, para mandar abrir um chafariz, comprar, em substituição, um elephante—qualquer sujeito, em vez de dizer ao creado: — «Ó Antonio, põe o sellim no russo...» —pode esquecer-se a ponto de gritar: — Ó Antonio, apparelha a camara!

O que prejudicaria fortemente os interesses constitucionaes!

XLV

Dezembro 1871.

S. M. a rainha pesseava no Atêrro. Um mendigo vem junto d'ella e pede-lhe esmola. Um policia corre e prende o mendigo. O desgraçado retido todo o dia na esquadra policial, com frio e com fome, tem uma dôr. Foi necessario mandal-o n'uma maca para o hospital. Não se sabe ainda se o fusilarão. O dia estava nublado, mas sêcco S. M., cujo vestido de velludo orlado de pelles era perfeito, continuou serenamente na serenidade da tarde.

Sempre que um pobre se approxima com a mão extendida de S. M. o rei, de S. M. a rainha, de SS. AA. os infantes—é prêso.

Approvamos. E como este mendigo vae para a cadeia, iremos a seu lado para exprobar a esse homem prevertido os fundos abysmos da sua negra acção! Dir lhe-hemos:—«É bem feito! Bem te conhecemos, desgraçado. . . Vós sois muitos, e a cidade está cheia da vossa multidão, que erra por essas

esquinas, esfomeada e amarélla, de caridade em caridade! Bem vos conhecemos: os velhos com os seus chapéos altos, o peito sumido para dentro, apoiados tremulamente a uma bengala, pedindo com uma voz exausta e meia morta; as mulheres, de rostos macilentos, com uma saia curta, umas velhas botas esfarrapadas, aconchegando no chale traçado uma pobre creançinha que se encolhe entre os farrapos, coçando as chagas da cabeça com a sua pobre mãozinha regelada; os desgraçados pequenitos, que gemem, enrolados n'uma velha e larga jaqueta de cotim, no degráu de uma porta fechada; os que não teem trabalho, e que á noite, sem camisa, com a golla do casaco remendado erguida para cima, fazendo bater na lage da rua as solas despegadas, pedem, explicando a sua fome; os que supplicam baixo, timidamente, com o terror da recusa; os que são insistentes, e appellam com o desespêro de um naufrago que se agarra a uma ultima tábuia; os que querem beijar a mão de agradecimento; os que ficam a rezar, suffocados, com as lagrimas nos olhos. . . Vivem em buracos ignorados, dormem pelos bancos, escondidos nas sombras dos entulhos, acolhidos pelos cocheiros na palha das cavallariças; comem de vez em quando; teem todas as dôres que dá o frio, todas as agonias que dá a fome; andam sob o terror da policia; desejam o hospital

como um refugio, e um dia, embrulhados n'uma serapilheira, são deitados á vala!...

«Miseravel, tu foste impudente! Viste aquella senhora, descendo de um caleche, com batedores; julgaste que ella, rainha, rica, bem agasalhada, podia dar-te a ti, pobre diabo, uma moeda de vintem, o custo de um caldo quente n'uma taberna!... Porque emfim, velhaco, bem se vê que vaes precisando de comer por este frio aspero... Imaginaste que a tua audacia te podia render um vintem! Bem vês, rendeu-te a cadeia. Apprende!... Um mendigo como tu, esfarrapado e nojento, não se aproxima assim de uma princeza nova, na frescura avelludada da sua toilette! Pois ousaste ir pedir uma esmola sem lebares uma farda de moço fidalgo? O teu halito de fome podia incommodar aquella gentil senhora. Imagina que ella manchava a ponta da sua luva *gris perle*, se te tocasse na mão, n'essa mão sempre extendida e cortada do leste... Que desgraça! a sua luva perfumada com «marechala!» Pois a policia podia lá consentir tal desastre! Tu és um animal! Vejam lá! Sob pretexto de que o inverno é terrivel, de que não tens pão, nem lume, nem uma manta, que tiritas, que sentes dôres, que és velho, vaes assim pôr-te deante de uma princeza, em toda a crua realidade dos teus andrajos, e pedes-lhe 10 réis! 10 réis! Assim se pedem 10 réis! Ah! im-

becii, tu cuidas que os vestidos de setim e de velludo, as pelles, as joias, as cachemiras, os perfumes, veem do ar e de graça, como esse frio que te trespassa? Que desplante! «dê cá 10 réis!» E onde os havia ella de ir buscar, os 10 réis? Tu imaginas que todo o mundo é rico como o bom Deus que atira tudo ás mãos cheias, estrellas, soes, nuvens, maravilhas, e aquelle pavilhão azul do Céu que lhe devia ter custado milhões? És tonto! Suppões que uma rainha desce assim, como uma burgueza, a ter pena de um pobre? Tu não lês os jornaes, bem se vê! Ouviste talvez dizer que um, que se chamava Napoleão III, parava nos passeios a cada momento o seu *break* para encher de *sous* os chapéos dos pobres? Talvez te contassem que uma, a quem chamam a imperatriz da Allemanha, distribue por sua mão, de manhã, com os cabellos cahidos sobre um penteador, dinheiro aos mendigos! Mas essa gente—é gente exaggerada! Talvez tambem ouvisses dizer d'um chamado Jesus, que abraçava os pobres e lhe enchugava o sangue das feridas! Esse era um poeta! Tu és ignorante, velho! Decerto não lês o *Figaro*. Tens ouvido que a mais bella, a unica missão das rainhas é a caridade... Ora apprende! Medita na Cadeia a caridade das rainhas! Bem feito. Ah! tens frio! Tens fome? pois a enxovia te dará o pago de teres fome e teres frio. Pede outra

vez, anda! pede! Muito feliz fôste ainda em não te correrem a chicote!»

Assim falaríamos a este indigno mendigo vil e torpe, e pediríamos a S. M. a Rainha que insistisse em que esse grande criminoso fôsse rapidamente enforcado—se na realidade S. M. a Rainha tivesse culpa ou responsabilidade d'este facto intoleravel e grotesco.

Não foi S. M. que prendeu o pobre—foi a policia. E estamos certos que, se alguém se affligiu seriamente, não foi o pobre—foi S. M.

Ora pedimos, para honra e socêgo de todos, que não seja permittido a qualquer sr. policia chegar-se ao pé de S. M. a Rainha, e fazer-lhe insulto mais brutal e mais vil—que é prender os desgraçados que lhe pedem esmola!

XLVI

Dezembro 1871.

É curioso! Que tendes vós, ó patriotas, com a casa de Saboia? Desde que possuímos entre nós uma pessoa da casa de Saboia, todo o partido despeitado, todo o ministro demittido, todo o regedor cahido, carrega o chapéo para a testa e vae para um canto amaldiçoar a casa de Saboia!

Mas que vos fez a casa de Saboia? Viveis vós em Florença? Viveis vós em Madrid? Sois vós o povo metralhado na galeria do café de Napoles? Sois vós o infeliz escriptor Roque Barcia prêso nas enxovias de Madrid? Sois vós, ó habitantes da rua dos Fanqueiros, N. S. P. o Papa Pio IX?

Que possuíis vós, na vossa bella cidade de Lisboa, da casa de Saboia?

Uma senhora.

Uma unica senhora! e confessae que, conhecendo da casa de Saboia só uma senhora,—a unica accusação que podeis fazer á casa de Saboia é que ella

se veste sem distincção ou se penteia sem gôsto! Ora vós, barbaros, podeis, revolvendo a historia, accusar a casa de Saboia de avara, de ingrata, de invejosa, de sanguinaria, de mercenaria—mas certamente não podeis deixar de dizer que a parte da casa de Saboia que possuís, e vêdes de perto, tem uma soberba elegancia, um dandysmo impeccavel, e guia melhor os seus poneys que a mythologica Diana!

A casa de Saboia entre nós é uma questão de toilette e de graça feminina: e melhores toilettes e mais distincta graça—sabei-o, ó barbaros, não o encontraes na casa de Hohenzollern, onde as mulheres são pesadas e burguezas; na casa de Hapsburgo, onde as mulheres ostentam uma majestade de theatro já desusada e caturra; na casa de Bourbon, onde as mulheres parecem intrigantes viragos; e na casa do Hanover, onde as mulheres teem a frieza d'alma e rosto que se sente nas libras! Orgulhae vos portuguezes! Nunca tivestes no throno cousa assim! Conheceis a historia? Cuidaes por acaso que D. Mafalda, esposa do tão celebre Affonso Henriques, se offerecia ao seu povo incipiente em toilettes mais distinctas? Pensaes que D. Urraca, consorte do interessante Affonso II o Gordo, expunha á aragem do Tejo *coiffures* de um vaporoso tão gentil? Estaes porventura na idéa que D. Mecia Lopes, dignissi-

ma metade de Sancho II o Capello, se movia com tão airosa debilidade?

Barbaros! Vós não imaginaes que feias rainhas se agrupam no fundo da vossa historia! Só os heroicos feitos dos maridos conseguem fazer esquecer os horriveis narizes das esposas. Indagae nas chronicas! E considerae que os valentes que venceram em Silves, no Salado e em Ourique, ao voltarem com as suas armaduras amolgadas dos recontros maravilhosos, só tinham para os acolher e encantar os chatos seios das desdentadas Urracas ou as cuias odiosas das obesas Mecias Lopes!

Ingratos! Ingratos! Vós não merecieis uma senhora da casa de Saboia, não,—merecieis uma fema da casa de Tuen-Fuem, tyranno da Patagonia — núa, disforme, e preta!

XLVII

Dezembro 1871.

Lisboa é talvez, em todo o vasto universo, a cidade, onde a opinião exerce menos influencia. Receia-se um pouco a policia correccional, despreza-se em absoluto a opinião publica. E como a policia correccional se assemelha ao céo de Molière—com o qual succede que no fim a gente sempre se chega a entender—acontece que em definitivo nada se receia, nem a opinião que se desdenha, nem a policia que se evita. Assim, desde que se soube a *colligação das fabricas de tabaco*, a opinião unanime, cerrada, incondescendente tem accusado, tem quasi infamado aquelle monopolio inesperado. E no emtanto a colligação continua serena, impassivel, a espoliar o vicio e a arrecadar o ganho. E todavia se todos os srs. capitalistas, que entraram n'aquella conspiração tenebrosa, ouvissem nos cafés, nas esquinas, e nos estancos, o que diz a immensa opinião anonyma—sentiriam, se ainda existe nas suas ex.^{mas} pessoas al-

gum brio viril, a necessidade indeclinavel de se bater em duello, de dez em dez minutos, com dez cavalheiros de cada vez! O que lhes daria no fim do seu dia a bagatella gentil de sessenta duellos por hora! O que prefaz, desde a primeira alvorada até o primeiro lume de gaz—qualquer cousa como seiscentos e oitenta duellos!

O facto na verdade é extranho. Uma troca só se considera justa quando ha reciprocidade de valores; e toda a venda de mercadoria cujo valor é arbitrariamente, caprichosamente, augmentado é deshonesto. Se eu dou 10 em moeda, é necessario que me dêem 10 em mercadoria (contando-se, está claro, n'estes 10 de mercadoria, as despesas de producção, etc.). Ora se eu dou 10 em moeda, mas me dão 5 em mercadoria, torna-se evidente que realmente os 5 a mais que eu dou—me fôram levados, por bons modos sim, com brandos sorrisos é certo, mas emfim com o mesmo direito com que n'uma estrada nocturna e solitaria um cavalheiro de barbas sceleradas me diz galhardamente: «Ou a bolça ou um tiro!» Até agora, e desde ha muito, um operario dava 10 réis e davam-lhe 6 cigarros; e as fabricas entendiam que este contrato era vantajoso porque o mantiveram, prosperaram, enthesouraram. Porém uma fresca manhã, as fabricas, ao entregarem os

costumados 6 cigarros, disseram ao consumidor:— «Perdão, d'ora em diante dois cigarros são para os meus vícios particulares: ahí tem o cavalheiro os 4 restantes.» Foi simplesmente este roubo.

Se por acaso qualquer de nós entrasse n'um luveiro, e pondo os seus 750 réis sobre o balcão pedisse umas luvas *gris perle*, e o luveiro lhe dissesse, arrecadando a prata:— «Aqui tem o cavalheiro a luva da mão direita, a da esquerda permita que a retenha por certos motivos,»—era natural que nós sahissemos fora, chamassemos o policia mais desocupado da esquina, e deixassemos o luveiro em conversa particular com a lei. Ora a pobre gente, que vê os seus dois cigarros sumirem-se nos cofres da colligação, não pode chamar o policia! D'onde se conclue que, para estorquir cigarros, relogios, luvas ou outros objectos miudos, é imprudente ser-se só e isolado—mas é de todo o ponto proveitoso e impune ser-se uma companhia com uma escriptura n'um tabellião! Erro, grande erro, que um cidadão desacompanhado nos venha delicadamente pedir o relogio n'uma viella escura: ordinariamente este cidadão imprudente vae fazer parte da sociedade de Angola. Mas não ha nada para estes feitos como vir apoiado n'uma associação! A associação innocenta tudo, e tudo purifica! Que se ha de objectar a um scelerado que nos diz respeitosamente:— «Meu se-

nhor, eu e alguns bandidos das minhas relações fizemos n'um tabellião uma escriptura pela qual combinamos recolher a nossa casa todos os paletots que passeiam impudentemente as ruas nas costas egoistas de seus donos; aqui está o contrato, a escriptura e outros papeis que v. s.^a terá a bondade de examinar áquelle candieiro; tenha a bondade de me passar o seu paletot?» O caso das fabricas guardarem para si, sem motivo, parte dos cigarros que d'antes davam por certas quantias, tem toda a analogia com as especies citadas. E portanto a verdadeira maneira de affrontar esta colligação não é pelos meios legais. Que cada cidadão que fuma cigarro ponha os seus 10 réis sobre o balcão, e declare apontando um revólver ao peito do estaqueiro: — «Ahi estão 10 réis. Agora quero os meus cigarros, mas *todos* os meus cigarros! Senão desfecho!»

Abrindo o nosso Codigo Penal, encontrámos no capitulo XI, secção 1.^a art. 276.^o estes dizeres sympathicos :

«Qualquer pessoa que, usando de algum meio fraudulento, conseguir alterar os preços nas mercadorias que fôrem objecto de commercio, será punido com multa conforme á sua renda, e prisão de um a tres annos.

§ unico. Se o meio fraudulento empregado para

committer este crime fôr a colligação com outros individuos, terá logar a pena logo que haja comêço de execução.»

Que vos parece, cidadãos, d'esta honrada simplicidade do Codigo Penal?

Os preços fôram alterados;

E n'uma mercadoria que faz objecto do commercio...

Sómente o artigo accrescenta — *quando se usar de algum meio fraudulento*. Houve este meio fraudulento? O § unico responde:

«Se o meio fraudulento empregado para commetter este crime fôr a colligação...»

É o nosso caso! A colligação é patente; logo houve o *meio fraudulento* especificado pelo Codigo. E declara mais este amavel Codigo:

«... terá logar a pena logo que haja comêço de execução.»

A execução é tambem patente em todos os estancos. Onde está pois a pena? Isto é claro, positivo, explicito, simples.

O crime é evidente. Haverá alguma circumstancia que desculpe os colligados do crime, e portanto os exima da pena? O artigo 23.^o do capitulo III do titulo 1.^o, diz:

Não podem ser criminosos os loucos de qualquer especie;

Os menores de sete annos;

Os maiores de sete, e menores de quatorze, quando não teem discernimento;

Os ebrios;

Os que praticam o acto em virtude de obediencia devida.»

Por consequencia, os srs. fabricantes só estão exemptos da multa e prisão de um a tres annos, se provarem:

Que habitam Rilhafolles, ou que se babam de idiotismo;

Ou que andam de bibe, e pela mão da creada, atirando a pella;

Ou que não teem discernimento, a ponto de serem *tatibitates*;

Ou que estavam no momento do crime, n'um tal estado de ebriedade, que se tinham deitado no enxuro;

Ou que praticaram o acto contra vontade, cheios de repulsão, mas obrigados por algumas pessoas que lhes diziam com o punhal sobre a garganta: «ou a colligação ou a morte!»

Se não provarem que se acham em algum d'estes casos — são criminosos, e nada os pode desprender das mãos do policia que lhes tome a golla do *frak*, e os leve, de rastos e ganindo, aos bancos luzidios e lugubres da policia correccional.

E notem que o Codigo diz *commettem este crime*. E' um *crime*: não é a honesta *contravenção* nem a modesta *infracção*! É o *crime*.

E o crime com as circumstancias aggravantes que marca o Codigo no capitulo II art. 19.º:

Premeditação: quem negará que os illustres fabricantes meditaram longamente, ruminaram longamente o seu caso?

A seducção de outros individuos para commetter o crime: não contaram os jornaes que tinham sido convidados pelos auctores do crime, para tomar parte n'elle, as fabricas do Porto?

Ter manifesta vantagem sobre o offendido: não são elles ricos, e pobre a população humilde que fuma cigarro? Não é o facto uma exploração do vicio?

Commetter o crime por dinheiro: não foi decerto para ganhar benções, nem rheumatismos!

Commetter o crime tendo recebido beneficios do offendido: ha uns poucos de annos que os nossos vicios enriquecem os seus cofres!

Commetter o crime de noite: é justamente quando os estancos mais vivem, mais ganham, e portanto mais delinquem!

Que fazem no entretanto os srs. delegados do procurador régio? Fulminam com a sua eloquencia réles algum desgraçado que não tem casa, algum miseravel que não tem trabalho!

Os jornaes dizem: «O governo já que não pode fazer nada, consinta que se estabeleçam mais fabricas, ou diminua o direito sobre o tabaco em folha.» É curioso. E' como se deante de um desgraçado, espancado e ensanguentado, e deante do seu espancador, já descoberto e já prêso, os jornaes exclamassem:

— Uma vez que a justiça não pode fazer nada ao criminoso, ao menos não impeça que se cure o ferido!

Não pode fazer nada? Pois já não existe na Boa Hora um banco para um réo, na casa do deposito um cofre para um multa, no velho Limoeiro um quarto para um prêso?...

Porque não queremos suspeitar que o que não existe—seja a egualdade perante a Lei!

O que impede que se proceda contra elles?

O facto de se terem colligado?—Então por este modo só é culpado o salteador isolado, mas perfectamente innocentes os salteadores associados. Se amanhã, (o que tal não succeda) S. M. El-Rei fôr assassinado, só haverá crime e só poderemos castigar o assassino se elle fôr um só: mas se fôrem seis, teremos de lhes deixar os nossos bilhetes de visita!

O ter havido uma escriptura?—Mas então declaremos-o por uma lei, para que os srs. ladrões, as-

sassinos e incendiarios se previnam com contratos no tabellião antes de partirem para as suas façanhas!

O serem capitalistas?— Aqui é que a porca e a lei torcem o rabo! Sim, desgraçadamente é por serem capitalistas. . .

Ah! o tyrannico segundo imperio não permittia estas cousas! Na guerra da Criméa, os vendedores de toucinho colligaram-se para impôrem um preço superior. Fôram delicadamente empurrados pelas costas á policia correccional. Havia entre elles ricos negociantes, ricos capitalistas. Uma terrivel multa e a prisão fôram a paga das suas proezas gordura-ceas. Tão vilmente lhes pagou o carinho que tinham tido por elle —o impudente toucinho!

Quem impede que amanhã os nossos charutos custem cada um 7000 réis, e cada cigarro nos saia a 10800 réis? Estão na logica os srs. fabricantes. E teem a suprema garantia do consumo —a garantia do vicio! E isto virá talvez a acontecer se não tivermos a providencia de nunca comprarmos tabaco —sem irmos acompanhados por um policia, e um escrivão que lavre o auto!

E é sobre o operario, sobre o trabalhador, sobre o soldado, sobre o pobre que pesa a expolição! Os srs. capitalistas tiveram o cuidado delicado de

não fazer pagar nem mais 5 réis diários a quem ganha ou tem por mez de 100000 réis para cima: e por isso fazem pagar mais 10 réis diários a quem tem por dia de 240 réis para baixo! Isto alegra-nos profundamente. E tanto que, fundados na nossa argumentação, não deixaremos de pedir que a cidadãos tão prestantes como os illustres fabricantes se dê a honra de se lhes offerecer um banco na Boa Hora, com o modo mais risonho! Com o que temos o prazer de desejar as maiores prosperidades a ss. s.^{as}, senhores do nosso respeito e expoliadores do nosso tabaco!

XLVIII

Novembro 1871.

Em Abrantes — segundo informações de um amigo nosso, jurisconsulto illustre — succede este extranho caso:

Pela lei de 10 de julho de 1843 só são obrigados ao imposto do pescado os pescadores que exercem a sua industria em agua salgada — e n'aquella parte dos rios sómente até onde chegem as marés vivas do anno.

Ora em Abrantes entende-se de um modo largamente torpe esta acção do fisco sobre a pesca. Vinte homens, extremamente miseraveis, que pescavam no rio—onde não podiam chegar marés vivas—e alguns mesmos que de todo não pescavam, fôram obrigados a pagar o imposto do pescado! Uns não se defenderam d'esta extorção por pobrissimos: outros não se defenderam em virtude da idéa popular na provincia—de que com o fisco paga-se sem-

pre e nunca se questiona, porque naturalmente depois é-se obrigado a pagar mais.

Isto constitue puramente, n'uma linguagem talvez plebêa, mas exacta, um roubo. Obrigar um pescador do rio a pagar o imposto do pescador do mar, é (além de uma confusão deploravel do velho e respeitavel Oceano com qualquer fio de agua que murmura e foge,) um systema extremamente parecido com o que empregam as pessoas estimaveis que nos mettem a mão na algibeira e levam para casa o nosso lenço. Nós não desejamos embaraçar os negocios fiscaes. Sómente nos parece que impôr a qualquer cidadão, mesmo quando não pesque, o imposto do pescado, é um expediente summamente complicado. E o fisco, que deve ser parcimonioso do seu tempo e dos seus recursos, tem um meio mais singello e mais expedito, que consiste em se approximar de qualquer, e gritar-lhe pondo-lhe uma carabina ao peito :

— Passe para cá o que leva na algibeira!

Estes processos do fisco, que se repetem arbitrariamente em toda a provincia e que são sem duvida um dos recursos do Estado, parecem-nos imprudentes—porque estabelecem confusão. Ha por essas estradas isoladas, em certas viellas de cidades mal policiadas, nos pinheiraes, nos sitios ermos e amados da sombra, uma especie de cidadãos, de

resto singularmente diligentes, que se deram por missão suspender por um momento as pessoas que passam, e pela maneira mais delicada tirar-lhe o dinheiro, os relógios e outras insignificancias. Por seu lado o fisco costuma deter os cidadãos, e sob qualquer pretexto (como por exemplo no caso d'Abrantes, por serem pescadores de agua salgada) exigir-lhe uma quantia e entregar-lhe um recibo. Estes dois processos, o do fisco e o dos senhores ladrões, offerecem uma tal similitude que pedimos ao governo que distinga por qualquer signal (um uniforme por exemplo) estas duas estimaveis profissões; para que não succeda que os cidadãos se equivoquem e que vão ás vezes lançar a perturbação na ordem social, confundindo o facinora e o funcionario,—apitando contra o fisco e pedindo humildemente recibo ao salteador!

XLIX

Novembro 1871.

Este mez a opinião preoccupou-se com o que se chamou a *grève de Oeiras*.

Parecia realmente indecoroso que Lisboa, já civilisada, com theatro lyrico e outros regalos de capital eminente, não tivesse esse chic social — a *grève*! Oeiras, com uma dedicação amavel, forneceu-lhe esta elegancia. Oeiras deu a *grève*. Alguns estadistas puderam ter occasião de commentar a *nos-
sa ultima grève*, e de falar no *terrivel proletariado*.

Sómente esta *grève* de Oeiras apresenta uma novidade excentrica.

O fabricante diz :

— Eu dou a esses operarios indignos, que abandonaram a minha fabrica e se puzeram em *grève* 40000 réis por semana. Vinde!

E os operarios respondem :

— Não, não, isso não! Só voltamos ao trabalho se nos garantirem por semana 30000!

Confessem que é para empallidecer de confusão. Não se protesta aqui contra a avareza do fabricante, protesta-se contra a sua generosidade: o operario resiste a ganhar: só trabalha se lhe diminuiem o salario: tem avidez de sacrificio, e deseja antes de tudo soffrer fome! Que mysterio é este? Eil-o desvendado.

Como sabem, ha dois trabalhos essenciaes no fabrico do lanificio: preparar a teia, o que leva uma semana, e produzir o tecido, o que gasta outra semana. Ora o fabricante descontava na semana do tecido uns tantos por cento do salario; e na semana do preparo levava a sua habilidade a descontar o salario todo.

De sorte que havia semanas gratuitas. E justamente os operarios pedem agora que lhes paguem menos cada semana, mas que lhes paguem as semanas todas.

O fabricante exclama:

— 4⁷000 réis cada semana que tecerdes!

E os operarios replicam:

— 3⁷600 réis cada semana que trabalharmos.

Porque preparar a teia é tanto trabalho como tecel-a.

Tal é esta *grève* original, que não descrevemos com a sua precisão technica, para não dar a estas paginas o aspecto d'um tratado sobre lanificios.

O que temos pois aqui, na realidade, é um fabricante que diminue arbitrariamente o salario dos seus operarios. Estamos em frente d'uma *grève* do *capital!* Ora abrindo o nosso admiravel Codigo Penal, encontramos estes dizeres no capitulo XI, secção 1.^a artigo 277.^o:

«Será punida com a prisão de um a seis mezes, e com a multa de 50000 a 200000 réis toda a colligação entre aquelles que empregam quaesquer trabalhadores, e que tiver por fim produzir abusivamente a diminuição do salario, se fôr seguida do comêço de execução.»

O codigo fala em *colligação*. Aqui houve só um fabricante; mas o que é crime para muitos individuos colligados é decerto crime para o individuo isolado. O numero não faz a culpa. O crime recáe sobre o facto, não sobre o ajuntamento. O codigo define crime «o facto declarado punivel pela lei penal,» — e não accrescenta «segundo o maior ou menor numero de pessoas.»

De modo que a famosa *grève* de Oeiras se reduz simplesmente a isto:

Um fabricante que diminuiu abusivamente o salario dos seus operarios — e que cáe portanto sob os rigores do arrigo 277.^o do Codigo Penal.

Até a *grève* de Oeiras! Ah! pão podemos pos-

suir uma gloria, um heroismo, um *chic*, sem que não se descubra, d'ahi a dias, que *chic*, heroismo, ou gloria, são casos burguezes que pertencem á Boa Hora! Vergamos sob o destino de ser mediocres! Todo o paiz tem uma revolta — nós temos a India! Todos teem uma expedição — nós temos o Bonga! Todos teem um poeta — nós temos o sr. Vidal! Faziamos tanto empenho n'esta *greve* que no nobilitava, nos revestia d'uma attitude civilisada, nos dava a esperança de abrigarmos emfim no nosso seio, authentica, legitima, essa grande elegancia revolucionaria, a *Internacional!* — e vê-se que nos achamos apenas com um caso de policia correccional! Um a seis mezes de prisão, que miseria! Ah! evidentemente só gosamos duas glorias incontestaveis, garantidas, á mão, nossas, só nossas — o sr. Lisboa, e o sr... Suspendamos, por Deus!... e aquelle, de quem um juramento terrivel e sacrosanto nos veda pronunciar o nome!

L

Janeiro 1871.

O theatro em Portugal vae acabando. Por dois motivos. Primeiramente pelo abaixamento geral do espirito e da intelligencia entre nós: e depois pelas condições industriaes e economicas dos theatros.

Esta verdade resalta dos proprios cartazes. O Gymnasio, o Principe Real, a Rua dos Condes, dão comedias traduzidas dos velhos repertorios estrangeiros, ou *dramalhões* alinhavados exclusivamente para a estulta plebe (como diziam nossos avós). complicados de incendios, naufragios, desabamentos, maravilhas baratas de velho cartão, entre scenarios desbotados.—Sómente acontece que as comedias estrangeiras, concebidas para a fina interpretação de actores educados, encontram aqui uma interpretação grosseira e feita de officio—e não podem interessar: e os *dramalhões*, que vivem apenas dos esplendores da decoração, encontrando aqui telas roídas

da humidade, fatos de panninho remendado, um papelão apodrecido, uma miseria que os apaga e os apelintra — não podem attrahir. Portanto estes theatros arrastam uma vida difficil.

A Trindade encetou a opera comica. Mas naturalmente, com a legitima urgencia do ganho, começou pelos melhores auctores da eschola franceza — Offenbach, Hervè, Lecoq, etc. Fatigou este repertorio galante, expremeu a quantidade de libras que elle continha — e, como as operas comicas não se parecem com as ostras, que quanto mais se procuram mais abundam, succede que a Trindade está nas condições d'um prêso que devorou a sua razão. A Trindade não tem que dar a um publico enfastiado que pede musica accessivel, e facilmente gorgeada. Precisa recorrer a zarzuelas que não offerecem a scintillação alegre da *verve* franceza, se apresentam com ambições de arte italiana, e descontentam. Além d'isso o repertorio estrangeiro é feito para boas vozes, educadas, creadas nos conservatorios, formadas pelo gôsto e pela tradição dos theatros especiaes. De sorte que a Trindade necessita escolher *operettas* que possam facilmente atravessar as estreitas gargantas nacionaes; e no vasto repertorio estrangeiro tem de preferir as *operettas* fauceis, as «de meia garganta,» as *operettas* constipadas. Fica assim reduzido o numero a cinco ou seis

imbroglios hispanhoes, debilmente instrumentados a que a Trindade se vae amparando como a muletas provisórias. Opera comica nacional, essa, não a temos; o nosso cerebro é impotente para a criação musical; a raça ficou exgottada com o esfôrço violento que fez inventando o *lundum da Figueira*. As nossas operas são os hymnos. Ora a Trindade não poderia fazer facilmente representar o hymno da *Carta*. A Carta, bem basta que a supportemos em *codigo*, não devemos soffrel-a em *couplet*. Seria tão impudico como sapateal-a em dansas. É verdade que não pareceria extranhavel que a Carta passasse a ser uma opera comica, n'um paiz em que as instituições são tiradas do *Barba Azul* e da *Grã-Duqueza*.

D. Maria é a jangada da Medusa da arte nacional. Ahi sobrenadam, n'um esfôrço heroico, os restos da velha geração artista. Actores de vontade e de talento, um director excellente—luctam com a escassez da litteratura, com a inercia do publico, com as difficuldades economicas. É verdadeiramente uma jangada—admiravel pelo esfôrço, incompleta pela organização: boa para luctar, imperfeita para navegar.

S. Carlos, esse, chilreia.

Esta decadencia deploravel tem causas differentes:

A primeira é a propria litteratura dramatica. Os escriptores retrahiram-se inteiramente do theatro. Não por o ganho ser diminuto, como se diz, porque no jornal e no livro o ganho não seduz com scintillações de montes de ouro. A principal razão está no feitio da nossa intelligencia. O portuguez não tem genio dramatico; nunca o teve, mesmo entre as passadas gerações litterarias, hoje classicas. A nossa litteratura de theatro toda se reduz ao *Frei Luiz de Sousa*. De resto possuímos dois typos de dramas, que constantemente se reproduzem: o drama sentimental e bem escripto, de bellas imagens, ode dialogada, em que uma personagem lança phrases soberbamente floridas, o outro retruca em periodos sonoros e melodicos, — e a acção torna-se assim um tiroteio de prosas ajanotadas: o drama de effeito, com o que se chama *finaes de acto*, lances bruscos, um embuçado que apparece, uma mãe que se revela:

— «Ah! céos! É elle! Matei meu filho! Oh!»

Accresce a isto a farça com os velhos motivos de pilheria lusitana, o empurrão, o tombo, a matrona bulhenta, o general de barrete de dormir, etc. E é tudo! Sentimentos, caracteres solidamente desenhados, costumes bem postos em relêvo, typos finalmente analysados, estudos sociaes concretisados n'uma acção, a natureza, a realidade, a observação

da vida—isso encontra-se ainda menos n'um drama do que n'uma corrida de toiros.

Outra causa de decadencia: o publico. O publico vae ao theatro passar a noite. O theatro entre nós não é uma curiosidade de espirito, é um ocio de sociedade. O lisboeta, em logar de salões que não ha—toma uma cadeira de platéa que se vende. Põe a melhor gravata, as senhoras penteiam-se, e é uma sala, uma *soirée*, um *raout*, ou mais nacionalmente uma *assemblée*. Com esta grande vantagem sobre um salão:— não se conversa. Conversar para o portuguez constitue uma difficuldade, um transe: é o Cabo das Tormentas dos modernos Lusíadas. Conversar, entreter, mover o alado e fino batalhão das idéas, todo o portuguez imagina que esta maravilha só se pode dar nos romances de *franco*. D'ahi vem para o portuguez elegante o habito de se encostar nas salas, á hobreira da porta, com aspecto fatal. Conversar! os homens tremem e as senhoras empallidecem. No theatro ha a vantagem de que se pode mostrar a *toilette*, namorar, passar a noite—e não se conversa. Em Portugal ninguem recebe e ninguem é recebido, porque não ha dinheiro, não ha sociabilidade, e antes de tudo preferimos o dôce egoismo aferrolhado e trancado do *cada um em sua casa*. O theatro é a substituição barata do salão. Salão calado—e compra-

do no bilheteiro. De resto o theatro favorece o namôro que é o entretenimento querido do portuguez e da portugueza correlativa. De facto o theatro é o centro do namôro nacional. O que se passa pois no palco torna-se secundario. Requer-se apenas uma certa moralidade physica — que se não dêem beliscões nas ingenuas. A moral do drama, da acção, dos sentimentos não se percebe ou não se exige. Um beijo que estala sobressalta, um adulterio que se idealisa encanta. Uma das condições é que as actrizes se vistam bem, com modas novas, para que nos camarotes as senhoras observem, discutam as rendas, as sedas, as joias e as toilettes. Um director de theatro não é pois escrupuloso com o seu espectáculo: alguém bem vestido que fale e dê um pretexto para a luz do lustre — é o que basta. Sobretudo aos domingos. Então o mundo commercial e burguez, que repousa e se diverte, enche a sala. Se se der *Hamlet* vae, se se der *Manuel Mendes Enxundia* vae. Não é a belleza do espectáculo que o chama — é o tédio da casa que o repelle.

Outro motivo de decadencia: os actores. Os actores em geral são máus, com excepção de 4 ou 5 individualidades intelligentes e estudiosas que progridem. São máus — não tanto por incapacidade propria, como pelas condições do seu destino. Elles desgraçadamente em Portugal não pertencem a

uma arte, pertencem a um officio. Que hão de fazer?— Não teem estudos, nem eschola, nem incentivo, nem ordenados, nem publico. São actores como outros são empregados publicos; recitam prosa á luz do gaz, n'um palco, como outros expedem officios n'uma sala abafada. Questão de ganhar um ordenado, de se sustentar, de se vestir! A arte, o estudo entram aqui n'uma proporção infima. O artista que, pelo precario estado da sua arte, tem de pensar em comer (quando não é extraordinariamente dotado. porque então a necessidade retempera-lhe a habilidade) torna-se fatalmente um homem de officio que necessita ganhar; em tal caso o pintor illustra almanachs, o esculptor faz jarras de porcellana, o poeta redige noticias, o actor atabalhã papeis. Os nossos grandes actores, Santos, Rosa, além da sua organização artistica, formaram-se quando o theatro normal (pelo seu regulamento) os punha ao abrigo da lucta da vida, e lhes dava os grandes vagares do estudo. No meio da oscillação das empresas, das quebras de companhias, da dispersão dos centros dramaticos—o artista não pode ter os nobres vagares necessarios á cultura artistica. As difficuldades da vida embaraçam as preoccupações da intelligencia.

Outro motivo da decadencia dos theatros: a pobreza geral. Não ha dinheiro. Lisboa é uma terra

de empregados publicos. A carestia da vida, os altos alugueres, o preço do fato, uma certa necessidade de representação que domina a gente de Lisboa, tudo isto deixa a bolsa cançada, incapaz de theatros. O theatro é caro. Uma noite de theatro pode levar a uma familia 37000 réis de camarote, 17500 de luvas, 17500 de carruagem no inverno —ao todo 67000 réis. 67000 é a quinta parte de muitos rendimentos mensaes—da pluralidade dos rendimentos. Por consequencia a affluencia aos theatros é pequena. Naturalmente, com a sala deserta, o cofre do theatro não se enche. D'ahi dividas, complicações, e fallencias.

Tal é o perfil do estado geral dos nossos theatros, a largos traços.

Perante esta situação ocorre naturalmente esta pergunta: qual é a attitude do Estado respectivamente aos theatros?

É esta:

O governo não dá nada aos theatros nacionaes ;
E dá 25 contos a S. Carlos!

Ora que o governo nos responda:—«É o governo obrigado a auxiliar e a subsidiar a arte theatral?»

—Não.—Então para que dá subsidio a S. Carlos?

—É.—Então para que deixa sem subsidio o theatro nacional?

Se o governo entende que deve abandonar á industria, á iniciativa particular, á concorrência, á espontanea acção das vocações, a arte dramatica — para que faz uma excepção ao theatro italiano, protegendo-o?

Se o governo entende que deve auxiliar a arte theatral, como um elemento poderoso de civilisação e de cultura moral — então para que faz uma excepção ao theatro portuguez, desamparando-o?

Que o governo pois se decida:

Ou se declara indifferente e desinteressado em questões de theatro — e então fecha igualmente os seus cofres aos galans e aos tenores;

Ou se declara responsavel pelo desenvolvimento d'este progresso intellectual — e então dá um subsidio ao treato nacional.

Nós não temos opinião. Comprehendemos igualmente o governo protegendo o theatro com subsidios, ou o governo deixando o theatro á iniciativa industrial e litteraria.

O que condemnamos, e toda a pessoa sensata o condemnará comnosco, é que, com uma logica torpemente *offenbachica*, o governo diga:

— Eu nada tenho com a arte theatral, e por consequencia dou 25 contos ao theatro italiano.

Ou diga:

— Eu sou o protector da arte theatral, e por con-

sequencia pretendo que o theatro nacional se feche de penuria.

Ora a verdade é esta :

O theatro nacional é uma necessidade intelligente e moral—e o theatro italiano é uma inutilidade sentimental e luxuosa.

Quaes seriam as vantagens d'um theatro normal?

O theatro normal seria a criação d'uma litteratura dramatica, isto é, o enriquecimento do nosso patrimonio intellectual,—educação permanente no presente, elemento historico para o futuro. Porque o drama hoje, como toda a obra de arte, tem dois alcançes: pelos sentimentos, idéas, costumes, instituições contemporaneas que estuda e critica, é no seu tempo uma lição para o criterio—e no futuro um documento para a historia.

O theatro normal seria a fundação d'uma eschola de actores, como a Comedia Franceza, fortemente educada, conservando uma tradição, formando discipulos, centro vital das artes theatraes.

O theatro normal seria o deperecimento providencial das pequenas comedias eroticas que constituem a aguardente moral das pessoas que não vão á taberna; das magicas que não passam d'um máu acompanhamento da digestão e d'uma eschola de embrutecimento; dos dramas sentimentaes que

servem para excitar os sentidos da burguezia casada, e formam uma especie de communicacão commoda com o vicio sem se descer d'um camarote! Seria um constante appello da attenção ás cousas do espirito; a subtracção d'uma populaçãõ ociosa e enfastiada ás casas de jôgo e aos lupanares classicos; uma influencia perduravel, penetrante e subtil nos costumes; uma forte educaçãõ pela imaginaçãõ; emfim um elemento sadio na nossa vida, insubstituivel e indispensavel por que prende com o que uma cidade tem de mais definitivo e de mais determinante—a sua intelligencia e a sua moral.

O theatro normal não seria um regalo exclusivo de Lisboa; faria participar todo o paiz do desenvolvimento da sua arte. Os actores formados aqui iriam constituir pequenos e bons conjuntos theatraes na provincia; e em certos mezes a companhia modêlo visitaria Porto, Braga, Coimbra, Vizeu, as principaes cidades, levando ao publico o encanto do seu repertorio superior e aos artistas os exemplos da sua arte perfeita.

Isto seria, a largos traços, o theatro normal.

O theatro de S. Carlos o que é? o que faz? Não augmenta decerto o nosso patrimonio litterario. Faz apenas a popularisaçãõ da velha eschola italiana de

musica sensualista, arte de que nada resulta para o paiz, senão alguns duettos que as donzellas beliscam ao piano, ou que os sinos tilintam ao levantar da hostia! Que educação se tira da *Traviata* expirante, ou do imbecil *Trovador* que *corre a salvar-a?*

O theatro de S. Carlos não forma bons actores nacionaes. Bem ao contrario! É uma fabrica de reputações para os artistas estrangeiros. Gastamos dinheiro, nós! para que o sr. *Fulanini* vá ganhar mais dinheiro para S. Petersburgo ou para *Covent Garden*, elle!

O theatro de S. Carlos não constitue um elemento de civilisação, mas de decadencia. Se alguma cousa debilita o character e enfraquece o espirito — é a influencia da musica italiana, sentimental, amorosa, langorosa, morbida. Uma opera é um lupanar. Cada duetto, cada alegre, uma excitação erotica. Imagine-se uma menina ouvindo durante um anno aquella ladainha de sensualidades que se chama — *Lucia, Norma, Traviata, Maria de Rohan, Favorita, Bai e de Mascaras*, etc.? O adulterio idealizado, o amor como a cousa superior e unica da existencia, o dever considerado burguez, a honestidade *mal portée*; e toda aquella moral suspirada, gemida, arrastada na dilacerante agonia da rabeça, asobiada irritantemente na flauta, modulada aeria-

mente na harpa, soluçada d'um soluço inteiro pelo demonio invisivel que habita o violoncello, tornada acre e triumphante nos instrumentos de metal, roncada no rabecão; e sobre esta massa de voluptuosidade instrumentada, as adúlteras, os galans, os amorosos, todo um mundo melodioso e devasso, que geme, arqueia os braços, se torce nos extasis da paixão, entra pelas portas das alcôvas, semeia tudo de beijos, e morre d'amor, romanescamente, n'uma aria dolente! Ah! nós não somos barbaros. Estimamos a musica. Meyerbeer, Gluck, Mozart, Beethoven, são verdadeiros pensadores. Mas S. Carlos canta-os? De modo nenhum, a não ser de dois em dois annos Meyerbeer a fugir e a fingir. De resto Donizetti. Bellini, todos os sensualistas! Ora aquelles, respeitamol-os como idéas que cantam — estes detestamol-os como erotismos que arruham.

O theatro de S. Carlos não dá participação a todo o paiz da sua arte. Bem ao contrario, é um theatro exclusivo, d'um publico limitado escolhido, sempre equal. O paiz paga para que este publico gose. Para que nós tenhamos arias comem os lavradores sardinhas!

Emfim nem creação d'uma arte, nem formação d'artistas, nem elemento de civilisação, nem interesse geral do paiz.

Para que serve S. Carlos? É um luxo, dirão. Sim comprehendemos ... Mas é ao menos, realmente, S. Carlos um theatro elegante, um centro bello e fino de vida rica?

Ah! por Deus, não! Começa logo pela *mise-en-scene*. Fora algumas bellas telas de Rambois e Cincinnati, cada vez mais raras, que *mise-en-scene*! Tome-se para exemplo o *D. Carlos*: fatos remendados torpemente, bastidores roídos da traça, uma velha mesa carunchosa onde o tyranno se apoia... Os coristas agrupados a um canto, na escassez do seu numero, ellas com os braços nus mal lavados, elles com as botas enlameadas, soltam, n'um gesto dormente, uma voz por onde teem passado todas as pateadas desde 1836 — o que lhe fez perder a frescura. Nos camarotes o velludo dos parapeitos, aos farrapos, deixa sahir uma clina fétida: o papel está esgaçado, as fechaduras quebradas. Uma illuminação funeraria entenebrece a sala; os velhos dourados sujos teem o aspecto melancholico de adornos de capellas antigas; os brancos rivalisam com rostos de carvoeiros. Os corredores, com os tapetes comidos dos ratos, fôfos de pó, uma luz soturna e abafada, lembram o carcere, o portal de casa de jôgo. Na superior cadeiras de palhinha aspera raspam como uma navalha de barba o panno das casacas; e o chão tem tanto asseio que os frequen-

tadores, antes de sahirem para a rua, limpam os pés nos capachos por compaixão com os varredores. Na geral bancos estreitos, como de réos, ouriçam a sua palhinha quasi podre. No peristylo escuro ha lama. As senhoras esperam, ao pé dos municipaes formados, o chegar dos trens, expostas a um vento frio que torna aquellas paragens peores que a serra da Estrella!

Tudo aquillo é pequeno, provinciano, plebeu, e pelintra!

Não queremos accusar a empresa, não! Companhia commercial, está na logica da sua acção. E ao mesmo tempo esforça-se, é evidente, por mostrar aqui as bellas vozes, as ricas organizações musicaes. Além d'isso ella não é culpada de que o theatro nacional pereça de penuria; nem é culpada de que a musica seja, na civilisação de um paiz, uma inutilidade sentimental. Tambem não construiu o theatro: recebeu-o assim do governo: não tem obrigação de o pintar, nem de o forrar, nem de o dourar, nem de o tapetar. Como companhia commercial o seu unico dever imprescriptivel, perante o jury commercial — é não fallir.

Outro tanto não succede ao governo. Esse, no seu sacco, não reúne uma unica razão para subsidiar S. Carlos. Nem ha alli um elemento de civilisação, nem um centro da arte nacional, nem uma

eschola de artistas, nem um aproveitamento geral do paiz!

Não é tambem um centro de luxo, um orgulho de capital rica, uma maravilha da vida amplamente gosada. É um velho *chic* pelintra. E o governo dá-lhe vinte e cinco contos—para o continuar a ser.

Diz-se que o governo tem uma razão suprema para sustentar S. Carlos:—é que S. Carlos constitue uma distracção para a côrte e para a diplomacia.

Quanto á côrte... A côrte sente a necessidade impreterivel de se distrahir? Excellentemente! Que pague e subsidie S. Carlos; que o illumine, o forre, o tapete á sua custa; que dê por cada camarote 20,000 réis por noite, por cada *stalle* 4,000 réis; que o frequente com ardor, que durma lá, e que seja feliz. Ora que o paiz pague, não, côrte respeitada e amada, não! Que eu, elle, nós, vós, elles, deitemos no erario dinheiro para tu te divertires, não, côrte reluzente e maravilhosa! Perdôa, mas, como diria Scipião, não possuirás, ingrata, as nossas placas de 500 réis. A preocupação do paiz não é precisamente evitar que a côrte boceje. Vinte e cinco contos annuaes é prodigioso,—para que a côrte tenha onde passar a noite! Que a côrte se distraia a si mesma. E' o que faz cada um. A côrte pode

muito bem entreter a sua noite jogando as damas, ou lendo o *Panorama*. A côrte ainda não leu o *Panorama*? Ah! pois ahí está. Não imagina que fonte de distrações! A côrte quer theatro? Que vá ao *Salitre*! Passa-se muito bem, a 17500 cada camarote. A côrte pode alli gosar a sua *soirée* regaladilha, e ir depois tomar socegradamente o seu chá. De resto se a côrte se distrae á nossa custa, — então devemos intervir nos seus divertimentos. Se temos de pagar a illuminação, os cantores, as rabeças — que nos seja dado o direito de dispôr e regularisar os seus prazeres. O poder moderador não poderá mais ir a S. Carlos sem pedir licença á opinião publica. E a opinião publica ficará no seu legitimo direito de responder: «Não senhor, o poderzinho moderador fica hoje em casa: hontem o poder foi ao theatro, hoje vae estudar a sua politica: e nada de choramigar senão ferramol-o no quarto escuro!»

E quanto á diplomacia, não nos parece que o paiz tenha obrigação de a distrahir. Os seus governos e os seus reis que a distraiam! Os srs. diplomatas que comprem soldadinhos de chumbo, ou que frequentem o Martinho! De resto a diplomacia é bem audaciosa em pretender divertir-se! Intenta ella estabelecer uma excepção insultuosa aos costumes nacionaes? Aqui ninguem se diverte! Suas

ex.^{as} estão extremamente enganados; vieram talvez para Portugal por equívoco! Tudo, entre nós, é grave. Quem vem para aqui é para a bella melancolia! Nós não gostamos de nos rir. Somos, de profissão, tetricos! Havíamos de nos rir, não era máu, e tanta tristeza por essa historia atraz, e o pobre D. Sebastião nas areias d'Africa, e o infame dominio de Castella, e outros luctos tão amargurados!... Nós trazemos na alma os crepes da nossa historia. Dia e noite soluçamos, á beira do Tejo. A Lusitania não é logar de troça. Se v. ex.^{as} se querem divertir e rir, tenham a bondade de ir para Mabile—ou pelo menos para Badajoz!

Perdõem estas longas paginas. A questão dos theatros tem uma importancia publica. O governo commette o contrasenso de subsidiar um theatro estrangeiro que é de luxo, e deixa ao abandõno o theatro nacional que é de necessidade. O luxo que se sustente pelo luxo. S. Carlos sem subsidio que eleve os seus preços. Camarotes a tres ou quatro libras, cadeiras a libra. Se ninguem quizer que se feche S. Carlos. São algumas arias de menos n'um palco, e alguma economia mais nas familias. O theatro nacional que tenha um subsidio, se torne uma eschola, um centro d'arte, um elemento de cultura. Só isto é o senso, a verdade e a dignidade.

LI

Janeiro 1872.

Agitou-se, agita-se ainda, a questão da *emigração*. Ha um homem, Mr. Charles Nathan, que leva para Nova Orleans com bons salarios, todas as actividades que sè offereçam.

A emigração entre nós é decerto um mal.

Em Portugal quem emigra são os mais energicos e os mais rijamente decididos; e um paiz de fracos e de indolentes padece um prejuizo incalculavel perdendo as raras vontades firmes e os poucos braços virís.

Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a trasbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que soffre. Não é o espirito de actividade e de expansão que leva para longe os nossos colonos, como leva os inglezes á Australia e á India; mas a miseria que instiga a procurar em outras terras o pão que falta na nossa.

Em Portugal a emigração, tomando o rumo dos

paizes extranhos, contraria a necessidade urgente de regularisar interiormente uma emigração de provincia a provincia.

Em Portugal a emigração não significa ausencia, — significa abandôno. O inglez, por exemplo, vae á Australia e á America fazer um comêço de fortuna — para voltar a Inglaterra, casar, trabalhar, servir o seu paiz a sua communa, trazendo-lhe o auxilio da vontade robustecida, da experiencia adquirida, do dinheiro ganho: para Portugal o emigrante que volta, provido de boa fortuna, vem ser um burguez improductivo, uma inutilidade a engordar.

Emfim a emigração é má, o sr. Nathan funesto. Sómente o nosso pesar é que o sr. Nathan, em lugar d'alguns centenares dos nossos, — não nos queira levar a nós todos. Por que partimos já, sem hesitação, em massa. Fugimos das cebolas do Egypto. E, mais felizes que os israelitas, temos em lugar do incerto milagre do mar Vermelho — os excellentes vapores da *Liverpool and Mississipi Steam Ship Company*.

Vamos todos!

É extranho — que haja quem extranhe a emigração. Nós estamos n'um estado comparavel sómente, á Grecia: mesma pobreza, mesma indignidade politica, mesma trapalhada economica, mesmo abaixa-

mento dos caracteres, mesma decadencia de espirito. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um paiz chaotico e que pela sua decadencia progressiva poderá vir a ser riscado do mappa da Europa — citam-se ao par a Grecia e Portugal. Nós porém não possuímos como a Grecia, além d'uma historia gloriosa, a honra de ter creado uma religião, uma litteratura de modelo universal, e o museu humano da belleza da arte. Apenas nos ufanamos do sr. Lisboa, barytono, e do sr. Vidal, lyrico.

El-rei D. Pedro V tinha lido o livro de E. About *A Grecia contemporanea*: e aquelle rei que era um grave e fino espirito, e por vezes um subtil humorista — entretêra-se annotando á margem o precioso livro de About. Onde estavam nomes dos estadistas da Grecia, o rei punha os nomes correspondentes dos homens publicos de Portugal; onde vinham as narrações das indignidades politicas de Athenas, elle lançava á margem as correlativas indignidades politicas de Lisboa; onde About desenhava com a sua penna maliciosa, caustica e tão profundamente franceza, um certo ministro da Fazenda que era ladrão, - D. Pedro V escrevêra ao lado: «Cá chama-se o senhor...» Figura no livro, como torpe, segundo o julgamento do excellente rei, muito homem hoje celebre na vida publica, com bons or-

denados e auctoridade. O livro assim annotado, mudados os nomes—é a descripção mais exacta do estado de Portugal. Como deve ser infeliz um rei intelligente, quando, cahido em scepticismo e misanthropia pela certeza que adquiriu de que está no meio de uma pocilga politica, não pode todavia entregar a nação á experiencia republicana, nem chamar a si o poder absoluto! Um tal rei, se não converte por fastio n'um bom rei d'Yvetot,—termina sempre por morrer cedo.

Ora, na Grecia, o facto permanente é a emigração. E nós emigramos, pelo mesmo motivo que o grego emigra—a necessidade de procurar longe o pão que a patria não dá. O grego que não tem industria, nem agricultura, nem commercio, encontra-se ao entrar na vida sem collocação:—toma então a sua carabina e vae para as montanhas que Theocrito cantou roubar viajantes inglezes, ou embarca no Pireu e emigra para Alexandria, para Tripoli, para as escalas do Levante, para os estados barbarescos, para Marselha, para qualquer ponto onde haja algum pão a roer ou alguma piastra a ganhar.

Nós, que (bem a nosso pesar) não podemos ir roubar para as montanhas porque não temos a quem roubar—vamos procurar o sr. Nathan.

E o governo, a opinião, admiram-se! Mas onde

pode a plebe ganhar o pão? A grande industria, a dos tabacos, dá 250 réis de salario a um operario com familia. As industria fabrís são poucas, periclitantes, com interrupções constantes de trabalho. A industria mineira está abandonada á exploração de companhias estrangeiras. A agricultura vive de rotina — empobrecendo a terra e empobrecendo o homem. Não temos piscicultura, nem silvicultura, nem industria pecuaria. O trabalhador dos campos vive na miseria, come sardinhas e hervas do campo: a maior parte anda á *malta*, trabalhando aos dias, errante de fazenda em fazenda, por 80 réis diarios, nos tempos de salario. A usura e a agiotagem, unidas, exploram a gente do campo: os tributos são fortes, as vexações do fisco incessantes. Na provincia por um imposto de 20 e 30 réis, atrasado e relaxado, vimos nós pagar 5 e 6 mil réis, com custas, etc. Os pobres não tinham a quantia? pe-nhora no casebre! Nas cidades o operario é victima do monopolio — monopolio no pão, no bacalhau, no azeite. Não ha entre nós uma eschola theorica de apprendizagem! Que querem os senhores que se faça n'um paiz d'estes? Sahir, fugir, abandonal-o! O paiz é bello, sim, de deliciosa paizagem. Mas a politica, a administração, tornaram aqui a vida intoleravel. Seria dôce gosál-a, não tendo a honra de lhe pertencer. *Só se pode ser portuguez — sendo-se inglez*

E no entanto, perante a emigração crescente, que faz o Estado, a imprensa, a opinião?

Interrompe-se um momento, volta-se para os colonos, applica-lhes a luneta — e diz áquella plebe esfaimada :

— O que! quereis ir embora? Oh imprudentes. Tendes acolá os terrenos do Alemtejo! . . .

Ora os *terrenos*, os eternos *terrenos do Alemtejo* são simplesmente um gracejo torpe.

Os terrenos do Alemtejo, taes *como estão*, não produzem na generalidade senão bolota. E justamente o governo, a imprensa e a opinião offerecem esses terrenos taes *como estão*. Conheceis brincadeira mais abjecta?

Uma população de trabalhadores, operarios, proletarios, pede trabalho — senão emigra. E o paiz exclama :

— Não emigreis, tendes acolá os terrenos do Alemtejo — isto é, tomae vós, ó proletarios, ó gente do campo, ó pés descalços, os quatro ou cinco mil contos que tendes ahi no bolso rôto da jaqueta, associae-vos em grandes companhias, comprae machinas e instrumentos, lavrae tantas leguas quadradas, arroteae, regae, abri poços, fazei aqueductos, estabelecei lezirias, levantae grandes fundos com o vosso grande crédito, tu Manuel da Horta, tu José da Cancellia, tu ferrador, tu jornaleiro — e enriquecei!

O Estado, a imprensa, a opinião tem razão;— sómente como o trabalhador não traz alli os quatro ou cinco mil contos na algibeira e não está para os ir buscar a casa, por causa da chuva—embarca para Nova Orleans.

Dizer a um homem:— «Você quer ganhar dezoito vintens por dia? Escusa de sahir do paiz, gaste ali uns mil contos a arrotear terrenos incultos, e vem a ter de salario, não direi os dezoito vintens justos, mas dezeseite e meio com certeza...» Dizer isto é uma facecia impudica!

Tem sido de um alto grotesco este conselho que se dá de arrotear os terrenos do Alemtejo! Todo o mundo o dá, os jornaes, os frequentadores da Casa Havaneza, os moços de café, e os poetas lyricos. *Arroteie-se o Alemtejo!* exclama cada um esfregando as mãos, e puxando o fumo do cigarro.—Pois bem, meus senhores, sim, arroteemos! Mas então aproveitemos este grande impulso nacional, esta energia das fôrças vivas! E de passagem—conquistemos o Santo Sepulcro. e mandemos varrer o largo do Loreto!

Mas a melhor facecia tem vindo sentimentalismo:— O que, colonos! ides deixar a terra do vosso berço, a verde alfombra, o escondido casal na encosta do monte, o grato rouxinol que...

Maguas diz do seu penar ?

Este argumento tão economico, tão positivo, tão firmado em cifras, abala extremamente os emigrantes—os quaes provam a sua commoção remando a toda a fôrça para o paquete da Nova Orleans.

E no emtanto, na praia, a imprensa suspira !

Um facto curioso é que a opinião que mais tem enrouquecido a bradar contra a emigração tenta sobretudo provar que a emigração para Nova Orleans não dá as vantagens promettidas pelo engajador.

Por consequencia o que se condemna não é o facto da emigração, que se julga irremediavelmente necessario—mas o *logar* para onde se *emigra*. A guerra é feita á Nova Orleans, não ao abandôno da patria. A Nova Orleans fez o que quer que fôsse á opinião publica. O caso é que a opinião não traga a Nova Orleans. Talvez questões de mulheres, como se dizia na *Grã-Duqueza de Gerolstei* .

Que fazem com isto a imprensa e a opinião? Incitam á emigração. Como? Accusando o pouco que os colonos vão ganhar na Nova Orleans, e fazendo cotejos que implicitamente lhes lembram o *muito* que ganhariam em S. Paulo ou na California. Não detem a corrente—muda-lhe a direcção. Isto é—dirige a

emigração, o que é uma maneira de a desenvolver, ainda que tomando para isso o caminho mais laborioso. Mas emfim temos a opinião e a imprensa confessando que a vida é extremamente difficil em Portugal, e que a acção natural que todo o cidadão portuguez deve ao seu paiz—é abandonal-o.

Entretanto que faz o governo? Diz-se que o governo recommendara ás auctoridades do paiz que impedissem a emigração. Se assim é, gostamos. Um governo impedindo a acção d'uma lei economica por um officio—tinha-se visto nas anedotas do *Tintamarre*. É-nos dado, a nós portuguezes, possuir o facto real, authentico, referendado. Sómente que processo emprega o governo? Colloca-se entre o bote e o emigrante, gritando altivamente: — «Não passarás?» Agarra-o pela golla da jaqueta, ganindo: «Faz favor de não se safar?» Que o governo nos esclareça! Bom e querido governo!... Deante d'este grave problema, a emigração, tendo de examinar as condições do paiz agricola, de estudar o meio de organisar o trabalho, de regularisar uma emigração interior, de empregar os braços ociosos, de converter em vantagem nacional a energia nativa da população, de obstar ao enfraquecimento do paiz pela perda da sua riqueza viva, deante d'estes problemas—o governo volta-se para o regedor e, por

toda a idéa, por toda a sciencia, lança esta ordem: «A respeito dos colonos, o melhor é fechal-os á chave!»

Como solução a um problema economico—o governo acha uma fechadura. A governação do Estado torna se questão de serralharia! Um trinco é um principio: um parafuso uma instituição! Como vós sois grandes! Deixae-vos vêr bem de frente... Ah! sois immensos! Mas Sancho Pança — era maior.

Dezembro 1872.

O excellente jornal, o *Bem Publico*, n'um artigo amargo e piedoso, trabalhado com doçuras de sarcristia e repellões de sala de armas, de resto subtil e curioso — dá-nos a honra de sacudir, com a sua pesada mão catholica e romana, tres pobres artigos das *Farpas*.

O primeiro d'estes artigos, tão rudemente desmantelado pelo estimavel *Bem Publico* — censurava o clero do Funchal «por ter impedido que um negociante fôsse enterrado no cemiterio publico, sob pretexto de deveres religiosos mal cumpridos.»

O *Bem Publico* cora no seu rosto indignado e exclama: — «A censura tem o mesmo valor que se a dirigisse ao sr. duque de Palmella, por não consentir que no jazigo da sua familia sejam sepultados os cadaveres das pessoas que fallecem!»

Esta argumentação é victoriosa, anniquiladora.

Sómente nos parece que não ha absoluta semelhança entre o cemiterio publico e o jazigo de familia do sr. duque de Palmella. Quando dizemos, ao estudar a nossa geographia, «Lisboa é capital de Portugal» — não queremos inteiramente dar a entender que a capital de Portugal seja o *Hotel dos dois irmãos unidos*. E accrescenta o Bem: — «Se um negociante, emquanto vivo, não quer ter nada com as orações, com as assembléas religiosas, como pois condemnal o depois de morto a essas orações e assembléas que detestava em vivo?» O que equivale a dizer: — Se esse negociante não queria ouvir missa, nem assistir ao lausperenne, nem jejuar emquanto vivo — como condemnal-o, depois de morto, a estar de joelhos ao lausperenne e a comer bacalhau á sexta-feira?

Sim, *Bem Publico*, estamos absolutamente de accôrdo! Um homem que gosta de comer á sexta-feira *roast-beef* não pode sem tyrannica vileza ser obrigado a ir para debaixo da terra, amortalhado, dentro do seu esquife, comer á sexta feira o detestado rodovalho! Sim, *Bem Publico*! sim, amigo! sim, honrado collega! A verdade é essa! dissestela com bôcca melliflua e sábia! Deve se excluir do cemiterio todo homem que não ouviu missa em vivo... E lá o explicas, com profundidade no dizer e alto criterio no pensar: — Porque não se pode obri-

gar esse homem a ouvir missa depois de morto! — Sim, amigo, tu o disseste, tu, de juvenil fé e de discreto labio.

Depois o *Bem*, n'um outro periodo austero, pretende combater a affirmação das *Farpas* — «que o cemiterio não pertence aos padres, pertence aos cidadãos.» Para anniquilar esta idéa o *Bem* affirma que poderia dar uma longa razão, e explica qual é essa razão. Mas accrescenta: «Não a daremos porque seria insensata» (*Bem Publico*, pag. 188, linha 25.) Não *Bem*, não, tu não és insensato! não te calumnies, amigo, não te humilhes, *Bem*! Não rojes assim uma cabeça penitente no pó egalitario do macadam! Não, tu até tens boa orthographia! Até tens bem boa forma de lettra! Se quizeses, até eras subtil! É que não queres! Se tu quizeses!...

E continua o estimavel *Bem* argumentando. As *Farpas* disseram: — «Os cemiterios teem a sua origem na hygiene, na policia, na moral, na vida municipal: não teem a sua razão de ser na theologia.» E o *Bem* exclama: — «Pois dizendo tal cáem n'um erro historico: os cemiterios teem a sua razão de ser na theologia: basta o nome e a historia para proval-o.» Mas então uma consideração pavorosa acode: a theologia é pelo menos, — deve sabel o o *Bem* — posterior aos primeiros seculos do christianismo. Começa com as escholas, e com os douto-

res. Ora se os cemiterios datam apenas d'este tempo, segundo affirma o *Bem Publico*, se só teem a sua razão de ser desde que a theologia teve a sua razão de dominar—o que acontece? É que todos os mortos, desde Nemrod, estiveram aos milhares e aos milhares, enfastiados de braços cruzados, esperando que a theologia lhes permitisse deitarem-se nos seus sepulcros. Horrrosa ante-camara! Esperaram seculos! E vinham mais, e mais, e mais! Em que se entretiveram tanto tempo, envôltos nos seus sudarios, impacientes pelo seu entêrro? Oh sabio *Bem Publico*, dize-nol-o, tu que o sabes! Se os homens só fôram enterrados desde que a theologia se fixou em grossos tomos—em que logar tenebroso aguardaram o seu dia de sepultura os primitivos aryas, os luminosos indios, o persa trabalhador, o grego erudito e subtil, os milhares de habitantes do imperio romano, as raças que viveram junto ao Nilo, e os povos barba-os que habitavam o norte da Europa, e todos os habitantes de todos os continentes de todos os seculos? Dize-o, sabio *Bem!* Será verdade que elles passeavam pelo ether, fumando o seu cigarro—á espera que Santo Agostinho nascesse? Como tu és instructivo, oh *Bem!* Só ha cemiterios onde ha theologia catholica. E como explicas então os cemiterios modernos de Constantinopola e do Cairo, e os de todos os paizes mahometanos, e

os de todos os outros paizes onde floresce alguma das 1:500 religiões que florescem na terra, além da catholica? Explica isto bem, *Bem!*

Mas o piedoso jornal exclama ainda: «Os catholicos não impedem que os que teem pouca religião ou nenhuma, sejam enterrados: porque não estabelecem as camaras municipaes, para esses, cemiterios especiaes?» Parece nos prudente este alvitre do *Bem*: estabelecer cemiterios para quem tem *muita* religião: outros para quem tem *bastante*: outros para os que possuem *alguma*: outros para os que alardeam *rouquissima*: outros para os que não apresentam *nenhuma*. Emfim um cemiterio para cada medida! Um cemiterio ás grammas! Ah *Bem*, como tu vaes mal!

O segundo artigo das *Farpas* censurava que «os missionarios vendessem *cartas da Virgem Maria a diversos devotos*»

O *Bem Publico* diz que nós *agitamos argumentos bicornucos*. Mas não combate, nem aprecia, nem sequer indica, — esses argumentos. É timidez? E' desdem? É pudor? Somente accrescenta: — «A historieta é falsa: 1.º porque os jornaes de Braga não falaram em tal . . .»

Mas, querido *Bem*, os jornaes de Coimbra, os jornaes do Porto, e os jornaes de Lisboa, que são libe-

raes, contaram n'ò. Vale alguma cousa que o não referissem os jornaes de Braga que são *ultramontanos*? E esses mesmos não estão annunciando a cada momento *livros que se vendem para evitar o fim do mundo, cartas vindas do Céu, reliquias achadas, etc?*

Diz mais o *Bem*: «2.º porque em Braga não ha missionarios!» Como assim! Tresloucas, *Bem*! Não ha missionarios em Braga? Dize antes, amigo, que não ha turcos em Constantinopola! que não ha agua nos rios! que não ha estrellas no céu! que não ha sons na musica! Ah querido! Não ha missionarios em Braga? Onde os ha então, em Berlim?

No terceiro artigo, as *Farpas* tinham censurado o sr. Encommendado de Santos-o-Velho por ter prohibido que as mães levem os filhos á igreja! O *Bem Publico* escandalisa-se e grita: — «O que iam as creanças fazer ahi? Se as mães queriam ir á missa, e não podiam deixar as creanças em casa — que não fôssem á missa, *que estão em primeiro logar os deveres da lactação, que os desejos da devoção!*

Esplendidamente bem dicto! Mas quem o disse? Foi Michelet decerto, o iniciador naturalista da educação anti-catholica? Foi Proudhon talvez, o rude inimigo da Igreja? Não, meus bons senhores! não, *Nação!* não Braga! Foi o *Bem Publico*, jornal catholico, romano, devoto, piedoso, unguido em agua

benta! *Os deveres da lactação primeiro que os desejos da devoção!* Mas é perfeitamente revolucionário! A lactação antes da devoção — isto é, a natureza antes do mysticismo, a razão antes da fé, o dever humano e consciente antes do dever divino e transcendente, o raciocínio antes do dogma, a hygiene antes do evangelho, a mãe antes da devota, o preceito naturalista antes da regra da Igreja, o homem antes de Deus! Bravo, *Bem Publico!* Segundo tu, o precito, a missa, a igreja, são cousas secundarias, indifferentes, para quando houver vagar. Objecto de luxo, para os dias de ocio, uma forma do theatro aos domingos! «Que farei hoje, irei á igreja ou á *rua dos Condes?*» De modo que só quando a mulher tiver amamentado seu filho, arranjado a sua casa, cozinhado o seu jantar, cumprido todos os seus deveres humanos, e se achar n'uma hora desoccupada e vaga — é que deverá ir á missa? Dizes excellentemente! Mas então repara bem, ó *Bem*. Se pões o mais pequeno dever humano antes do mais pequeno dever catholico — rachas de alto a baixo o catholicismo: se a mãe deve amamentar antes de rezar, o homem deve obedecer á sua razão consciente antes de obedecer ao preceito religioso: tens a analyse, a liberdade religiosa, a reforma, a revolução. Abres uma fresta no mundo velho e entra-te por ella um mundo novo! Ó *Bem Publico*,

estás pois assim naturalista e atheu? És então um falso devoto? Por cima da tua sotaina de sacristão pões uma facha escarlate de membro da communa? Ó *Bem!* Espalhas tu agua benta ou petroleo? Tremes, desgraçado! enquanto a *Nação* tua irmã, enquanto o *Diario Nacional*, a *Crença*, estarão muito contentes no paraizo, tu, *Bem Publico*, excluido da bemaventurança por teres renegado a fé, errarás, como uma sombra afflicta, na vastidão do céu negro, através de interminavel dôr, aos encontrões com as sombras condemnadas de Sardanapalo, o pagão, e do abhorrecido Pilatos!

Ah! *Bem Publico*, excentrico maganão, conserva-te quieto na tua dôce sombra! Reza, jejua, canta no côro, usa cilicio — mas deixa-nos em paz.

Contenta-te em ser um jornal boa pessoa, pesadote e pacatote, — e a ter o inteiro applauso de antigos egressos. Mas não venhas interpôr-te no nosso caminho. Toma ao teu canto o teu rapé, e usa em silencio a tua flanela. E serás grande, ó *Bem!* ó bom *Bem!* ó *Bem* bom! Bum!

INDEX

	Pag.
ADVERTENCIA.....	5
I O primitivo prologo das <i>Farpas</i> .—Estado social de Portugal em 1871.....	11
II Os quatro partidos politicos.....	45
III A abertura das conferencias do Casino.....	51
IV O que era o partido Reformista.....	59
V Pastoral d'um bispo.....	63
VI A Camara dos Deputados, e a sua falta de principios, de idéas, de saber, de consciencia, de independencia, de patriotismo, de eloquencia e de seriedade.....	67
VII Os candidatos das <i>Farpas</i>	75
VIII A physiologia da eleição para deputados.....	79
IX Habilitações necessarias para ministro.....	93
X Os sete marquezes d'Avila.....	99
XI A multa municipal para o lyrismo sentimental.....	101
XII A suppressão das conferencias do Casino.....	105
XIII Maximas e opiniões da <i>Nação</i> , jornal.....	115
XIV O discurso da Corôa, seu presente e futuro.....	127
XV Tumultos no parlamento.....	135
XVI A grande coragem de S. Ex. ^a	141
XVII O exercito em 1871.....	147
XVIII A marinha e as colonias.....	153
XIX Palavras a <i>Samuel</i>	167
XX O Governo e a liberdade do pensamento.....	169
XXI Oito razões por que se não reformou a Carta.....	175
XXII A praça de Sant'Anna installada no edificio de S. Bento.....	184
XXIII Os srs. deputados esquecem a mera decencia material.....	187

XXIV	Tres dias d'insultos no parlamento.	191
XXV	O romance d'uma lancha.	195
XXVI	Tres typos de revolução, á escolha.	197
XXVII	A praça de peixe do Porto, e o luxo da sua mobilia.	201
XXVIII	Delicias de jornadas nos caminhos de ferro em 1871.	205
XXIX	A colera do Centro Promotor.	207
XXX	As malas da sr. ^a condessa de Teba.	215
XXXI	O principe Humberto.	221
XXXII	Julio Diniz.	225
XXXIII	Ter genio por escriptura publica.	229
XXXIV	Historia pittoresca da revolta da India.	235
XXXV	A policia.	247
XXXVI	Uma nova penalidade.	251
XXXVII	Os missionarios e o seu ramo de negocio.	255
XXXVIII	A nossa diplomacia em 1871.	263
XXXIX	As crenças e a Igreja.	275
XL	Visitas indiscretas entre Hispanha e Portugal.	279
XLI	Os annos d'El-Rei.	289
XLII	Pescadores prêsos por não serem jurisconsultos.	293
XLIII	Palavras ao <i>Clamor do Povo</i>	299
XLIV	A Camara Municipal e o seu zelo civico.	305
XLV	S. M. a Rainha a passeio.	311
XLVI	A elegante casa de Saboia.	317
XLVII	Expoliadores do cigarro publico.	321
XLVIII	O fisco em a provincia.	331
XLIX	Desillusões d'uma grève.	335
L	O Theatro em 1871.	339
LI	O Governo e a emigração.	357
LII	Conversa com o bom <i>Bem Publico</i>	367





